

*Ata da 62ª Reunião Ordinária do CONAMA
12 de julho de 2001*

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Bom dia a todos, havendo quorum regimental eu gostaria de declarar aberta a 62ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, através da qual vamos examinar os itens da pauta que foram previamente distribuídos para conhecimento e exames dos senhores e senhoras, conselheiros e conselheiras, eu queria registrar ainda a ausência justificada do Ministro Sarney Filho que teve que cumprir um outro compromisso pela manhã a pedido da Casa Civil da Presidência da República e por essa razão nós temos o prazer de representa-lo na abertura e na presidência dos trabalhos de hoje. De acordo com a pauta que está distribuída, nós vamos passar ao item 3, tendo em vista que o item 2, relativamente à posse de novos conselheiros não será realizada em virtude de não haver novos conselheiros para tomar posse nessa sessão, em seguida no item 3 apresentação e discussão preliminar da Ata da 61ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25/04/2001, se alguns conselheiros desejam apresentar comentários ou retificação do texto, este é o momento e está aberta a discussão. Não havendo quem queira se manifestar a Ata será finalizada para votação na próxima reunião do Conselho.

Item 4, votação da Ata da 60ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29/11/2000, em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação, conselheiros que aprovem, por gentileza queiram se manifestar exibindo seus cartões. Vinte e cinco votos favoráveis, os que desejam se manifestar contrariamente. Nenhum voto contra. Abstenção. Uma abstenção.

Item 5, apresentação das matérias com pedido de regime de urgência pedidos de inversão de pauta, encaminhamento de emendas às matérias da ordem do dia, Conselheira Maria Teresa.

Maria Tereza Jorge Pádua – Representante das ONGs da Região Centro-Oeste

Boa Tarde a todos, obrigada Sr. Presidente, eu queria registrar em plenária a minha surpresa que duas moções que foram propostas pela ONG's do Centro Oeste, em regime de urgência, jamais chegaram a plenário, uma delas era a proposta para a tentativa de criação do Parque Nacional no município de Formosa, numa área do Exército, a outra proposta de moção o Dr. José Carlos Carvalho estava presidindo a reunião quando nós encaminhamos toda a documentação sobre a exploração ilegal de uma floresta permeana de 250 milhões de anos no Estado do Tocantins e passamos uma moção, em caráter de urgência, neste plenário, para encaminhar toda denuncia ao Ministério Público e nós não recebemos, até o presente momento, nenhuma informação, a moção que aprovada em plenário dava 48 horas para o Sr. Ministro se posicionar junto ao Ministério Público. Então eu enquanto conselheira, enquanto representante da Região Centro-Oeste, que propus 2 moções, uma aprovada em plenário e outra para discussão, obviamente, gostaria de saber que fim levou isso. A proposta de criação de um Parque Nacional, e a proposta de tomar providências para evitar a exportação de fósseis da maior floresta permeana do mundo. Muito obrigado.

47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Antes de prosseguir nós gostaríamos de registrar a intervenção da Conselheira Maria Teresa, apresentar as desculpas da Secretaria Executiva pelo fato da moção não estar na ordem do dia para votação, estamos determinando ao Dr. Maurício que ela seja votada prioritariamente na reunião seguinte e com relação aos fosseis, essa matéria foi tratada pelo Ministro e foi encaminhada ao Ministério Público e eu vou pedir que seja dada ao conhecimento a esse plenário, especialmente à Conselheira, das providências que foram adotadas.

Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul

Bom dia a todos. Nós gostaríamos de um pedido de esclarecimento, uma vez que a ABEMA solicitou formalmente em 29 de março uma carta dirigida ao Presidente do CONAMA a inclusão na pauta do Conselho do tema a respeito do Projeto de Lei n.º 4147 que diretrizes para o saneamento básico no País. Nós não tivemos resposta sobre essa inclusão, do ponto de vista formal, e mais tarde, em maio, na iminência da votação, em regime de urgência, no Congresso Nacional o CONSEMA do Rio Grande do Sul reiterou esse pedido, ressaltando a urgência da matéria, em função de que se nós não discutíssemos isso seria apreciado no Congresso sem que o CONAMA tivesse conhecimento da matéria. Agora, depois de uma grande mobilização, nós tivemos o adiamento da votação, a votação está prevista para o dia 12 de setembro e o CONAMA instalou um grupo de trabalho a respeito do assunto saneamento, e nós gostaríamos de um esclarecimento sobre de que maneira esse assunto será encaminhado e gostaríamos também de reiterar aqui, não só a solicitação como também a importância do CONAMA discutir essa matéria, pelas profundas relações que essa matéria tem com os temas de responsabilidade do Conselho e que o CONAMA faça isso antes que nós tenhamos de novo a iminência da votação em regime de urgência, se nós não tivermos um trato excepcional no calendário do CONAMA em relação a isso, novamente pode vir a se colocar a situação de nosso ritmo não ser proporcional ao ritmo do Congresso Nacional.

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Eu registro a intervenção do Conselheiro Langone e peço ao Dr. Maurício Andrés que dê os esclarecimentos com relação às ações que vem sendo desenvolvidas pelo Conselho em relação ao tema.

Maurício Andrés Ribeiro – Diretor do CONAMA

Bom, logo que esse tema da Lei 4147 foi encaminhado à Diretoria Executiva do CONAMA foi providenciada a instalação da Câmara Técnica de Saneamento e Recursos Hídricos do CONAMA que já se reuniu por duas vezes, e amanhã vai haver a terceira reunião da Câmara Técnica de Saneamento e Recursos Hídricos, na qual esse tema vai estar também em discussão, então eu acredito que com essas providências vai ser possível, de antes da votação da lei no Congresso, do CONAMA já ter a sua posição a respeito.

93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Conselheiro Finotti.

Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste

Sr. Presidente, em nome de quem eu cumprimento os membros da mesa, meus caros pares, convidados, senhoras e senhores, estou apresentando, em regime de urgência, uma proposta de moção que, seguindo o ritual atual, deverá passar pela câmara competente, a qual, nesse assunto, é a Câmara de Assuntos Econômicos deste CONAMA, sobre a redução de IPI para produtos obtidos através de reciclados, eu quero apenas ser breve, inclusive, face a pauta, colocar o seguinte: no ano passado nós tivemos oportunidade de colocar esse assunto em pauta, e antes de encaminharmos qualquer tipo de moção, nós através de ofício solicitamos um parecer do Conselheiro representante do Ministério da Fazenda, acreditamos que o nosso ofício tenha sensibilizado o Ministro da Fazenda, que aquela época reduziu o IPI sobre reciclados, particularmente de embalagens de 12% para 5%, isso ocorreu em agosto do ano passado, nós tivemos a infeliz surpresa de sabermos que agora dia 1º de abril, por sinal uma data extremamente típica para essas coisas, todo o setor de seja reciclados ou não, passou de 5% para 15 % novamente em termos de IPI, então é extremamente importante que nós valorizemos o trabalho de setores de reciclados na medida que isso reduz drasticamente o volume de nosso resíduos sólidos e ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida daquela população que vive em cima disso. Muito obrigado Sr. Presidente, espero que a mesa e os novos conselheiros acatem o regime de urgência.

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Bom, o assunto trazido à consideração do Conselho pelo Conselheiro Finotti já está na mesa para ser também votado na próxima reunião do Conselho, em seguida pela ordem, Conselheiro Bertoldo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

Bertoldo da Silva Costa – Representante da ABES

Sr. Presidente, colegas conselheiros, bom dia a todos aqui presentes, eu gostaria de fazer um convite ao Conselho que de 21 a 26 de setembro a ABES vai estar organizando o 23º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental a ser realizado na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, e eu gostaria de aproveitar a oportunidade de fazer um convite para que se realizasse uma reunião extraordinária durante esse evento no dia 18 de setembro para que nós tenhamos uma pauta específica neste Conselho sobre saneamento ambiental. É um evento que congrega 2.000 do setor de saneamento ambiental é o 21º, desde 1960 ele é realizado simultaneamente a cada dois anos, e de extrema importância nesse momento, que tão carentes estamos em decisões de procedimentos legais na área de saneamento ambiental. Então, eu gostaria de fazer esse convite em contar com todos e a todos entreguei um documento a cada conselheiro, então contarmos com uma reunião extraordinária do CONAMA durante esse evento, gostaria também de aproveitar a oportunidade, que foi mencionada a questão da Câmara Técnica de Saneamento e Recursos Hídricos, Dr. Maurício colocou e amanhã vai ser a 3ª reunião e nós estamos com

140 dificuldade legal e operacional, eu faço um apelo porque muitos membros da Câmara não
141 têm participado das reuniões e não tem dado *quorum*, então nós temos feito reuniões com
142 muita participação, mas os representantes legais das câmaras não têm participado, com isso
143 não temos conseguido finalizar o nosso encaminhamento, eu gostaria de solicitar à casa que
144 os representantes legais que não tivessem interesse mais em participar dessa Câmara
145 Técnica, dessa retomada, que fizesse uma recomposição da câmara, para que nós possamos
146 ter a condição legal de operacionalizar a Câmara Técnica de Saneamento e Recursos
147 Hídricos.

148

149 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

150

151 Bom, aqui nós estamos diante de uma questão que eu gostaria de comentar
152 rapidamente porque ela está associada à intervenção do Dr. Langone que pede a esse
153 Conselho, com toda razão, urgência no seu posicionamento em relação ao projeto de Lei de
154 Saneamento e ao mesmo tempo a nossa Câmara Técnica está em dificuldade de operar pela
155 ausência de Conselheiros, então o Conselho precisa decidir se o assunto é ou não é
156 importante para ele, eu acho que é uma questão crucial e em razão disso eu gostaria de
157 fazer um apelo aos representantes do Conselho na Câmara Técnica que compareçam para
158 que nós possamos realmente preparar um documento que esse plenário possa aprovar como
159 subsídio ao exame do projeto de lei no Congresso Nacional. Eu gostaria de chamar atenção
160 para os membros que representam o Conselho nessa Câmara: Ministério das Minas e
161 Energia, Ministério dos Transportes, Governo do Distrito Federal, Piauí, Rio de Janeiro,
162 ABES e ONGs do Nordeste, gostaria de solicitar que eles compareçam, a partir de amanhã,
163 nas reuniões seguintes. Pela ordem Dr. Rasera.

164

165 **Mário Sérgio Rasera – Representante do Estado do Paraná**

166

167 Eu queria citar, em virtude da Resolução, que foi aprovada na última reunião do
168 CONAMA em Joinville sobre espécies em extinção, e ontem, inclusive, levantaram o
169 assunto na Câmara Técnica da Mata Atlântica, nós estávamos encaminhando, na sequência
170 dessa reunião, uma moção em caráter de emergência para que a ABEMA, ONGs, regionais
171 sul, setor produtivo, comunidade científica regional, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do
172 Sul através de um grupo de trabalho desta Câmara Técnica, considerando as peculiaridades
173 regionais, principalmente no estado de uso e conservação da floresta ambrófila mista de
174 Araucária, não só isso, mas todas as espécies constantes da lista de extinção do IBAMA,
175 para que no prazo de 60, 90 dias proponha a Câmara Técnica da Mata Atlântica uma
176 regulamentação específica para uso e conservação para essas espécies ameaçadas de
177 extinção.

178

179 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

180

181 Conselheiro Langone. Eu gostaria de registrar intervenção do Dr. Rasera e pedir que
182 ela seja formalmente encaminhada a mesa.

183

184

185

186

Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul

187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233

Eu gostaria de ressaltar novamente a importância dessa discussão, eu acho que se a Câmara Técnica tiver dificuldade de efetividade, o plenário deve discutir a sua composição, porque acho que seria muito constrangedor ao CONAMA que fosse votada uma, há muitos anos nós queremos discutir uma política nacional de saneamento, e acho que seria constrangedor a esse Conselho que fosse votada uma lei regulando o saneamento básico do país sem que o CONAMA se pronunciasse sobre isso, principalmente pelas questões relativas ao mérito dessa lei que todos aqui conhecem e que não cabe entrar em discussão sobre o mérito nesse momento, mas é uma lei bastante preocupante e que nós deveríamos refletir, agora eu gostaria de chamar atenção para uma questão que ela tem sido determinante para dificuldade para as Câmaras Técnicas, que é o fato de nós estarmos trabalhando com as câmaras técnicas com a composição da gestão dos governos anteriores porque quando os nossos governos assumiram, estava em discussão ou repensando o CONAMA e nós, à época, queríamos discutir a recomposição das câmaras e nos foi dito o seguinte: como o CONAMA está em reorganização não vamos mexer nas câmaras agora, já se passaram quase 3 anos e as câmaras continuam com a mesma composição e isso nos remete ao seguinte: nós estamos tanto no CONAMA quanto no Conselho Nacional de Recursos Hídricos com uma situação de impasse, e eu gostaria de solicitar uma informação a respeito. Primeiro, nós tivemos uma demanda muito forte de apressar o processo do repensando o CONAMA, e o processo do repensando o CONAMA foi concluído há muitos meses aqui nesse plenário e a nova estrutura do CONAMA não sai, então eu gostaria de solicitar uma informação de parte da Presidência e do MMA sobre a previsão de que seja publicada a nova composição do CONAMA porque nós, de fato, embora isso não justifique a ausência dos membros de algumas câmaras técnicas, nós, de fato, estamos trabalhando com uma composição de câmaras técnicas que não foram escolhidas pela maior parte dos conselheiros que tomaram posse nos últimos 2, 3 anos, nós do Rio Grande do Sul, por exemplo, gostaríamos muito de rediscutir a nossa participação nas câmaras e a ANAMMA agora, fez o seu encontro nacional, já escolheu os seus representantes com base no novo número de representação de municípios, aliás eu gostaria de saudar aqui o Presidente atual e o presidente eleito da ANAMMA, o Secretário Gerson Almeida de Porto Alegre que estão aqui acompanhando a nossa reunião, então nós precisamos saber, para nós planejarmos, se vai realmente sair e quando sairá a nova, o Decreto estabelecendo a nova composição do CONAMA, e nós temos uma situação semelhante no CNRH onde o CNRH aprovou a sua nova composição, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Decreto não sai e foram suspensas todas as atividades do CNRH até que o Decreto sair, então o Conselho paralisou em função disso, então eu acho que nos precisaríamos ter uma informação sobre essa questão, se há alguma resistência, se há alguma dificuldade junto a outras esferas do Governo, nós deveríamos enviar uma manifestação ao Presidente da República pedindo o apressamento da publicação porque todos nós fomos envolvidos num processo que levou mais de dois anos de discussão e apressamos, intensificamos o ritmo das reuniões, e depois da aprovação da nova composição já se passou um tempo satisfatório para todas as apreciações jurídicas e políticas que justificariam a publicação e uma reorganização, de maneira que nós não temos que fazer uma nova reorganização das estruturas ao final dos nossos governos, das nossas gestões, em particular, no caso dos governos estaduais e dos mandatos de várias outras representações que vencem no final do ano que vem.

234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Bem, pela ordem, nós temos a inscrição do Conselheiro Maurício Lobo, e eu gostaria de registrar a intervenção do Conselheiro Langone para mencionar que essa mudança do CONAMA, como órgão de estrutura do Ministério, estava dependendo de uma mudança no Decreto de Regimento do próprio Ministério, que foi liberada ontem, já podemos dar essa notícia e em ato continuo nós estamos liberando a nova estrutura regimental do CONAMA que não poderia sair sem antes haver uma mudança na estrutura regimental do Ministério na qual está inserido o CONAMA, então essa questão já esta encaminhada a nossa expectativa é que esse decreto possa ser remetido pelo Ministério do Planejamento, à Casa Civil, na medida em que a esfera competente para tratar da reorganização da estrutura de governo é a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento e Orçamento e com isso a nossa expectativa é que esse assunto se resolva tal como definido pelo plenário desse Conselho, um pouco da demora, inclusive, neste procedimento foi no sentido de que nós precisamos de fazer articulações políticas para implementar a decisão do Conselho, tal como sugerida, já tivemos oportunidade, nesse meio tempo, com as pessoas que participaram do “repensando o CONAMA” e por essa razão e entendendo que seria importante implantar aquilo que foi decidido pelo grupo, nós realmente nos retardamos em negociações nas esferas de governo para que a decisão pudesse ser implantada na sua totalidade, ao mesmo tempo eu quero reiterar a necessidade de funcionamento da Câmara Técnica até porque uma coisa não inibe a outra, nós precisamos fazer as mudanças que foram aprovadas e ao mesmo tempo manter a estrutura atual em funcionamento. Pela ordem, Conselheiro Maurício Lobo.

Maurício Lobo – Representante da ANAMMA

Sr. Presidente, Sr. Secretário, caros Conselheiros, eu acho que em cima desse novo tema a questão da participação dos municípios nesse processo, quer dizer, nossa própria Câmara Técnica de Saneamento, por incrível que pareça, os municípios têm participado, mas não tem assento regulamentar, não é citado a ANAMMA, por exemplo, representando os municípios, nessa participação que em assuntos de saneamento, inclusive, já lembrado pelo Conselheiro Langone nosso encontro nacional recente, realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, um dos temas, bastante candentes da discussão, com moções tiradas dos municípios ali representados e com relação a saneamento, então esse tema e não só esse, por incrível que pareça, os municípios hoje, não têm participação em diversas câmaras técnicas, por exemplo, como mata atlântica, que são fundamentais a participação dos municípios então enquanto isso, “repensando o CONAMA” também não põe essa estrutura em funcionamento, então a nossa representação única acaba não podendo participar de todas as câmaras, quer dizer, não é que é uma pessoa só, são diversas representações, representado a ANAMMA e os municípios, mas não temos assento pela instituição normal então fica um pouco difícil a situação, eventualmente nós temos acesso apenas ao pareceres e resoluções só na câmara técnica de assuntos jurídicos que me parece que seria muito mais rica a participação dos municípios no início do processo, eu acho que, então, fica registrado essa colocação da ANAMMA com sua participação em mais câmaras técnicas que são todas essências, ao meu entender, a participação dos municípios e também faço votos de acelerar o processo do “repensando do CONAMA” no qual despendemos bastante esforços aqui nesse plenário em reuniões de quase um ano ou mais, buscando um consenso,

281 discussões acaloradas no plenário e o processo depois ficou basicamente congelado
282 também para saudar os conselheiros que deve ser, possivelmente a minha última reunião
283 aqui no Conselho, nós fizemos nosso Encontro Nacional no último dia 29, houve uma
284 recomposição de diretoria, eu estou assumindo a 1ª vice-presidência Nacional, está aqui
285 conosco o nosso Presidente atual, Dr. Gerson Almeida, de Porto Alegre, o Segundo Vice
286 também, Dr. Jarbas Ribeiro de Assis que deve ficar respectivamente na titularidade e na
287 suplência desse plenário do CONAMA, pretendo no nosso entendimento participar ainda na
288 câmara técnica de controle ambiental e diversas ações aqui entre os colegas, mas
289 possivelmente aqui no plenário com menos participação, então eu tenho certeza que o
290 Gerson e ANAMMA, nesse encontro nacional, tinha a representação, se não me engano, 21
291 estados, com municípios representados, eu acho que é um momento bastante importante, eu
292 tenho certeza que o CONAMA contribuiu muito para isso e a ação que os municípios
293 detiveram aqui, muito obrigado.

294

295 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

296

297 Com esse pronunciamento, nós encerramos a fase de ordem do dia. Conselheiro
298 Leopoldo Brandão.

299

300 **Leopoldo Brandão – Representante da CNC**

301

302 Senhor Presidente da mesa e demais membros, senhoras e senhores conselheiros, eu
303 estou aqui cumprindo a determinação da Câmara Técnica Temporária de Ecoturismo, essa
304 Câmara foi criada há três anos atrás, trabalhou durante um certo período, a matéria não é
305 fácil porque é uma matéria ainda não regulamentada, não temos parâmetros anteriores, mas
306 agora a Câmara reuniu-se ontem, numa segunda fase, pela primeira vez, e eu queria ao
307 transmitir esse informe, solicitar junto da Presidência do CONAMA providências para a
308 recomposição da Câmara Técnica, o seu antigo presidente não é mais conselheiro do
309 CONAMA, então não pode ser mais presidente e dos 20 membros nunca houve um
310 comparecimento maior do que 11, começa que 20 membros numa Câmara Técnica é
311 exagero, não funciona, para mim, um grupo menor em que possa haver diálogo de todos e
312 construir um consenso preliminar para decisões posteriores, segundo que um conselheiro
313 que reivindica um lugar numa Câmara e não comparece ele está moralmente obrigado a
314 pedir o seu afastamento, aliás isto está explícito, como determinação no novo regimento do
315 Conselho, fruto do “repensando o CONAMA” e em terceiro lugar, a Câmara precisa
316 funcionar e essa matéria é importante, tem um certo grau de urgência, a atividade está se
317 espalhando pelo Brasil todo sem uma norma, será muito mais difícil depois recompor uma
318 atividade do que permitir que ela já se inicie dentro de normas aceitas, é uma atividade
319 importante, num País pobre, é uma atividade que exige pouco capital e muita competência,
320 competência não custa dinheiro e o Brasil tem muito, está demonstrado na crise de energia,
321 a competência da população brasileira, de modo que é uma atividade importante para o
322 País, tem importância econômica e social, mas precisa ser operada, atuada com
323 responsabilidade ambiental, isso somente com uma Resolução se torna mais fácil, mais
324 explícito, por outro lado há muito demanda de interessados que não se iniciam porque a
325 atividade não está regulamentada, ninguém sabe como é que ela vai se desenvolver, então
326 eu faço um apelo a presidência do CONAMA pela recomposição imediata dessa câmara
327 temporária até que o novo regimento entre em vigor, e por último queria subscrever e

328 enfatizar, diria até dramatizar o problema da transição do CONAMA de um regimento
329 obsoleto para um regimento fruto de um trabalho democrático e de grande construção de
330 consenso, e queria dizer que nesse novo regimento foi muito bem tratado o problema das
331 presenças, vejam hoje, o presidente corou 28 votos a favor e uma abstenção, isso não é
332 quorum, isso é um grave problema ético, é um grave problema de legitimidade que esse
333 conselho sofre, isso tem que ser tratado com muito clareza, muita responsabilidade, não é
334 desrespeito a ninguém pedir que uma pessoa que não esteja comparecendo a um órgão que
335 se substitua, não é nenhuma agressão, é uma coisa normal, é preciso que nós tenhamos a
336 coragem de praticar essa norma, quem não pode comparecer, não quer comparecer se
337 substitua pelo seu companheiro, mas que esse órgão tenha vitalidade que decorrerá na
338 medida exata do comparecimento da totalidade dos seus membros, eu estou aqui há muitos
339 anos, eu tenho a impressão de que nunca houve uma presença maior do que 2/3, isso é um
340 absurdo, acho que a mínima presença que nós deveríamos contar seria 2/3, a presença
341 desejável seria acima de 90%, eu enfatizo esse problema e a urgência urgentíssima depois
342 das notícias dadas pelo Presidente da mesa de que as coisas já, uma política juridicamente
343 mais viabilizada que se faça não só a publicação, portanto a efetivação legal, mas a
344 implantação efetiva das normas acordadas no novo regimento da casa, ela é vital, eu
345 considero que nós estamos numa situação delicadíssima, de falta de presença, portanto falta
346 de legitimidade para deliberar, além, para os advogados, de falta de consistência jurídica de
347 um órgão que delibera sem a sua maioria, eu peço licença para enfatizar, na certeza de que
348 o Secretaria Executivo do MMA irá tomar a seu cargo, pessoalmente desenvolver atuações
349 de diligências para que essa nossa manifestação, que eu sei que ela responde ao anseio de
350 uma larga maioria do Conselho, do CONAMA, ela possa realmente superar essa fase que
351 realmente está tardando muito.

352
353
354

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

355 Com relação às questões levantadas pelo Conselheiro Leopoldo Brandão, nós
356 esperamos que, como já mencionamos na intervenção do Conselheiro Langone, tenhamos
357 rapidamente definido o novo regimento do CONAMA e no contexto desse novo regimento
358 também definida a composição das câmaras técnicas como ele mencionou, que vale tanto
359 pela questão do ecoturismo como para questão do saneamento que também foi aqui
360 levantada, como lembram os senhores conselheiros, há uma estrutura que foi aprovada de
361 câmaras que funcionaram através de grupos de trabalhos e associados de tal maneira que
362 através dos grupos de trabalho nós possamos capturar os temas mais difusos da agenda
363 ambiental para que eles possam ser adequadamente disciplinados no âmbito desse Conselho
364 e assim o faremos. Em seguida, dando prosseguimento à ordem do dia passamos para o
365 item 5.1, apresentação da Câmara Técnica Temporária para Assuntos da Mata Atlântica e
366 do Governo do Estado de Pernambuco sobre o desenvolvimento sustentável no
367 Arquipélago de Fernando de Noronha. Vinte minutos para a discussão desse tema.

368
369
370

Francisco Rodrigues Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste

371 Bom dia a todos. O Conselho Nacional do Meio Ambiente através da Câmara
372 Técnica da Mata Atlântica reuniu-se em 30 de junho e 1º de julho em Fernando de Noronha
373 para acompanhar as propostas que foram inicialmente levantadas pelo Ministério Público
374 Federal a respeito de obras e outros empreendimentos hoteleiros no arquipélago, o IBAMA

375 fez um relatório e de fato constatou que muitos desses empreendimentos estariam
376 irregulares porque não teriam licença ambiental até porque se trata de um Parque Nacional
377 e de uma APA federal, feitos estes trabalhos o próprio ministério publico fez um relato cujo
378 relato ainda não entregou oficialmente, constatou, que de fato, existia essa proposta, do
379 governo do Estado, no entanto, o CONAMA através da Câmara Técnica promoveu uma
380 ampla audiência pública com representantes do Governo do Estado, Assembléia Popular,
381 estiveram presentes organizações ambientalistas, enfim, a população, todos. O Estado
382 apresentou um anteprojeto de lei sobre uso e ocupação do solo que já tinha sido discutida
383 em outros momentos, a sociedade através da Assembléia Popular Noronhense também
384 levantou a questão, apresentou outra versão da proposta de empreendimentos no
385 arquipélago Fernando de Noronha, ouvimos os dois lados, ouvimos a população e acima de
386 tudo vimos a grande preocupação do morador em relação a sustentabilidade do arquipélago,
387 principalmente a questão sócio-econômica e a questão sócio ambiental, uma vez que 98%
388 da população da comunidade de Fernando de Noronha vive basicamente do ecoturismo, ou
389 seja, das pequenas pousadas, dos pequenos empreendimentos, e a preocupação da
390 população é que se os grande hotéis não iria, sobretudo, retirar a sobrevivência deles que
391 hoje contam com 107 pequenas pousadas e um hotel de porte médio, Hotel Esmeralda do
392 Atlântico que tem capacidade de alojamento em torno de 1050 pessoas, isso eles mostrando
393 a capacidade física de hospedagem e a capacidade física de suporte de Fernando de
394 Noronha com relação à implementação do turismo, estaríamos já com uma capacidade
395 física bastante acomodada. O que se viu, por outro lado, é que muitas dessas pousadas
396 precisam passar por uma melhoria, isso é claro e notório e a própria comunidade sabe, e
397 diante disso se questionou com relação ao plano de manejo, porque o IBAMA não chegou a
398 fazer o plano de manejo, porque isso estava acontecendo sem o devido acompanhamento do
399 IBAMA, então essas questões são de ordem técnica, ordem administrativa que a Câmara
400 Técnica não teria a competência de tomar uma decisão, mas a comunidade e as
401 representações locais através da Assembléia Popular Noronhense, os ambientalistas, enfim
402 apresentaram duas moções, cujas moções passaram na primeira instância na audiência de
403 Fernando de Noronha, passou na segunda instância, ontem, na Câmara Técnica de Mata
404 Atlântica e na terceira instância pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que é
405 procedente. Feito isso, o Ministério Público que também esteve presente na audiência
406 pública em conjunto com a Procuradoria do Estado já começaram a negociar um contrato
407 de ajustamento de conduta onde as partes já começarão a disciplinar essa questão, então a
408 gente viu que já houve um avanço, uma das reivindicações das comunidade seria o
409 restabelecimento do CONDIMA que é um Conselho que funciona, que o Estado
410 prontamente já iniciou algumas providências, o certo é que Fernando de Noronha, embora
411 seja um arquipélago que é administrado pelo Governo do Estado, mas passa a ser realmente
412 um patrimônio de interesse nacional, então Fernando de Noronha pertence a Pernambuco
413 assim como pertence ao Brasil, então tudo que se passa naquele arquipélago, por ser um
414 arquipélago insular impar, na área da fauna marinha, na área de um ecossistema frágil, não
415 poderia jamais passar por qualquer um processo sem uma ampla discussão cuidadosa, para
416 que qualquer introdução em Fernando de Noronha poderá ser fatal. Então, as discussões
417 chegaram a esse nível e para completar eu gostaria que representantes do Instituto
418 Ambiental, a Silvia, utilizasse três minutos para colocar, como representante, que fizesse
419 alguma colocação, que ela é representante do Instituto Ambiental de Fernando de Noronha.
420

421 **Silvia Márcia Bobko – Representante do Instituto Ambiental de**
422 **Fernando de Noronha**

423

424 Bom dia. Todas as questões ambientais e legais que vigoram hoje em Fernando de
425 Noronha, essa questão da incompatibilidade entre Estado e União, esses acordos que serão
426 feitos para solucionar esses problemas estão em andamento e acho que nada melhor do que
427 este fórum, para a gente vir aqui e falar a respeito desses problemas que estamos vivendo e
428 que um dos responsáveis pela co-gestão de Fernando de Noronha daqui para frente,
429 principalmente com a interferência do Ministério Público Federal, será o IBAMA, porque o
430 IBAMA é a representação federal em Fernando de Noronha que deve atuar juntamente com
431 o Estado e a comunidade. O que eu gostaria de alertar aqui são as nossas preocupações com
432 relação as denúncias que foram feitas e distribuídas aqui, este é o resumo das denúncias que
433 originaram a recomendação conjunta do Ministério Público, e, então, é por isso que nós
434 estamos aqui, porque o CONAMA assumiu essas responsabilidades, quer dizer, é claro que
435 nós temos dois dossiês enormes que são a fundamentação de tudo isso que vocês
436 receberam, ficou faltando para algumas pessoas, eu depois me comprometo a
437 complementar as informações, mas que o alerta que eu quero dar é que se o IBAMA será
438 co-gestor de Fernando de Noronha, eu gostaria que responsabilidades fossem cobradas do
439 IBAMA local, porque todas as denúncias que estão aqui, elas foram feitas sem a
440 fiscalização do IBAMA local, isso no meu entendimento fere a função do IBAMA no país e
441 se daqui para frente o IBAMA terá essa participação tão importante na nossa vida eu acho
442 que tem que começar a cobrar responsabilidade deles pela omissão desses casos, muito
443 obrigada.

444

445 **Francisco Rodrigues Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

446

447 Complementando a informação, eu gostaria que o Domício Cordeiro viesse aqui
448 também apresentar rapidamente, em dois minutos, complementasse as informações sobre a
449 questão de Fernando de Noronha.

450

451 **Domício Cordeiro**

452

453 Bom dia a todos. Eu gostaria de esclarecer que a nossa grande preocupação, nós
454 estamos aqui graças as denúncias formuladas pela Assembléia Popular Noronhense, cujo
455 presidente é um servidor do IBAMA, eu queria que de público e diante da nação brasileira
456 aqui representada pedir que esse rapaz seja protegido para que não sofra retaliações diante
457 da seriedade do que ele falou, do que ele trata, nós estamos aqui a frente de um grupo de 40
458 cidadãos simples, que estavam lá fora com aquelas faixas, e que, como eles dizem,
459 cruzaram o oceano, atravessaram o sertão, para vir dizer não a uma proposta de exploração
460 econômica sobre Fernando de Noronha, baseada em estruturas hoteleiras não compatíveis
461 com o que hoje existe em Fernando de Noronha, viemos aqui preocupados em que o
462 CONAMA realmente ratifique no que foi decidido ontem pela Câmara Técnica da Mata
463 Atlântica, pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, o ideal para nós é que fosse
464 excluída, de qualquer possibilidade, a implantação de estruturas econômicas que possam vir
465 a sufocar a comunidade que é hoje socialmente e economicamente talvez a mais justa do
466 Brasil, nós não temos milionários entre nós, mas também não temos miseráveis. Nossa
467 sociedade é perfeitamente estratificada e isso nos assusta, a possibilidade que estruturas

468 fortes de hotelaria possam vir, realmente, a comprometer toda a questão ambiental da ilha.
469 Eu acompanhei, fui um dos que fez parte dos estudos junto com a EMBRAPA do
470 zoneamento agro-ecológico da ilha, eu fui um dos que criou o Parque Nacional Marinho, eu
471 fui o seu primeiro diretor, minha família está em Fernando de Noronha há quase 100 anos,
472 então meus senhores, a nossa preocupação, bom para nós seria que realmente Noronha
473 tivesse uma forma própria, uma maneira própria, como hoje são 107 pousadeiros , mas de
474 100 taxistas, pequenos barqueiros, pequenos lojistas, uma sociedade socialmente e
475 economicamente justa, é nesse sentido que eu apelo ao senhores e encaminho a aprovação
476 da moção encaminhada pela Câmara Técnica, muito obrigado.

477

478 **Francisco Rodrigues Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

479

480 Para finalizar a colocação, companheiro Cleiton do Conselho da Reserva da
481 Biosfera da Mata Atlântica.

482

483 **Cleiton – Representante do Conselho da Reserva da Biosfera da Mata**
484 **Atlântica**

485

486 Eu gostaria de reforçar o apoio total do Conselho da Reserva da Biosfera da Mata
487 Atlântica que inclui Fernando de Noronha nas preocupações que felizmente caminham para
488 um consenso entre Governo do Estado, Administração da Ilha, a comunidade local e com
489 atuação também muito importante da Câmara Técnica da Mata Atlântica do CONAMA e
490 do Ministério Público de tentar chegar a um consenso que tenha como princípio o
491 desenvolvimento sustentável de base local, esse exemplo de Fernando de Noronha, que a
492 gente espera ocorra, servirá obviamente, para muitas áreas no Brasil Continental e no caso
493 específico de Fernando de Noronha, eu tive oportunidade nessa reunião da Câmara Técnica
494 ver que há problemas ambientais, mas eles estão identificados e uma vez definida
495 claramente a questão de competências na área ambiental que foi uma das principais
496 preocupações que as reuniões colocaram, certamente será fácil de desenvolver, eu queria
497 dizer também que é muito importante a mobilização da comunidade local, a gente viu que
498 eles estão realmente organizados, e isso é uma garantia de compromisso deles com a
499 conservação de Fernando de Noronha e que também sentimos, felizmente, das autoridades
500 envolvidas no âmbito estadual também essa preocupação atualmente, então é só reforçar
501 que o papel que o CONAMA também está tendo como um canal para resolução de
502 conflitos de interesse nacional, sem nunca perder a perspectiva da questão local como base
503 do desenvolvimento sustentável.

504

505 **Francisco Rodrigues Soares – Representante das ONGs do Nordeste**

506

507 Então, nós temos aqui, eu queria ver o depoimento da Dona Ida que é do Conselho
508 Distrital, 2 minutos, para ela colocar rapidamente.

509

510 **Ida – Representante do Conselho Distrital de Fernando de Noronha**

511

512 Excelentíssimo Sr. Presidente, Sr. Secretário, demais Conselheiros e povo de
513 Fernando de Noronha aqui presente, nós do Conselho Distrital de Fernando de Noronha,
514 órgão instituído através da Lei 11.304 da Lei Orgânica, estamos aqui também envolvidos

515 com esses problemas, dando apoio a população de Fernando de Noronha, para que lute por
516 seus direitos, por sua cidadania, participamos também da moção que foi entregue ao
517 CONAMA e nos sentimos honrados com a presença do CONAMA em Fernando de
518 Noronha, ouvindo o que é que a população sente, e trazendo para cá, para os senhores
519 nossas propostas, nossas posições, queremos dizer, que a situação da única ilha oceânica
520 habitada amplia sobremaneira as restrições de manejo e a necessidade da escolha do
521 modelo certo do desenvolvimento para Fernando de Noronha, o futuro da Ilha depende das
522 perspectivas sócio econômicas da população residente, portanto é necessário evitar
523 qualquer processo que possa levar a marginalização das gerações futuras, da mesma forma
524 é importante que se compatibilize o desenvolvimento quantitativo e qualitativo, com as
525 limitações da capacidade de carga do arquipélago. Fernando de Noronha é o ponto de maior
526 atração do turismo nacional e internacional dentro do Estado de Pernambuco, portanto,
527 além da necessidade de estruturação própria, opção certa de desenvolvimento da ilha, é
528 fundamental para o crescimento do turismo no Estado, essa reunião que houve em
529 Fernando de Noronha foi justamente ouvindo a comunidade e vendo a necessidade desse
530 desenvolvimento sustentável para Fernando de Noronha, levando em conta que lá existe
531 uma população insular que apesar de desejar o desenvolvimento para a ilha, para a
532 obtenção de empregos, de novos campos de trabalho, mas é preciso haver um equilíbrio
533 entre essa entrada de capital e a população lá existente. Agradeço a oportunidade e espero a
534 visita de todos para conhecer melhor Fernando de Noronha.

535

Francisco Rodrigues Soares – Representante das ONGs do Nordeste

536

537
538 Vamos encerrar o nosso relato sobre Fernando de Noronha, o que ficou, a proposta
539 do Ministério Público, o Governo do Estado e o Governador do Distrito de Fernando de
540 Noronha de conjunto consolidar essas propostas da comunidade, do Governo e a própria lei
541 de uso e conservação do solo que foi questionado, que ela volte a ser discutida, através do
542 CONDIMA e outras representações, até porque, pelo quadro que nós vimos lá, as
543 discussões não estavam esgotadas, porque a comunidade tem propostas também, e essas
544 propostas precisam ser discutidas, e hoje dia 12 de julho, eu espero que todos os
545 conselheiros que aqui estão presentes no CONAMA, considere o dia de Fernando de
546 Noronha. Muito Obrigado.

547

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

548

549 Secretária Alexandrina, Conselheira representante do Estado de Pernambuco.

550

Alexandrina S.S. de Moura – Representante do Estado de Pernambuco

551

552
553 Bom dia a todos, como nós vamos, como eu entendo, ter espaço, à tarde, para
554 discutir a moção, eu não gostaria aqui no momento de tecer considerações específicas, pelo
555 que já foi dito aqui e algumas coisas já caminham para o consenso. Eu gostaria de explicar,
556 no entanto, aos senhores conselheiros, que diferentemente do que se possa pensar, toda essa
557 discussão que se trata de uma lei de uso e ocupação do solo da Área de Proteção Ambiental
558 que está sob a nossa coordenação, do Estado de Pernambuco, ela passou e foi discutida com
559 muita democracia no Conselho Estadual do meio Ambiente, e esse Conselho criou um GT,
560 GT inclusive, que integrou um dos representantes do Conselho Distrital de Noronha, de
561

562 modo que esse anteprojeto que nós vamos discutir, que já discutimos no CONSEMA e há
563 uma pauta de que volte as comunidades, ele não representa uma iniciativa isolada do
564 administrador de Noronha, nem do Governador do Estado de Pernambuco, porque todas
565 essas preocupações propostas aqui, são preocupações também do Governo do Estado, Eu só
566 queria ponderar aqui, com relação ao que o Dr. Francisco disse é que eu creio que o que
567 realmente foi em Noronha deva ser considerada uma audiência e não uma reunião de
568 câmara técnica, porque não havia *quorum* nem para a instalação, nem para discussão, eu
569 entendi aquele momento muito importante, mas como um momento de audiência, de troca
570 de opiniões e não de instalação de um tribunal onde o CONAMA vai para tomar decisões e
571 tomar partido em relação a A, B ou C, é claro que nós temos conflitos de interesse, até
572 porque entre os próprios ilhéus nem tudo é consenso, de modo que eu queria colocar aqui e
573 deixar bem claro é que Noronha também é uma preocupação muito grande para o Estado de
574 Pernambuco e por isso tivemos a preocupação de discutir amplamente toda essa questão
575 com o conselho que eu considero um dos mais atuantes do país, o conselho é paritário e
576 vem trabalhando com questões realmente voltadas para o desenvolvimento sustentável, o
577 que nós evitamos, Srs. Conselheiros, é de transformar os Conselhos, às vezes, em espaços,
578 em um local de politização que extrapola em muito, as condições e as questões, que as
579 comunidades, ou mesmo os assuntos demandam em termos de apreciação ambiental, eu
580 deixo aqui em registro que em Noronha a audiência extrapolou muito e eu entendo isso
581 como um momento até de catarse da comunidade diante de um conselho que tem o peso
582 que nós temos. Então eu agradeço a atenção e creio que nós vamos Ter condições de
583 discutir com muita maturidade as moções que foram apresentadas. Eu gostaria de passar a
584 palavra, rapidamente, ao Sr. Sergio Sales que é o administrador da ilha e vai fazer em
585 seguida a apresentação. Muito obrigado a todos.

586
587 Sérgio Sales – Administrador da Ilha de Fernando de Noronha

588
589 Eu vou tomar só alguns minutos de vocês, mas é muito importante de que vocês
590 tenham uma noção do momento vivido por Fernando de Noronha nos últimos anos. Bem, a
591 questão de Fernando de Noronha, ela se refere ao momento de 1988 para cá, quando ela foi
592 reanexada ao Estado de Pernambuco, até então Noronha tinha um papel muito importante
593 no País, e lá viviam pessoas, parte está aqui presente nessa audiência, pessoas que foram
594 atraídas a viver em Fernando de Noronha, no exercício de uma função pública, lá na
595 verdade, funcionava instituições federais que tinham interesse estratégicos no controle de
596 tráfego aéreo no Atlântico Sul, bem interesses maiores do país e que justificava a
597 manutenção um grupo de pessoas trabalhando na ilha e por conta da questão de isonomia
598 salarial, etc., essas pessoas, elas tinham alguns benefícios como casa, luz, etc., que o
599 Estado dava para poder justificar a saída deles do continente, do convívio, as vezes, de sua
600 família, para viver em Fernando de Noronha, isso era praticamente a maioria da população
601 em Noronha até 88, alguns que foram para lá em condições, as mais variadas, e também
602 terminaram por se fixar. No momento em que a ilha foi reanexada ao Estado de
603 Pernambuco, o sentimento que se tinha era de que era peso para Pernambuco em razão dos
604 desafios e das responsabilidades financeira e ambiental imposta ao Estado. O Estado não
605 tinha, em relação a Fernando de Noronha, os mesmo interesses que a união dispunha e que
606 justificava um conjunto de ações federais em Fernando de Noronha e de outra parte, uma
607 rejeição dos moradores, que até então tinham um conjunto de benefícios e que tiveram
608 esses benefícios abruptamente suspensos, então a partir deste momento começou a surgir,

609 até como uma espécie de safena da vida, eles começaram a buscar na atividade turística a
610 forma de sustento de suas famílias, e essa atividade turística ela usa basicamente as
611 estruturas das hospedarias domiciliares em que eles dispensam parte das casas em que
612 vivem para receber turistas, bem até no momento da reanexação, como a Constituição, ela
613 tomou uma decisão genérica e que precisava ser tratada posteriormente noutros níveis
614 legais, o Estado de Pernambuco entrou com uma ação contra a União em que reivindicava
615 além da gestão política e administrativa da ilha, também a posse, uma ação que terminou
616 fazendo com que a ilha passasse alguns anos sem praticamente nenhum investimento, o
617 turismo ia acontecendo, as coisas iam acontecendo, e o Estado para evitar compromissos
618 futuros, maiores de indenização, terminava não fazendo investimentos extremamente
619 necessários de infra-estrutura em Fernando de Noronha, bem houve um momento, então,
620 cerca de 7 anos atrás, ou seja, nos primeiros dias do governo e da gestão do Ministro
621 Krauser aqui no MMA, ele teve uma audiência com o Presidente, e nessa audiência ele
622 argumentou de que se nós não conseguíssemos estabelecer em Noronha um bom exemplo
623 de que é possível uma área Ter um desenvolvimento sustentável, como ele poderia
624 apresentar uma proposta de sustentabilidade em questões de desenvolvimento para o País,
625 foi nesse momento em que ele convenceu o Presidente e um conjunto de assessores, no
626 caso ministros, a se preocupar com Noronha, e ao longo dos 4 anos da gestão dele, vários
627 investimentos foram feitos, dando a ilha justamente essa infra-estrutura como está aí
628 apresentado, pista do aeroporto, a BR, a compra de um desalinizador, barragem da pedreira,
629 sistema de saneamento, um conjunto de intervenções relacionadas com a infra-estrutura de
630 da Ilha de Fernando de Noronha

631

Dr. José Carlos Carvalho – Secretário Executivo do MMA

632

633
634 Eu queria considerar esgotado o debate e a apresentação de Fernando de Noronha
635 dando a palavra ao IBAMA que foi citado em vários momentos e depois o Secretário Zé
636 Pedro que encerrara essa fase. Pediria que fossem rápidos e em seguida discutiremos o item
637 5.3 para aproveitar a presença do Secretário Eduardo Novaes e concluiríamos a parte da
638 manhã com o item 5.2 do Ministério dos Transportes.

639

640 Senhor..... – Representante do IBAMA

641

642 Srs. Conselheiros, o IBAMA é citado várias vezes nessa manhã, eu gostaria de fazer uma
643 abordagem rápida e penso que contextualiza bem essa questão, creio que as providencias
644 que vem sendo tomadas e os encaminhamentos que estão sendo adotados tanto pelo
645 Governo do Estado quanto pela Administração, quanto pelo interesse da comunidade, vão
646 dar o norte e o cenário ideal para a administração dos problemas da ilha, são 4
647 instrumentos, basicamente, está em fase adiantada de discussão e negociação com o
648 Ministério Público do Estado a celebração de um termo de ajustamento de conduta onde
649 serão abordadas estas questões relacionadas com a competência, competência privativa do
650 IBAMA sobre os licenciamentos, bem abordadas pelo Dr. Herman Benjamin, quer dizer, no
651 termo de ajustamento de conduta, certamente ali, nós conseguiremos identificar e situar
652 claramente essas questões de licenciamento, simultaneamente o IBAMA está preparando o
653 plano diretor da APA que também é um instrumento importante, do ponto de vista de
654 abordagem e do ponto de vista de fixação de espaços que devem Ter determinado tipo de
655 uso, também o ante projeto de ocupação e uso do solo, que é esse o projeto que esta sendo

656 discutido, que será levado à Assembléia Legislativa do Governo do Estado também é um
657 instrumento fundamental, todos sabem que por força constitucional todo município, todo
658 distrito tem que Ter um plano diretor, Plano Diretor tanto na Constituição Federal quanto
659 nas Constituições Estaduais, para que esse Plano Diretor tenha eficácia, tenha validade
660 jurídica, no mundo jurídico, é preciso que ele esteja aprovado por um lei, no caso estadual,
661 então, esse Plano Diretor, essa Lei de Uso e Ocupação do Solo, uma vez aprovada, que
662 certamente refletirá um Plano Diretor para a ilha, também será um instrumento importante e
663 fundamental do ponto de vista de gestão e administração da ilha, e ao lado disso, 2 outros
664 instrumentos que estão também a caminho, que seria o próprio termo de transferência pelo
665 Patrimônio da União à Administração da Ilha das condições de uso e de ocupação daquele
666 solo, então quer dizer, o termo de transferência que esta sendo elaborado pelo Patrimônio
667 da União, em discussão com a administração do distrito, também serão instrumentos
668 importantes, do ponto de vista do cenário de utilização e de atividades naquela ilha e por
669 fim a revisão do Plano Diretor do Parque Nacional Marinho, pelo IBAMA, quer dizer, eu
670 acho que a conjugação destes 4 instrumentos conclui ou seja dão um cenário perfeito e
671 adequado e instrumental necessário para que a administração da ilha seja realmente feita de
672 forma que atenda a todos os interesses, tanto da população quanto dos aspectos ambientais,
673 por isso eu acho que a proposição que está sendo feita pelo Governo do Estado de fixar um
674 prazo de 60 dias a partir da instalação do CONDIMA no distrito, para que o CONDIMA
675 faça novamente uma discussão sobre esse ante projeto de lei e então encaminhe à
676 assembléia legislativa, realmente é uma idéia interessante, porque nós tínhamos colocada
677 na proposta de moção que seria no menor prazo possível, mas menor prazo possível pode
678 ser um mês, como pode ser um ano, como pode ser 10 anos, então isso não dá um cenário
679 com inicio, meio e fim, acho que a proposta de 60 dias para que faça uma nova análise
680 deste ante projeto de lei antes de ser encaminhado à assembléia legislativa, é interessante,
681 bem, eu gostaria de apontar 2 questões que são pontuais em relação ao IBAMA na ilha, é
682 uma questão mais interna, mas é importante, nós temos uma ocupação já, há bastante
683 tempo, de uma pousada do IBAMA, de um hotel, que eu diria que é uma ocupação
684 irregular, quer dizer, totalmente fora do contexto da legislação, tanto de licitação quanto do
685 ponto de vista de ocupação de bens públicos, seja ele do IBAMA seja ele da União, que
686 felizmente depois de 9 anos na justiça nós conseguimos ganhar essa causa e esperamos que
687 brevemente nós consigamos realmente retomar aquele bem público que vem sendo ocupado
688 há bastante tempo por uma empresa chamada Noronhense, depois de tantos recursos e
689 agravos e recursos protelatórios, nós conseguimos vencer essa batalha na justiça e
690 certamente é um bem público que deve ser restaurado, restabelecido, melhorado e
691 conservado, porque ele está lá hoje, aparentemente em absoluto abandono, então esse bem
692 publico, quer seja da União, quer seja do IBAMA está sendo retomado judicialmente e nós
693 temos o dever e a obrigação de restaurá-lo e fazer uma licitação na forma da lei de licitação
694 publica para uma nova ocupação, outra questão que é questão interna do IBAMA é que nós
695 temos alguns servidores do IBAMA, participando dessa associação, que é uma associação
696 que trabalha com esse hotel, é uma questão interna, me perdoem registrar esse fato, porque
697 nós temos que tomar providencias em relação a isso, em relação a essa participação de
698 servidores do IBAMA nesses processos que são estranhos ao próprio dever institucional do
699 servidor, que tem um regime jurídico único, lei 8.112 que estabelece a forma de
700 participação ou a proibição de servidores públicos neste tipo de processo, eu já recomendei
701 a abertura de um inquérito administrativo disciplinar para apurar as responsabilidades
702 desses servidores, quer dizer, o servidor do IBAMA, a obrigação dele é dentro do IBAMA

703 e cuidando do meio ambiente, e não cuidando, realmente, de outros interesses, então esses 2
704 aspectos que eu gostaria de registrar porque eles estão em pauta, estão no nosso dia a dia, e
705 é bom que os Srs. Conselheiros tenham conhecimento para que ao Ter notícias que
706 efetivamente não correspondam a verdade, saibam que podem nos consultar que nós temos
707 todas as condições de informar corretamente quais são as providencias que estão sendo
708 adotadas em relação a esses dois fatos, muito obrigado.

709

710

Dr. José Carlos Carvalho – Secretário Executivo do MMA

711

712

Bom, para concluir essa parte relativa a Fernando de Noronha, eu dou a palavra ao
713 Secretario Zé Pedro e em seguida discutimos o item 5.3.

714

715

Dr. José Pedro – Secretário

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

Bom, na qualidade de cidadão noronhense, que muito me orgulho, eu queria dizer
que nas discussões que tivemos ontem, e eu fui citado 2 vezes, a nossa visão, do Ministério
do Meio Ambiente, é de que Fernando de Noronha é um jardim, e é um dos jardins mais
bonitos que nós temos no País e isso vale dinheiro, isso vale, inclusive, a possibilidade de
um desenvolvimento para a própria população da região, é o que nós temos de mais
parecido com o paraíso, que foi situado aqui pela nossa companheira Maria Dalci.
Fernando de Noronha está perdendo qualidade, eu tive oportunidade de estar lá há dez anos
e há um ano e meio atrás e isso é um consenso entre todos nós, e nós não podemos deixar,
para o bem do País, para o bem da população noronhense, para o bem de Pernambuco, para
o bem de nós todos que essa qualidade se perca, é um ambiente frágil, é um ambiente que
tem limitações claras de visitação turística, limitações claras, inclusive, de população, Dr.
Eduardo Martins estudou isso, essa visitação tem que ser controlada, o acesso de novos
moradores tem que ser controlado também, nós temos a convicção que é fundamental a
participação da população noronhense em todas as decisões que se tomem em relação a
ilha, isso é um dos pré-requisitos da administração do nosso prezado Ministro Sarney Filho,
que quer uma administração não só transparente mas também participativa, então nós
precisamos melhorar a qualidade ambiental e paisagística de Fernando de Noronha, isto é
um trabalho que requer envolvimento de todos, IBAMA, Estado e população, nós
acreditamos que isso é possível, o arquipélago pode melhorar a sua qualidade paisagística,
ambiental e também a defesa de sua integridade biológica, tanto entendemos que isso é
possível que o Ministério está propondo que Fernando de Noronha seja reconhecido junto
com atol das rocas, como um novo sitio do patrimônio mundial natural, que vai aumentar,
inclusive a pressão paisagística, sobre a questão da visitação, a visão do Ministério, é que
Fernando de Noronha deve sim, ser acessível a todas as camadas da população, das mais
ricas às mais pobres, diferentemente do modelo caribenho que isolou aquelas ilhas para
uma visitação apenas de uma camada privilegiada, buscando apenas o lucro econômico,
acho que Fernando de Noronha é um patrimônio nacional e deve ser permitida a sua
visitação a todas as camadas, eu entendo que o esforço que está se fazendo e o tempo que o
CONAMA dedicou hoje a Fernando de Noronha e dedicará e necessário é mais do que
importante, é realmente uma forma de equacionar essas questões da ilha de uma forma
muito procedente, muito responsável, de nossa parte, eu já me coloquei a disposição do
Presidente do IBAMA de colaborar em tudo que for possível e me coloco a disposição,
coloco o Ministério, a minha Secretaria a disposição do Governo de Pernambuco como o

750 Alexandre já sabe que já está, e da população local para esse trabalho, eu acredito que nós
751 tivemos um tempo de discussão razoável e que foi muito importante, e que Fernando de
752 Noronha deve se beneficiar disso, e caso isso não ocorra nós teremos que voltar a examinar
753 no nível do CONAMA. Muito Obrigado.

754

755 Dr. José Carlos Carvalho – Secretário Executivo do MMA

756

757 Bom, eu queria agradecer a câmara técnica pelo esforço realizado na produção dessa
758 decisão que vamos votar a tarde, quero agradecer o empenho da comunidade de Fernando
759 de Noronha e também quero agradecer ao Governo do Estado de Pernambuco, sobretudo, a
760 Secretária Alexandrina pelo empenho e dedicação em ajudar a buscar uma solução de
761 consenso, mais uma vez aqui, nós podemos dar testemunho do trabalho que o CONAMA
762 pode fazer em relação aos conflitos gerados na área de meio ambiente, até porque aquilo
763 que a política separa o meio ambiente tem a capacidade de unir, foi o que nós de certa
764 forma pudemos fazer nessa nossa reunião do CONAMA, por isso eu quero agradecer o
765 empenho de todos e passar a frente dando a palavra ao Secretário de Qualidade Ambiental
766 do Ministério Dr. Eduardo Novaes, para a discussão do item 5.3.

767

768 Dr. Eduardo Novaes – Secretário de Qualidade Ambiental do MMA

769

770 A minha intervenção vai ser extremamente curta, ela tem haver com a necessidade,
771 ao nosso ver, e submetemos isso ao Presidente do CONAMA e ao plenário, de que o
772 CONAMA discuta, a partir de uma exposição, que seria feita pelos membros do Conselho
773 Nacional de Metrologia, certificação em qualidade ambiental, os problemas da avaliação de
774 conformidade de certificação, são problemas que tem cada vez mais, impacto e importância
775 no comercio, não só no comercio internacional como no comercio interno, tem haver com
776 qualidade de produtos, com certificação ambiental e certificação 9000, e mais e mais o
777 impacto, um instrumento importante da gestão ambiental de empresas ou da gestão
778 ambiental que é definida como compulsória, é espontânea que são as empresas e
779 compulsória, então a nossa proposta, Sr. Presidente, é que na próxima reunião ordinária do
780 CONAMA, abra-se um espaço, nós vamos convidar COMETRO – Conselho Nacional de
781 Metrologia e Qualidade para fazer uma exposição sobre sistema nacional de metrologia e
782 qualidade, a interface desse sistema com o SISNAMA e a partir daí, os temas que deveriam
783 ser objeto de discussão e de debate no âmbito do CONAMA ou de suas câmaras técnicas, é
784 essa a proposição que encaminhamos a V. Excelência.

785

786 Dr. José Carlos Carvalho – Secretário Executivo do MMA

787

788 A mesa deseja registrar com especial atenção essa proposta que vem sendo
789 analisada no âmbito da Secretaria de Qualidade Ambiental do nosso Ministério, esse é um
790 tema da maior relevância que vem ganhando espaço, sobretudo, pela continuada exigência
791 do mercado por produtos ambientalmente certificados, e nós entendemos que já é hora
792 desse Conselho se manifestar sobre esse tema de tal maneira que os esforços que o País
793 vem realizando na área de certificação ambiental possa merecer o exame do nosso
794 Conselho tendo em vista a importância estratégica dessas iniciativas para o
795 desenvolvimento sustentável do País, em razão disso, nós estamos acatando a proposta da
796 Secretaria de Qualidade Ambiental pedindo a nossa direção, a diretoria do CONAMA, Dr.

797 Maurício que faça a inserção para debate desse tema na nossa próxima reunião do
798 Conselho, em seguida, pela ordem, esgotando o item 5, nós vamos Ter apresentação do
799 Ministério dos Transportes sobre o plano de sustentabilidade ambiental da BR 174 que é
800 um trecho importante e que vem aqui também para o conhecimento desse Conselho, nós
801 queremos sugerir que façamos uma interrupção, na parte da manhã, após a apresentação do
802 Ministério do Transporte, por 1 hora e 15 minutos, para almoço, sugerindo que os
803 Conselheiros possam almoçar aqui mesmo, no restaurante do lado, e retornaríamos, em
804 seguida, para cumprir a ordem do dia correspondente ao item 6 da nossa pauta. Eu quero
805 lembrar, que às 17:00h, por força de dispositivos de racionamento de energia da
806 Administração Pública, impreterivelmente nós teremos que encerrar a nossa reunião, por
807 isso, se a reunião se estender ao ponto em que terá que ser interrompida nesse momento, a
808 reunião será interrompida e nós provavelmente em razão do grande número de assuntos
809 convocaremos uma reunião extraordinária, num outro momento a ser examinado pelos
810 conselheiros para votar os demais assuntos da ordem do dia e outros assuntos que já estão
811 praticamente prontos para subirem à decisão desse plenário no âmbito das câmaras
812 técnicas, tem a palavra o Ministério dos Transportes.

813

814 Dra. Yeda Riso – Representante do Ministério dos Transportes

815

816 Bom dia a todos, Srs. Conselheiros, Presidente da Mesa, eu agradeço a
817 oportunidade, meu nome é Yeda Riso, eu sou representante desse Conselho já há algum
818 tempo, e idéia hoje é que o Ministério dos Transportes venha trazer uma experiência bem
819 sucedida de avaliação ambiental estratégica num eixo de grande importância para o Brasil,
820 como é a BR 174, recentemente o Ministro Eliseu Padilha criou uma comissão permanente
821 de meio ambiente, ligada diretamente ao Gabinete do Ministro, com o propósito de
822 acompanhar as obras do Plano Avança Brasil, esse conselho é composto por membros de
823 todos os segmentos, empresa que compõem a instituição e o Ministério dos Transportes
824 como um todo, nós estamos com algumas iniciativas também com o Ministério do Meio
825 Ambiente e com a Secretaria de qualidade ambiental na assinatura de uma agenda
826 ambiental de transportes que vai, entre outras formas, buscar viabilizar estudo de avaliação
827 ambiental estratégica dos grandes eixos do Brasil e nós pretendemos incluir as hidrovias,
828 rodovias, algumas ferrovias como um todo, a BR 174, nós temos 20 minutos para
829 apresentar, vai ser uma apresentação bem técnica e bem rápida, e ela vai na verdade hoje
830 trazer uma experiência bem sucedida de uma avaliação ambiental estratégica, a partir de
831 uma exigência de um banco financiador, que é CAF – Corporação Andina de Fomento, nos
832 primeiros 5 minutos, Dr. Irani Siqueira que é o Gerente dessa obra no Avança Brasil, ele
833 vai contextualizar para os senhores, o que é a BR, qual a importância dela, e na seqüência o
834 Dr., Carlos Montana, o representante do consórcio ganhador desse empreendimento vai
835 apresentar a metodologia, de uma forma bem sintética, e os resultados para os senhores, o
836 que a gente espera com isso é de que essa fórmula de estudo de avaliação sirva como
837 subsídios para outros projetos que nós venhamos a desenvolver. Então com a palavra Dr.
838 Irani Siqueira.

839

840 Dr. Irani Siqueira – Gerente da Obra BR 174 do Plano Avança Brasil

841

842 Bom dia a todos, a minha exposição vai ser rápida, eu queria mais fazer uma
843 exposição da BR 174. A BR 174, no trecho que nós vamos considerar, ele parte de Manaus

844 e vai até a fronteira, o marco BV 8, e ali nós temos em seguida a ligação do Brasil com a
845 Venezuela até Caracas, esse trecho construído no Brasil tem 970 Km e o trecho Manaus-
846 Caracas tem 2250 km, é importante ressaltar, e muitos aqui já conhecem a importância do
847 que é a BR 174 no contexto nacional, regional e no contexto da Amazônia, ela está ligando
848 uma economia de um estado de Roraima, ligando a economia de Manaus, e está ligando o
849 Brasil ao Caribe, principalmente a Venezuela que é um país, que hoje tem um PIB de mais
850 de 100 bilhões de dólares, aqui é o quadro do financiamento, esse quadro é da época, é de
851 1997, no valor de 168 milhões de dólares nessa composição que aí está apresentada, e eu
852 queria chamar atenção para o item outros, esse item foi considerado o problema ambiental e
853 o problema reserva indígena Vaimiri Atuari, bom a obra da BR 174 não é uma obra nova,
854 ela começou em 1970 com o convênio que foi assinado entre o DNER e o Ministério do
855 Exército, à época, agora Ministério da Defesa, em abril de 1997, o 6º Batalhão de
856 Engenharia começou a conclusão desse trecho Manaus-Marco BV8, em 1994 foi realizado
857 a pavimentação do trecho Boa Vista – Marco BV8, que é o trecho norte, é o trecho do
858 Estado de Roraima, consolidando a ligação daquela capital com a Venezuela e em seguida
859 o asfaltamento do trecho Boa Vista – Caracarái, é importante ressaltar que Caracarái, à
860 época, era um porto muito importante, porque todo o derivado de petróleo que abastecia
861 termoeletrônica de Boa Vista partia de Caracarái, em 1996 foi criado o Programa Brasil em
862 Ação e foi concluída todo o trecho dos 970 km, houve uma mudança de plano e passou para
863 Plano Avança Brasil, o importante nessa época, do Plano Avança Brasil, a rodovia já estava
864 praticamente completa, foi mais a conclusão da ponte sobre o Rio Branco que viabilizou
865 um transporte econômico e rápido entre as duas capitais e entre o Brasil e a Venezuela, à
866 época, a ponte do Rio Branco ela encurtou em mais de 1 hora o transporte que era feito por
867 balsa em condições precárias no Rio Branco, hoje em dia a BR está incluída em um
868 potencial de transformação sócio econômica, associado a um novo contexto que é a
869 sensibilidade do Estado, o fato que se encontra em conclusão a implantação a linha de
870 transmissão proveniente da hidroelétrica venezuelana de Guri que equacionará, em
871 definitivo, o problema de carência de energia elétrica no Estado de Roraima, esse ponto
872 também é importante ressaltar, porque toda aquela energia de Roraima ainda é por termo
873 elétrica está se chegando hoje, talvez no mês de agosto já esteja inaugurado a ligação
874 elétrica entre o Brasil e a Venezuela, o que vai mudar significativamente o panorama
875 econômico e social tanto do Estado de Roraima quanto de toda àquela sociedade, bom, isso
876 é para ressaltar que a BR 174 introduziu sérias modificações ambientais tanto no Estado do
877 Amazonas quanto no Estado de Roraima, e nós analisamos de tal forma que essas
878 intervenções de obras de engenharia introduziu modificações ambientais localizadas, de
879 pequenas magnitude, tanto que a fase de intervenções, como eu chamei no início, desde
880 1970, quando foi feita, de maior caráter modificador, essa fase ocorreu há mais de 20 anos
881 atrás, no entanto, não se nega a responsabilidade que houve da agressão ambiental também
882 causada, mesmo pela obra de pavimentação, foram aceitos pela CAF, 2 planos ambientais,
883 o plano ambiental do Estado do Amazonas, que foi preparado pelo Estado do Amazonas, e
884 no Estado de Roraima, por solicitação da CAF foi desenvolvido esse Plano de
885 Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável, da área de influência da BR 174 do Estado
886 de Roraima, foi uma exigência da CAF, já foi apresentado ao Governo do Estado para
887 implementação e nós no Ministério dos Transportes, através do DNER, estamos
888 apresentando esse Plano à CAF para concluir assim o projeto da 174. Vou passar a palavra
889 ao Dr. Montana, engenheiro, que vai fazer a apresentação do Plano em si, obrigado.
890

891 Dr. Montana – Engenheiro do Projeto 174
892

893 Boa tarde a todos, é com muito prazer que eu recebi o convite para fazer essa
894 apresentação do Plano de Desenvolvimento Ambientalmente sustentável da BR 174, aqui
895 no CONAMA, representando o Consórcio Ecológus....., que foram as empresas que
896 ganharam a concorrência internacional para a realização desse estudo, o desenvolvimento
897 de projetos de lineares, rodovias, hidrovias na Amazônia requer cuidados especiais, tendo
898 em vista que, essas ações governamentais transformam imensas regiões, por exemplo a BR
899 174 tem 970 km de extensão, e está toda asfaltada, ligando Manaus até o Caribe, quer dizer,
900 o potencial de transformação para o bem e o potencial de transformação para o mal é muito
901 grande, então nós temos que verificar quais são as potencialidades, quais são as restrições
902 existentes na região para que possamos promover um desenvolvimento sustentável e
903 restringir algumas formas de ocupação ao longo da faixa de domínio da estrada. Eu vou
904 fazer uma apresentação muito rápida, eu vou pedir para passar os slides, mas a idéia do
905 plano é a seguinte: é um plano estratégico, para ocupação de um eixo viário, ele não é uma
906 iarrima, nem tem essa pretensão, contudo, ele carrega características que faz com que ele
907 preceda os estudos ambientais depois, porque? Porque através de um plano dessa
908 magnitude é preciso se prever os impactos em larga escala, os macro impactos, aqueles
909 impactos que vão causar modificações importantes tanto na sócio economia quanto no
910 ecossistemas, então a CAF não queria financiar esse asfaltamento da estrada, se bem que a
911 estrada já estava aberta como o Irani falou, sem que tivesse um documento que contivesse
912 medidas que pudessem prever impactos de macro vetores proporcionados pela estrada
913 naquela região, porque no caso da 364 o Banco Mundial financiou o asfaltamento que
914 causou uma série de problemas no Estado de Rondônia e depois veio a publico se desculpar
915 por Ter promovido, incentivado o desmatamento de uma grande área da Amazônia, então
916 nós fizemos o plano com o objetivo, na verdade, não de estudar o micro problema, mas o
917 macro problema, na verdade, qual o objetivo do plano? Orientação de políticas públicas,
918 porque, na verdade, o empreendedor, que é o DNER, foi delegado ao DER do Estado, eles
919 não são responsáveis por todas as ações advindas da implantação da estrada, a fiscalização,
920 continua sendo a cargo do IBAMA, dos órgãos estaduais, a questão fundiária continua
921 sendo responsabilidade do INCRA e do Instituto de Terras de Roraima e assim são todas as
922 políticas que tem acompanhar a implantação de um eixo de desenvolvimento de um macro
923 eixo, esse inclusive, faz parte do Avança Brasil, é considerado um eixo estruturante, quer
924 dizer, o que está se avaliando aqui é, o que vai acontecer com o Estado de Roraima depois
925 da implantação da estrada, que tipo de interferências sócio econômicas, ambientais a
926 estrada vai causar nessa região, então esse é o objetivo do plano, e fundamentado num
927 diagnóstico sócio econômico e ambiental, nós vamos fazer alguns cenários, e com base nos
928 cenários foram feitos alguns programas conforme nós vamos ver, rapidamente, e conforme
929 esse programas, é que agora tem que ser implementados, esses programas tem a
930 participação de várias entidades tanto federais como estaduais, que tem responsabilidade
931 nessa política de governo e é esse, digamos, o objetivo final do plano, a implementação de
932 uma série de programas para tentar potencializar aqueles fatores de recursos naturais
933 existentes e restringir usos inadequados daquela região. Bom o trabalho baseou-se em um
934 amplo diagnóstico, inclusive, nós montamos um sistema de formação geográfica, com o
935 SIG, esse SIG foi feito com base na cartografia disponível do IBGE e todos os estudos
936 considerados de excelência foram selecionados pelas 2 consultoras para servir de base para
937 o diagnóstico, por exemplo, a questão da pedologia, nós utilizamos o trabalho da SUDAM,

938 antigos trabalhos da SUDAM, na questão da climatologia nós usamos os trabalhos do
939 PROVAM que é um programa recente de

940

941 FITA 06

942

943 O Sr.

944

945 ... e nós vamos ver mais adiante que eles acabam entrando numa série de
946 detalhamentos de acordo com o que foi identificado no nosso diagnóstico.

947 Bom, a terceira etapa são os mecanismos de execução e como implementar esse
948 plano a nível das organizações existentes tanto federais quanto estaduais e até a iniciativa
949 privada. Próximo.

950 Quais são os resultados deste plano? Resultados esperados para este plano, para este
951 planejamento estratégico. Adotar o estado de propostas estruturadas de forma a permitir a
952 captação de recursos para essa implementação e sua inserção em planos plurianuais. É um
953 instrumento de acompanhamento e avaliação de resultados das ações implementadas. Nós
954 fizemos uma base de planejamento para que o Estado possa promover um zoneamento
955 ecológico, econômico do estado, porque está basicamente tudo pronto, as bases estão todas
956 digitalizadas embora esse trabalho não seja um zoneamento. Na verdade, todas essas
957 informações foram coletadas para o diagnóstico, e fornecimento de estímulos para várias...
958 E também nós procuramos inserir o planejamento nas políticas públicas já existentes, quer
959 dizer, na hora em que informamos os programas que compõem o plano, nós fizemos um
960 grande diagnóstico para identificar as linhas de ações federais, de forma que o nosso
961 programa se encaixasse nessas linhas já existentes. Foram grandes participantes deste
962 plano tanto o Governo Estadual que nos auxiliou muito também, como as Secretarias dos
963 Ministérios que nós procuramos aqui. Nós estivemos visitando aqui o Ministério do Meio
964 Ambiente e quase todos os Ministérios envolvidos e as agências envolvidas com a questão
965 do estado de Roraima.

966 Eu acho que isso poderíamos pular porque é a parte de ...

967 Esse é o eixo da BR 174, eu estou sem o apontador aqui, aquela lateral não é a BR
968 174, é a BR 210, que é a Perimetral Norte e talvez esse seja o único trecho da Perimetral
969 Norte que foi implantado e vai da divisa do estado do Pará, até o que chamamos de km
970 500 aqui é uma rótula que tem ali e a BR vai vindo por baixo, passa por Boa Vista, tem
971 também um rabicho ali em direção à Bonfim, que é a BR 401 que vai interligar com a
972 Guiana e segue em direção à Pacairama, ao norte, onde ela entra na Rede Rodoviária da
973 Venezuela.

974 Nós definimos uma região de influência, que não sei se está aparecendo bem claro,
975 vou pedir para passar o próximo slide que na verdade é área de influência da estrada
976 considerada floresta. Como o estado de Roraima é um estado que tem muitas áreas
977 reservadas, sejam elas pelo INCRA, pelo INCRA não, pela FUNAI como pelo IBAMA e,
978 aquela parte sul do estado que tem o Rio Branco é uma área alagada, pode-se perceber que
979 na verdade ao fazer o plano de desenvolvimento da área de influência e da BR, na verdade
980 se fez um planejamento do próprio estado. Na verdade o que tem disponível de terras hoje
981 no estado para serem ocupadas estão nas margens da rodovia.

982

983 Então, como foi solicitação do Governo do Estado de Roraima, da Secretaria de
984 Planejamento, foi definido com eles essa área de influência, foi solicitado que nós

985 colocássemos também o trecho da BR 401 até Bonfim e a BR 210 até o município de
986 Carobeli, a oeste. Então essa é área de influência planejada.

987 O estudo foi feito em três etapas e os relatórios foram agora entregues, na verdade
988 os relatórios que compõem o plano é o relatório diagnóstico que tem todas as informações e
989 sistema de informação geográfica, e o relatório do plano efetivamente.

990 Isso aí eu também vou pular, mas é uma metodologia que foi feita obviamente a
991 estruturação do banco de dados e, nós entregamos a metodologia participativa,
992 entrevistando todos os prefeitos, na verdade a área do plano pega 13 dos 15 municípios do
993 Estado de Roraima e entrevistamos todos os prefeitos verificamos com eles quais eram os
994 problemas existentes, as potencialidades que existiam em seus municípios, e isso tudo foi
995 incorporado às proposições do ordenamento até que nós discutimos muito, fizemos alguns
996 seminários com o Estado e, com a participação do DNER, e o pessoal da CAFA que
997 também participou desses Seminários nas Prefeituras aqui em Boa Vista, com as
998 Secretarias de Desenvolvimento, Planejamento, Educação, Saúde e toda a base crítica no
999 Estado.

1000 Isso aqui também eu vou pular, porque o tempo é curto, mas é uma abordagem
1001 metodológica, e basicamente foi identificar as potencialidades condicionantes e vetores de
1002 degradação. Próximo.

1003 Isso também vou pular, é só para vocês terem uma idéia do nível do trabalho, ele foi
1004 um diagnóstico bastante aprofundado. O trabalho teve dezoito meses de duração e foi
1005 possível recolher as informações existentes. Nós na verdade não criamos informações, nós
1006 selecionamos aquelas informações mais destacadas e agrupamos no diagnóstico.

1007 Imagina-se que a Amazônia tem pouca informação, isso não é verdade. No
1008 momento em que você começa a visitar os Institutos de Pesquisa, o INPA, o Museu Guedl,
1009 a EMBRAPA e as Universidades, a própria SUDAM agora extinta, que tem uma biblioteca
1010 fabulosa, você percebe que o nível das informações existentes são surpreendentes em todos
1011 os campos, desde a climatologia passando pelo solo, algumas falhas existem, mas existem
1012 estudos suficientes para que se faça planejamento estratégico na Amazônia. O que está
1013 faltando é exatamente juntar esse esforço dentro de uma meta.

1014 Qual é essa meta? É exatamente planejar esses grandes eixos estruturantes. Na
1015 verdade o que estamos querendo fazer com esse estudo, é que ele anteceda os estudos
1016 ambientais mais detalhados da estrada, o RIMA, porque quando você decide asfaltar uma
1017 estrada você tem que ver quais são as conseqüências desse asfaltamento. O RIMA, em si,
1018 na verdade, vai ver a questão da obra, da estrada em si, da ponte que vai ser construída, do
1019 desmatamento, o que vai causar ali naquele ponto, mas ele não tem como meta, verificar
1020 esses macro impactos regionais e todas as suas conseqüências.

1021 Eu vou pedir para a Irani passar esses próximos slides porque eles são muito do
1022 diagnóstico e nós não temos tempo aqui para verificar isso.

1023 A escala de planejamento foi toda feita 1 para 250.000. Próximo.

1024 Essas plantas todas estão mostrando o sistema de informações geográficas, esse é o
1025 mapa de aptidão do CODASTER. Nós fizemos um trabalho muito interessante que vocês
1026 vão ver depois nas planilhas, nós conseguimos já referenciar 64 assentamentos do INCRA
1027 no Estado. Exatamente para verificar qual é o impacto dos assentamentos na economia do
1028 estado e também no grau de degradação.

1029 Por que? Porque toda essa região ao longo da estrada são ocupadas pelos projetos
1030 do INCRA e o INCRA, como as terras são ainda do governo federal, o órgão estadual não
1031 tem domínio das terras, então quem faz a política de reforma agrária no estado é o INCRA,

1032 e esse é exatamente um dos objetivos deste estudo, é verificar se essa política de
1033 assentamento efetivamente trazia algum benefício para o estado. Próximo.

1034 Foi feito também o mapeamento por satélite, também na 27 e para fazer uso do
1035 solo e esse é um resumo do uso do solo. Não sei se dá para aparecer ali ao longo da 410
1036 aqueles rasgos ali, são as vicinais dos projetos de assentamento do INCRA. O próximo.

1037 Foram levantados os recursos minerais também. Próximo.

1038 Essas aqui são as Unidades de Conservação existentes no estado, há um número
1039 muito grande de Unidades de Conservação Federais existentes, e estações ecológicas,
1040 parques nacionais. Próximo.

1041 Essas foram as condicionantes sócio-econômicas elencadas para fazer a
1042 caracterização. Vai passando.

1043 O estado de Roraima é uma coisa interessante. Nós temos 53% das terras
1044 contingenciadas. Dos 225.000 quilômetros quadrados somente cerca de 90.000 são
1045 disponíveis para desenvolvimento. O resto são todas Unidades de Conservação, quer
1046 parques nacionais, quer terras indígenas. Próximo.

1047 Um grande problema foi exatamente identificar a estrutura fundiária, foi um
1048 trabalho extenso que fizemos. Isso tudo agora está disponível no estado, porque toda a
1049 malha fundiária, os assentamentos, as glebas do governo e as terras públicas, as unidades de
1050 conservação estão todas mapeadas e já referenciadas. Próximo.

1051 A questão indígena foi abordada com grande carinho porque é o estado que tem a
1052 população indígena mais representativa em sua população. Cerca de 10% das pessoas que
1053 moram em Roraima são índios. Em torno de 30.000 para uma população de 300.000. É
1054 muito significativo. Então nós fizemos um levantamento exaustivo das potencialidades. Lá
1055 tem índios de todos os graus de desenvolvimento, tem os yanomamis, que estão em um
1056 estágio muito inferior, e tem índios que estão altamente socializados naquela região toda de
1057 Bonfim, inclusive, tem pecuária e agricultura, tem tratores, etc e tal. O próximo.

1058 Fizemos alguns cenários de projeção de população. Próximo.

1059 O estado de Roraima cresceu rapidamente com a BR 174. Um estado que naquela
1060 época tinha 200.000 habitantes chegou a receber em um mês 3000 pessoas. Próximo.

1061 Essas são as projeções de população que fizemos depois com as taxas do IBGE e
1062 agora teve esse Censo e alguns números fugiram um pouco, mais é mais ou menos isso.
1063 Quer dizer, um estado que é do tamanho de São Paulo tem uma população de 300 e poucos
1064 mil habitantes. Próximo.

1065 Isso aqui é uma coisa que verificamos no estudo da parte econômica, que é o
1066 crescimento do PIB. Vocês vêem que o setor terciário é de muitos funcionários públicos.
1067 Basicamente o que gera recurso ali é o dinheiro que vem do Governo Federal para pagar os
1068 salários dos funcionários que ficaram cedidos para o Estado. Vocês vêem que o setor
1069 pecuário e a agricultura despencam da década de 50 até 1995. O setor terciário sobe. E o
1070 secundário mantém-se numa taxa de crescimento pequeno. Próximo.

1071 Em contrapartida essas aqui são as áreas, digamos, desmatadas. Nós temos aqui um
1072 crescimento vertiginoso das áreas desmatadas para a plantação de assentamentos agrícolas,
1073 de 69 até 99. Hoje existem demarcados, no estado, de Roraima, para assentamento de
1074 colonos, aproximadamente 670 em mil hectares. Próximo.

1075

1076 Com o diagnóstico da aptidão agrícola e com as informações dos assentamentos, foi
1077 possível cruzar as informações todas no sistema de informação geográfica, e nos permitiu
1078 fazer uma tabulação de dados. Há alguns interessantes. Vocês vêem, por exemplo, que a

1079 nossa mancha total de 89.000 quilômetros quadrados, tem ali cerca de 19.000 em terras
1080 indígenas, e tem cerca de poucas Unidades de Conservação. Eu acho que o próximo slide é
1081 mais esclarecedor.

1082
1083 Dr. José Pedro - Secretário

1084
1085 Por gentileza, nós estamos com um problema de tempo, eu queria que o senhor só
1086 soubesse que tem mais 2 minutos para concluir.

1087
1088 O Sr.

1089
1090 Sim.

1091 Esses são os dados de cobertura. Vai passando.

1092 Esse é um dado interessante, são as áreas desmatadas. Vocês vêem que dos 600 e
1093 poucos mil hectares desmatados do projeto de assentamento, 73 mil estão em áreas inaptas.
1094 Quer dizer, derrubaram-se florestas para nada. Por falta desse planejamento estratégico.
1095 Próximo.

1096 Em compensação, 650.000 hectares desmatados em marginais que tem uma
1097 produção alta, muito pelo contrário, a produção cresce muito pouco, só tem 33.000 hectares
1098 contados pelo IBGE como área produtiva no estado. Quer dizer, nós temos 650.000
1099 hectares desmatados para 30.000 em produção. Próximo.

1100 Isso aqui é uma análise feita por municípios. Próximo.

1101 São os fatores. Próximo.

1102 Potencialidades não vou poder falar, claro. São adversas. Eu queria agora os últimos
1103 slides, só para ter uma idéia.

1104 Na verdade, o plano foi estruturado em quatro vertentes. Desenvolvimento regional,
1105 a gestão do meio ambiente, a recuperação ambiental e o fortalecimento e ampliação da
1106 infra-estrutura social. Próximo.

1107 Cada programa de desenvolvimento regional é composto de sub-programas. Esse
1108 sub-programas foram discutidos com as autoridades estaduais para serem formatados.
1109 Então na verdade o que tem aí é um reflexo dessa política federal e estadual. Não criou-se
1110 nada de novo, só se organizou o que existia no estado a nível de, tanto no estado quanto no
1111 Governo Federal.

1112 Esse é o plano de gestão ambiental, de recuperação ambiental e do fortalecimento da
1113 infra-estrutura, que é mais pesado porque obviamente aquelas cidades não têm quase infra-
1114 estrutura nenhuma.

1115 Esses são os percentuais. Nós agregamos mais ou menos com o formato do “Avança
1116 Brasil”, para dar idéia mais ou menos do que seria em termos de investimentos: 49% de
1117 saúde, 4% biodiversidade, 12% meio ambiente e desenvolvimento econômico e social
1118 35%. Próximo.

1119 Esse aí é o total de recursos que nós estimamos à época Maio de 2000 para que o
1120 plano fosse implementado. Próximo.

1121 Para terminar, na verdade, o que é que se pretende com esse plano? Pretende-se, na
1122 verdade, procurar formatar política pública para grandes projetos na Amazônia,
1123 particularmente, não só na Amazônia mais particularmente são áreas muito... início de
1124 processo de desenvolvimento econômico em que grandes estradas, hidrovias fazem uma
1125 transformação muito grande.

1126 E uma coisa também interessante neste aspecto é que esse plano de
1127 desenvolvimento ambiental que fizemos foi aceito pelo IBAMA como um instrumento de
1128 licenciamento também. Quer dizer, na verdade, fez-se o plano de recuperação de áreas
1129 degradadas, fez-se os RCAs das pontes, tudo, mas o plano foi aceito como um instrumento
1130 de licenciamento ambiental. Então, é de uma importância ímpar, porque é a primeira vez
1131 que um plano estratégico é aceito por uma agência, no caso, a Agência de Meio Ambiente,
1132 como sendo um instrumento de licenciamento.

1133 Então, a nossa proposta aqui ao Conselho, é que comece a verificar que a política
1134 pública às vezes tem que ser licenciada. Quando você vai construir uma estrada, quando
1135 você vai fazer um projeto de colonização, de macro proporções, e de proporções imensas,
1136 na verdade você tem que avaliar o projeto como um todo e, não especificamente um projeto
1137 aqui, uma estrada ali, uma hidrovía ali, tem que se avaliar o contexto geral e isso tem que
1138 ser precedido de um RIMA, que é um instrumento de obra, um instrumento que vai
1139 margear alim dizer como se têm que fazer, se eu destruo matas, isso é muito pequeno para
1140 uma obra deste porte.

1141 Infelizmente o tempo é curto, o assunto era bastante interessante, se vocês quiserem
1142 em uma outra oportunidade, eu posso fazer uma apresentação detalhada. Tem também o
1143 sistema de informação geográfico todo, com todos os mapas que podemos verificar num
1144 exercício rápido como foi montada toda essa estratégia.

1145 Eu quero agradecer a todos que me ouviram, pedir desculpas pelas falhas e
1146 agradecer o convite novamente em nome do consórcio ecológico H. Shermans por essa
1147 oportunidade de falar no CONAMA. Muito obrigado.

1148

Dr. José Pedro - Secretário

1149

Muito obrigado ao Ministério dos Transportes.

1150

Temos cinco minutos para manifestações a respeito.

1151

1152

Eu tenho três inscritos, de forma que eu vou abrir uma exceção, já que o Dr.
1154 Leopoldo acaba de se inscrever, de dois minutos para cada um.

1153

1154

Em primeiro lugar, o representante do Ministério da Justiça, por gentileza, doutor
1156 Sérgio.

1155

1156

Dr. Sérgio - Representante do Ministério da Justiça

1157

1158

Eu queria inicialmente solicitar em nome do Ministério da Justiça e ao Ministério
1161 dos Transportes o estudo, porque o estado de Roraima, como foi colocado pelos
1162 expositores, tem uma presença muito forte de povos indígenas e de terras indígenas na sua
1163 área geográfica, então a interseção entre questão indígena e a questão do desenvolvimento
1164 do estado é muito grande e ter acesso a este estudo seria de fundamental importância.

1160

1161

1162

A segunda questão eu queria só pontuar dois aspectos que o último expositor
1166 colocou em sua fala, que é o dado colocado de que 53% do estado de Roraima é de terras
1167 contingenciadas.

1165

1166

1167

O primeiro dado é um dado que o senhor colocou em seguida, que o estado de
1169 Roraima tem o tamanho do estado de São Paulo e tem uma população de 300.000
1170 habitantes. O Sr. tirando 53% na sua visão contingenciada, ainda sobra uma área enorme
1171 para uma população de 300.000 habitantes, ou seja, isso é um dado apenas para colocar que
1172 não existe limitação ao desenvolvimento do estado, e a sua fala, ou o estudo, ou os

1173 comentários que geralmente cercam a questão ambiental e a questão indígena no estado de
1174 Roraima, tendem a querer refletir esse tipo de opinião.

1175 A segunda questão é que terra indígena não é terra contingenciada. O senhor mesmo
1176 colocou um dado de que tem os yanomamis no estágio “x” de práticas, digamos, de
1177 desenvolvimento, e que tem índios com pecuária, ou seja, essas áreas estão integradas
1178 plenamente na economia regional e a pecuária nas terras indígenas no estado de Roraima
1179 responde significativamente pela pecuária total do estado.

1180 E por fim, eu queria só reafirmar e reiterar esse pedido porque acredito, eu não sei
1181 se o Ministério da Justiça chegou a ser ouvido pelos componentes da equipe técnica que
1182 fizeram o projeto, mas me parece que seria fundamental que nós tivéssemos acesso e que
1183 pudéssemos discutir, porque não se pode falar em planejamento ou em políticas públicas no
1184 estado de Roraima sem levar em conta a questão indígena. Muito obrigado.

1185
1186 Dr. José Pedro - Secretário

1187
1188 Muito obrigado, Dr. Sérgio.

1189 Pela ordem, por gentileza, Dra. Maria Tereza Pádua.

1190 Um momento, no final a senhora vai ter dois minutos para se referir.

1191

1192 Dra. Maria Tereza Pádua -

1193

1194 Muito obrigado, Sr. Secretário. Eu queria em primeiro lugar parabenizar o
1195 planejamento estratégico que me parece assim visto muito rapidamente, mas me parece
1196 muito bom, com todos os fatores necessários estão sendo considerados, mas eu queria
1197 pontuar também dois aspectos.

1198 O primeiro é que houve uma certa confusão na exposição, quando o senhor
1199 mencionou e depois corrigiu que havia não sei quantos porcentos de áreas indígenas
1200 aproximadamente 40 e tantos porcentos de reservas ou áreas indígenas e unidades de
1201 conservação. O senhor colocou juntas as duas. Nós não podemos, nem os índios querem
1202 isso, nem as nações indígenas, nem os grupos, nem nós ambientalistas, são coisas bem
1203 distintas.

1204 Então, se analisarmos só as Unidades de Conservação, o senhor deu um dado de 6,
1205 tantos% da extensão territorial do estado, o que na verdade é muito pouco em termos de
1206 unidade de conservação. Eu quero dizer isto porque embora o senhor coloque área
1207 contingenciada mais do que 50% do estado, e coloca que como uma das grandes
1208 alternativas o turismo, nós ainda temos em Roraima uma grande lacuna para se fazer
1209 Unidades de Conservação, que são os seus enclaves savânicos. Muito obrigada.

1210

1211

1212 Dr. José Pedro - Secretário

1213

1214 Muito obrigada, Dra. Maria Tereza.

1215 Por gentileza, o Dr. Leopoldo Brandão.

1216 Eu agradeço, inclusive, a colaboração com o tempo. A Presidência sempre nota
1217 esses detalhes importantes.

1218

1219 Dr. Leopoldo Brandão

1220

1221 Apenas um detalhe, mas esses detalhes são indicadores.

1222 Quais as providências tomadas na construção da estrada e na sua complementação
1223 para permitir a movimentação de animais por baixo na estrada e não no leito da estrada, que
1224 é um suicídio que vemos em várias partes do mundo e do Brasil, o absoluto descuido em
1225 relação ao direito que os animais têm de se movimentar de um lado para outro sem serem
1226 trucidados pelos os veículos?

1227

1228 Dr. José Pedro - Secretário

1229

1230 Muito obrigado, Dr. Leopoldo Brandão.

1231 Para terminar, a Dra. Yeda Riso, dois minutos por gentileza.

1232 Alguém de Pernambuco gostaria de se manifestar também?

1233 Então, Yeda, você me permitiria porque Pernambuco queria fazer o uso da palavra
1234 também e eu não tinha anotado esta solicitação?

1235

1236 Dra. Alexandrina – Representante do Governo do Estado de Pernambuco

1237

1238 É mais uma informação em relação ao trabalho do Ministério dos Transportes pelo
1239 cuidado e todos esses estudos, mesmo com as limitações que às vezes apresentam, por
1240 conta de estrada ser sempre um problema ambiental, mas é que nós temos em Pernambuco,
1241 através da Secretaria do Meio Ambiente um convênio com o Ministério dos Transportes
1242 para o estudo da duplicação da 232 e ampliamos também esse tipo de trabalho para o IPEA-
1243 Brasília, exatamente para termos uma visão dos dois lados e, do Ministério dos Transportes
1244 e também dos sociólogos e economistas sobre o impacto da duplicação da BR.

1245 Então esse tipo de estudo para nós também é muito válido, e eu gostaria de solicitar
1246 ao Ministério que passasse essas informações para Pernambuco. Muito obrigada.

1247

1248 Dr. José Pedro - Secretário

1249

1250 Muito obrigada, Alexandrina.

1251 Por gentileza, Dra. Yeda Riso, representante do Ministério dos Transportes.

1252

1253

1254 Dra. Yeda Riso - Representante do Ministério dos Transportes

1255

1256 Eu fico feliz de ter o Ministério da Justiça atuando nesse CONAMA durante muito
1257 tempo, sentimos falta, principalmente da FUNAI.

1258 O que eu faria com relação ao Representante do Ministério da Justiça, ele ainda está
1259 aqui no plenário, é que fizéssemos a apresentação ao Ministério dos Transportes, na
1260 FUNAI, e conversei com a Dra. Marília Marreco também, porque a questão da interface do
1261 INCRA e do Ministério da Reforma Agrária é muito grande. O que poderíamos fazer na
1262 verdade, hoje, a nossa apresentação foi bastante prejudicada em função da questão do tema
1263 de Fernando de Noronha que monopolizou a nossa pauta e não conseguimos na verdade
1264 entrar no cerne do que é realmente o plano de sustentabilidade.

1265 Então para não ficar essa coisa mal apresentada, eu gostaria de propor uma
1266 apresentação convidando então o Ministério da Agricultura e o Ministério da Justiça e o
1267 Ministério dos Transportes e poderia ter a oportunidade de fazer uma apresentação em
1268 grande estilo.

1269 Com relação ao Dr. Leopoldo, eu informo ao senhor que critérios ambientais foram
1270 tomados em relação à construção de bueiros secos, que permitam a travessia de animais por
1271 uma galeria subterrânea, apesar de muitas vezes eles não respeitarem esses bueiros e
1272 infelizmente ainda temos um índice muito grande de mortandade de animais nessas
1273 rodovias.

1274 Dra. Maria Tereza, realmente eu não tenho as informações que a senhora solicitou,
1275 mas eu acredito que o Dr. Montana possa complementar e então concluímos a parte da
1276 manhã. Muito Obrigada.

1277
1278 Dr. José Pedro - Secretário

1279
1280 Muito obrigado a todos.

1281 Eu queria declarar encerrada esta parte da reunião do CONAMA, solicitando a
1282 todos que dentro de uma hora, às 14:00hs, dada a limitação do racionamento de energia,
1283 que recomeçamos então, por favor, com quorum e com pontualidade. Muito obrigado.

1284
1285
1286 SEGUNDA PARTE DA REUNIÃO (Tarde)

1287
1288 Dr. José Pedro - Secretário

1289
1290 Iniciemos então a segunda parte da reunião.

1291 Temos uma exaustiva pauta e um limite claro de tempo relacionado com o
1292 racionamento de energia, de forma que nós vamos ter que, impreterivelmente, fechar esta
1293 reunião às 17:00hs.

1294 Como o Dr. José Carlos anunciou na primeira parte da reunião, que ele presidiu,
1295 nossa pauta é muito extensa, então vamos fazer o esforço possível no sentido de votar todas
1296 as Resoluções, seguindo a Ordem do Dia, e depois entrar em votação das Moções.

1297 Se até as 16:30hs nós não conseguirmos votar todas as Resoluções, a proposta da
1298 Mesa é que 16:20hs ou 16:30hs nós entremos na votação das Moções porque algumas,
1299 como o Dr. José Carlos já havia colocado, são extremamente importantes, inclusive essa
1300 relacionada à Fernando de Noronha, que tomou a maior parte da discussão da manhã, e
1301 temos alguns assuntos também objeto de Moção, que são importantes.

1302 Então, eu queria contar com a compreensão dos senhores e levarei este método de
1303 trabalho.

1304 Antes de dar início às Resoluções, eu queria fazer também um anúncio que pode
1305 fazer parte ainda do item 5 relacionado a informações que é o seguinte.

1306 O Ministério do Meio Ambiente, através de uma decisão do Ministro, que já foi
1307 referendada por este Conselho Nacional do Meio Ambiente, resolveu ampliar a sua
1308 participação em sítios do patrimônio mundial.

1309 Nós temos hoje já reconhecidos 5 sítios do patrimônio mundial natural. O Iguazu,
1310 que recentemente teve a Estrada do Colono fechada, que inclusive, ensejou e já é uma
1311 manifestação da UNESCO no sentido da retirada do Parque Nacional do Iguazu da lista dos

1312 sítios do patrimônio mundial em perigo, há até uma Moção que a Câmara Técnica de Mata
1313 Atlântica endereçou e que deve ser discutida ainda hoje. Temos a Costa do Descobrimento,
1314 que envolve oito áreas protegidas. A região do Sudeste. Temos também o sítio do
1315 patrimônio mundial do Jaú no Amazonas e de quatro áreas protegidas no Pantanal, que é
1316 composto pelo Parque Nacional do Pantanal, e 3 RPPNs.

1317 Nós estamos no momento aguardando uma definição da UNESCO quanto a uma
1318 área de cerrado. E esperamos que essa área de cerrado possa ser resolvida rapidamente.
1319 Área proposta é a Chapada dos Veadeiros mais há uma negociação no sentido de ampliar e
1320 ter pelo ao menos o Parque Nacional das Emas também como parte desse trabalho. E está
1321 proposto também Fernando de Noronha e Atol das Rocas e há uma negociação no sentido
1322 que tenhamos uma área de caatinga, estamos discutindo com o Ministério da Defesa o
1323 Parque Nacional da Serra do Divisor, que também é um desejo do Ministério do Meio
1324 Ambiente em apresentar. E possivelmente o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. E
1325 também temos uma política de buscar o reconhecimento de uma reserva da biosfera para
1326 cada um dos biomas brasileiros.

1327 Eu queria que os senhores tivessem cientes disso, este assunto foi mencionado
1328 rapidamente no período da manhã e a idéia de ter esse trabalho é porque nós entendemos
1329 que isso reforça a nossa proteção, reforça o trabalho no sentido de ter de fato uma atenção
1330 internacional e uma possibilidade de recursos, e entendemos que sítios do patrimônio
1331 mundial e as reservas da biosfera são elementos consolidadores de uma política da
1332 participação brasileira no cenário internacional.

1333 Com esse início então, com essa introdução, não vamos passar ao item 6 da Ordem
1334 do Dia. Eu vou pedir ao Dr. Maurício Andrés, que é o Diretor do CONAMA, que nos
1335 auxilie.

1336 O item é uma Proposta de Resolução que dispõe sobre resíduos dos serviços de
1337 saúde e é proposta da Câmara Técnica Permanente de Controle Ambiental com o endosso
1338 da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

1339 Dr. Maurício, por favor.

1340

1341 Dr. Maurício Andrés - Diretor do CONAMA

1342

1343 Essa minuta de Resolução, essa Proposta de Resolução foi apresentada aqui ao
1344 plenário na última Reunião Ordinária em abril e houve um pedido de vistas por parte do
1345 Governo do Estado de São Paulo.

1346 O Secretário Paulo Ferreira nos encaminhou as suas sugestões de mudanças na
1347 Resolução e vai ser agora projetada para conhecimento de todos.

1348 Por favor, a primeira Resolução sobre resíduos do serviço de saúde.

1349

1350

1351 Dr. José Pedro - Secretário

1352

1353 Essa Proposta de Resolução já foi distribuída na semana passada. Sofreu algumas
1354 pequenas modificações. Não é isso Dr. Maurício?

1355

1356 Dr. Maurício Andrés - Diretor do CONAMA

1357

1358 Ela está aqui no documento que todos receberam, no item 6.1., a versão final
1359 apresentada já com as sugestões do Governo do Estado de São Paulo, que foi quem pediu
1360 vistas na plenária passada. Ela também está sendo projetada ali na tela.

1361

1362 FITA 7

1363

1364 Dr. José Pedro - Secretário

1365

1366 Então o assunto está em discussão.

1367 Não havendo nenhum inscrito, então... Temos dois inscritos.

1368

1368 Inicialmente, o Dr. Maurício Lobo.

1369

1370 Dr. Maurício Lobo -

1371

1372 Dr. Maurício Andrés, muito rapidamente eu queria saber quais foram os acréscimos
1373 feitos na Resolução, porque não está destacado aqui no texto?

1374

1375 Dr. Maurício Andreas

1376

1377 Foram basicamente no artigo 11º, o Governo do Estado de São Paulo propõe retirar
1378 essa frase “estimulando a formação de consórcios de geradores de resíduos”. Foi a primeira
1379 proposta de destaque que eles fizeram.

1380 A segunda proposta é no artigo 12º parágrafo segundo, quando diz:

1381

1382 “Quando não for possível submeter os resíduos aos tratamentos específicos,
1383 mencionados no parágrafo primeiro, ou quando esses tratamentos não garantirem
1384 características de resíduos comuns, grupo “D”, o órgão ambiental poderá a seu critério...”

1384 Ao invés de “permitir” eles sugerem “definir”. No parágrafo segundo do artigo 12º.

1385

1385 Basicamente são essas duas modificações propostas pelo Governo do Estado de São

1386

1386 Paulo.

1387

1388 Dr. José Pedro - Secretário

1389

1390 Está esclarecido, Conselheiro?

1391

1391 Continua em discussão o assunto.

1392

1392 O senhor gostaria de ter a palavra? Por gentileza!

1393

1394 Dr. - Representante do Ministério da Saúde

1395

1396 Um das palavras iniciais, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Diretor do CONAMA. É minha
1397 primeira intervenção aqui nesse Conselho, uma vez que a Fundação Nacional de Saúde, da
1398 qual eu faço parte, está estruturando no seu interior um projeto que já está aprovado, que se
1399 chama Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde.

1400

1400 Dessa forma, todos os assuntos de interesse de saúde em meio ambiente do

1401

1401 Ministério da Saúde, passarão a ser tratados por essa Coordenação Geral da qual eu venho
1402 aqui representar, inclusive, o próprio Ministério da Saúde.

1403

1403 Nesse sentido, eu estava aqui pela manhã, com o Representante da Agência
1404 Nacional de Vigilância Sanitária, que me apresentou toda uma documentação acerca já de

1405 uma conversação entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o próprio CONAMA
1406 no sentido de aprimorar essa resolução. Infelizmente, eu não tive oportunidade em poder
1407 olhar a matéria com a atenção que eu gostaria.

1408 Então, desde que não haja prejuízo ao encaminhamento do Conselho, eu gostaria de
1409 ver a possibilidade de que eu tivesse um tempo para analisar a matéria e que nós
1410 pudéssemos, de maneira integrada, poder tratar deste assunto junto com o Ministério do
1411 Meio Ambiente.

1412 Essa ressalva se faz também, uma vez que também já passou por nossas mãos, um
1413 Projeto de Lei do próprio Ministério do Meio Ambiente, que trata da política nacional de
1414 resíduos sólidos, e eu tenho lembranças de que esse projeto de lei trata dos aspectos
1415 também de resíduos sólidos e particularmente da questão dos resíduos do serviço de saúde.
1416 Então eu gostaria de poder contrastar esses projetos, essas proposições para ver se há
1417 complementaridade entre as duas matérias. Obrigado.

1418
1419 Dr. José Pedro - Secretário

1420
1421 Muito obrigado pela sua intervenção, mas cabe um esclarecimento porque o senhor
1422 está participando pela primeira vez do Plenário, de que o nosso Regimento não permite
1423 uma segunda recondução. Como já foi pedido vistas uma vez, essa matéria tem que ser
1424 necessariamente votada hoje. Ela pode ser aprovada ou rejeitada. O que é possível, sim,
1425 para a próxima reunião, é o Sr. fazer uma outra resolução, reformulando esta. Isto cabe. É a
1426 oportunidade. Ou se ela for rejeitada, ou se ela for aprovada, ela pode ser emendada com as
1427 suas sugestões. É o caminho que eu tenho.

1428 Passo a palavra agora ao Conselheiro Filocrião, Representante do Governo do
1429 Estado do Amapá, por gentileza.

1430
1431 Dr. Filocrião, Representante do Governo do Estado do Amapá

1432
1433 Eu estou utilizando-me do direito de palavra para passar a palavra ao Dr. Herman,
1434 para fazer algumas considerações sobre a proposta.

1435
1436 Dr. José Pedro - Secretário

1437
1438 Então Dr. Hermann Benjamin, se for possível se ater a três minutos, nós
1439 agradecemos, porque estamos com um tempo muito curto.

1440
1441 Dr. Hermann Benjamin -

1442
1443 Agradeço ao Secretário Filocrião. Esta é uma Resolução que, ao contrário do que
1444 poderia parecer, é extremamente importante e preocupante que o Ministério da Saúde não
1445 se sinta à vontade, pelo que se entendeu ou que se depreende da intervenção a pouco, do
1446 Representante do Ministério, para votar esta Resolução.

1447 Eu entendo que as questões de natureza regimental, mas nós devemos entender
1448 também, compreender também que um dos pontos mais positivos da administração deste
1449 Governo é exatamente o trabalho extraordinário que vem sendo feito pelo Ministro José
1450 Serra. E se o Ministério da Saúde está tratando desta matéria neste momento e eu não tenho
1451 dúvidas de que estes estudos são estudos sérios e não são simplesmente protelatórios.

1452 Dito isso, sem perder tempo, Sr. Presidente, eu gostaria de tecer alguns comentários
1453 sobre dispositivos específicos desta Resolução.

1454 Em primeiro lugar, no artigo 4º que estabelece “cabará ao responsável legal dos
1455 estabelecimentos já referidos no artigo 2º a responsabilidade pelo gerenciamento de seus
1456 resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos
1457 ambientais” e eu imagino “de saúde pública”.

1458 Bem, aqui, nós temos um texto legal, que embora correto, está incompleto. Porque
1459 em matéria de responsabilidade civil e ambiental no Brasil, vigora por força de lei, o artigo
1460 14 parágrafo 1º da Lei 6938 de 81 a responsabilidade civil solidária, que envolve não
1461 apenas o gerador, mas também aquele que efetua o transporte e por derradeiro, aquele que
1462 tem, seja por atividade comercial ou mesmo por opção própria, a atribuição de dar um
1463 destino correto e adequado a esses resíduos.

1464 Então eu queria fazer uma sugestão nesse artigo 4º, aqui depois de "saúde pública",
1465 nós colocássemos uma vírgula, e continuássemos dizendo "sem prejuízo da
1466 responsabilidade civil, solidária nos termos do artigo 14 parágrafo 1º da Lei 6938 de 81, a
1467 Lei da Política Nacional do Meio Ambiente".

1468 Depois no artigo 7º, nós vamos encontrar expressão semelhante em outros
1469 dispositivos da Resolução, “fixa-se a seguinte regra: os resíduos de que trata essa resolução
1470 serão acondicionados atendendo às exigências da legislação de meio ambiente e saúde e as
1471 normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT”.

1472 Mas nós sabemos que não raras vezes essas normas não existem no Brasil, seja
1473 porque não foram ainda promulgadas ou elaboradas pela ABNT, seja porque não foram
1474 dispostas em regulamento ou mesmo através de lei. E aqui a sugestão que fazemos, que se
1475 aplica a esse dispositivo, mas a outros também, é de que, continuando na própria redação:
1476 “...e na sua ausência sejam adotados os padrões internacionalmente aceitos”.

1477 E finalmente, no artigo 16, a proposta afirma que “o tipo de destinação final a ser
1478 adotado no caso de extrema eventualidade para mistura de resíduos pertencentes a
1479 diferentes grupos, e que não possam ser segregados, deverá estar previsto no PGRSS”.

1480 A expressão “no caso de extrema eventualidade” não é usual em direito. A
1481 expressão que me parece correta seria dizer “o tipo de destinação final a ser adotado
1482 excepcionalmente de forma motivada”, e aí prosseguiria como está na proposta que todos
1483 temos em mãos.

1484 E o último ponto tem a ver com o artigo 19 da Resolução. “O não cumprimento do
1485 disposto nesta Resolução implicará na aplicação das penalidades estabelecidas da Lei
1486 6938”.

1487 A Lei 6938 não estabelece mais penalidades. As penalidades hoje são estabelecidas
1488 na Lei 9605. Então aqui nós temos que, de certa maneira, retificar essa expressão
1489 “penalidades” e poderíamos dizer “implicará na responsabilização civil nos termos da lei
1490 6938 e responsabilização penal e administrativa nos termos da Lei 9605, sem prejuízo de
1491 outras normas aplicadas à matéria, em especial o Código de Defesa do Consumidor”.

1492 E com isso eu acho que nós fecharíamos o rol da legislação aplicável a matéria.
1493 Muito obrigado.

1494
1495 Dr. José Pedro - Secretário

1496
1497 Muito obrigado Dr. Herman Benjamin
1498 O assunto continua em discussão.

1499 Não havendo mais nenhum inscrito, desculpe-me.
1500 Dr. Axel Graef, Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Eu até
1501 tinha anotado o nome dele aqui.
1502
1503 Dr. Axel Graef – Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro
1504
1505 Eu tenho uma dúvida ainda, não sei se eu já posso formular como alguma proposta
1506 de modificação, mas aqui no artigo 12, o artigo se refere a resíduos do grupo “A”, que são
1507 resíduos justamente os mais perigosos e o parágrafo primeiro...
1508 Bom, primeiro na redação desse artigo foram usadas várias vezes a palavra
1509 “quando”, que eu não sei se, se adequa à melhor forma de redação, e depois o parágrafo
1510 primeiro estabelece “para fins de disposição final em locais devidamente licenciados pelo
1511 órgão ambiental competente, os resíduos referidos no caput devem ser submetidos a
1512 processo de tratamento específico de maneira a torná-los resíduos comuns do grupo “D””.
1513 Só que o parágrafo seguinte praticamente contradiz o anterior e abre a possibilidade
1514 de uma alternativa, que não se define também aqui, que critérios para essas alternativas.
1515 Então me parece que esse artigo 12 inclusive vai contra a Resolução CONAMA 5
1516 de 93 e eu gostaria de ter esclarecimento por parte da Câmara Técnica sobre esses pontos.
1517
1518 Dr. José Pedro - Secretário
1519
1520 Muito obrigado, Dr. Axel.
1521 Dr. Maurício.
1522
1523 Dr. Maurício Andrés
1524
1525 A Câmara Técnica que examinou esse assunto aqui é a Câmara Técnica de Controle
1526 Ambiental.
1527 Não sei se o Presidente ou algum membro da Câmara Técnica estaria aqui presente,
1528 para poder fazer esse esclarecimento que o Dr. Axel pede.
1529
1530 Dr. José Pedro - Secretário
1531
1532 Dr. Axel, nós não contamos com a presença do Presidente da Câmara Técnica aqui,
1533 de forma que está impossibilitado de fazer um esclarecimento como o senhor solicitou. A
1534 nossa dúvida é se o senhor gostaria de fazer alguma sugestão de modificação de redação?
1535
1536
1537
1538
1539 Dr. Axel – Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro
1540
1541 Eu estou de fato bastante preocupado com esse artigo em particular e outros também
1542 desse Projeto de Resolução, mas com relação ao artigo 12 eu gostaria de pedir para que eu
1543 possa passar a palavra para o Dr. Herman Benjamin, que tem uma proposta de melhorar um
1544 pouco essa redação.
1545

1546 Dr. José Pedro - Secretário
1547
1548 Por favor, Dr. Herman.
1549
1550 Dr. Herman Benjamin
1551
1552 Eu agradeço ao Secretário até porque como eu só tinha três minutos eu também
1553 tinha anotado esse artigo 12, porque que se os senhores observarem e o Secretário Axel
1554 disse muito bem, o vocábulo “quando” descaracteriza completamente o texto. Quer me
1555 parecer que, o que esteve à mente dos redatores foi dizer o seguinte:
1556 “Os resíduos do grupo “A”, definidos nessa Resolução, deverão ter disposição final
1557 de forma a assegurar a proteção ao meio ambiente e à saúde pública”.
1558 Parece-me que teria sido esta a intenção.
1559
1560 Dr. José Pedro - Secretário
1561
1562 Poderia ler novamente?
1563
1564 Dr. Herman Benjamin
1565
1566 “Deverão ter disposição final de forma a assegurar a proteção ao meio ambiente e à
1567 saúde pública”.
1568 Depois, e o Secretário Axel também chamou a atenção para esse parágrafo segundo,
1569 nós temos aqui duas impropriedades, que eu tenho certeza não foram intencionais.
1570 A primeira é quando no meio do dispositivo se diz: “ o órgão ambiental poderá a seu
1571 critério”, veja nós estamos tratando aqui de resíduo hospitalar do grupo “A”, que são os
1572 mais perigosos que existem, então não é "a seu critério", é “de forma motivada e
1573 excepcional permitir formas alternativas de destinação final em aterros devidamente
1574 licenciados pelo órgão ambiental competente exigido estudo prévio de impacto ambiental”.
1575 Aqui nós estamos diante de uma das hipóteses que acho que há consenso no país de
1576 que nós precisamos de um estudo prévio de impacto ambiental para esse tipo de depósito.
1577 Então, penso que diante do pouco tempo que nós temos seriam essas as retificações
1578 que nesse dispositivo, tão bem lembrado pelo Secretário Axel, nós poderíamos acrescentar.
1579
1580 Dr. José Pedro - Secretário
1581
1582 Muito obrigado Dr. Herman.
1583 Dra. Maria Iruanda, do Instituto Brasileiro de Siderurgia, pela ordem de inscrição.
1584 Secretário Axel, o senhor está satisfeito? Obrigado.
1585
1586 Dra. Maria Iruanda - Instituto Brasileiro de Siderurgia
1587
1588 Eu queria fazer um comentário com relação à primeira colocação do Dr. Hermann
1589 Benjamin sobre a questão das normas da ABNT citadas em dois artigos desta Proposta de
1590 Resolução e dizer que isso acontece de uma forma regular não só em leis, como em vários
1591 regulamentos, fazer uma remissão à norma da ABNT, porque é, vamos dizer assim, é o
1592 fórum nacional de normalização que normatiza sobre produtos, especificação de

1593 produtos, sobre métodos de ensaio, etc e acredito, e o Presidente da Câmara Técnica está
1594 aqui presente, e poderá esclarecer isso que certamente foi verificada a existência de normas
1595 da ABNT pertinentes a esse assunto.

1596 Então, por exemplo, foi citado hoje aqui na parte da manhã a questão da certificação
1597 ambiental e a ABNT também desenvolve normas em relação a esse assunto, assim como o
1598 próprio CONMETRO adota uma série de normas ABNT para a certificação de produto,
1599 mesmo aquelas submetidas a certificação compulsória, ou seja, são objetos de
1600 regulamentação, nesse caso de qualidade de produto e não da área ambiental.

1601 No caso de normas ambientais, por exemplo, está sendo revisado agora a NBR
1602 10.004, com a participação inclusive do próprio Ministério do Meio Ambiente e de vários
1603 órgãos estaduais do meio ambiente. Então a NBR 10.004 por exemplo, foi citada no Projeto
1604 de Lei que está no Congresso como a fonte de consulta para a classificação de resíduos.

1605 Então eu sugeriria, recomendaria que nós deixássemos a referência à norma ABNT,
1606 que é uma forma de fortalecer o nosso Fórum Nacional de Normalização e que sequer fosse
1607 citada a possibilidade de usar normas internacionais, já que existe uma norma brasileira
1608 feita pela própria sociedade, por todos os segmentos da sociedade.

1609
1610 Dr. José Pedro – Secretário

1611
1612 Muito obrigado, Dra. Maria.

1613 Eu estou entendendo que o encaminhamento da senhora é no sentido de que, no
1614 caso desse acréscimo, onde há a referência à norma da ABNT, que prevaleça a redação
1615 original, o que nós podemos votar em separado depois.

1616 Pela ordem, Dr. Leopoldo Brandão, por gentileza.

1617
1618 Dr. Leopoldo Brandão

1619
1620 Sr. Presidente, Sras. e Srs. Conselheiros, eu tenho uma observação pequena e eu
1621 queria precedê-la de uma reflexão.

1622 Nós vivemos em um país jovem, nós somos independentes há cerca de 200 anos, e
1623 isso na história de um país é muito pouco. É um país, portanto, em plena construção. Tudo
1624 está por construir neste país.

1625 Eu gostaria que se pensasse na hipótese do parágrafo segundo do artigo 12 quando
1626 se admite a hipótese, a possibilidade de “não havendo a eficácia nos tratamentos
1627 recomendados no caput do artigo e no artigo primeiro que o órgão do meio ambiente possa
1628 admitir outra solução”.

1629 E o Dr. Hermann deixar minha disse que mediante a RIMA.

1630 Mas eu queria fixar um aspecto estimulador da caminhada do país que era por um
1631 certo tempo. Quando não há uma solução hoje, se dissermos que aceitamos uma solução
1632 alternativa por um prazo “x”, significa exercer uma grande pressão, estimuladora para que
1633 naquele prazo determinado, até aquele prazo determinado tenha a solução mais desejável.
1634 Acho que isso faz parte de uma preocupação permanente que nós todos temos que ter de
1635 construir o país. Havendo uma obrigação, que é também uma oportunidade de negócios
1636 muitas vezes, mais que se fixou um prazo para que aceite a solução alternativa menos
1637 desejável, significa que exerce-se um estímulo e, uma espécie de pressão positiva para que
1638 neste prazo passe a existir a solução desejável que é um avanço para o país. Acho que esse
1639 é um aspecto construtivo do país que deveríamos examinar.

1640 Eu não sei qual é o prazo porque não sou especialista neste assunto, mas indico, por
1641 exemplo, assim um ano ou um prazo desse gênero, que dá tempo para que os interessados
1642 se articularem, se prepararem para propor uma solução para ela entrar em funcionamento
1643 naquele prazo e aí essa solução desejável prioritariamente, passe a existir naquela religião.

1644
1645 Dr. José Pedro - Secretário

1646
1647 Dr. Leopoldo, só agradecendo a sua intervenção. Em relação à redação o senhor tem
1648 alguma proposta específica?

1649
1650 Dr. Leopoldo Brandão

1651
1652 Quem é especialista diria o tempo por doze meses ou por 24 meses.

1653
1654 Dr. José Pedro - Secretário

1655
1656 Eu gostaria que o sr. pudesse encaminhar isso tudo escrito, porque vamos ter que
1657 votar isso e eu agradeceria se o sr. pudesse fazer essa gentileza. O senhor tem vários
1658 especialistas, vários amigos na platéia, todos clientes nossos, de forma que eu agradeço.

1659 Por favor, o Representante do Governo do Estado de São Paulo, o Dr. Fernando
1660 Miragaia Peruso.

1661
1662 Dr. Fernando Miragaia Peruso - Representante do Governo do Estado de São Paulo

1663
1664 Boa tarde. Eu queria passar a palavra para Dr. Hermann. Ele vai fazer uma
1665 observação a respeito da questão da norma.

1666
1667 Dr. José Pedro - Secretário

1668
1669 Dr. Herman Benjamin, o senhor está sendo solicitado novamente, por favor.

1670
1671 Dr. Herman Benjamin

1672
1673 Eu agradeço a generosidade da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e peço
1674 desculpas pelo caráter parasitário das minhas intervenções neste Conselho, mas
1675 infelizmente eu não sou, ou talvez felizmente para todos, eu não sou Conselheiro.

1676 Aqui um outro ponto no considerandum, no preâmbulo que eu gostaria de sugerir é
1677 que toda esta matéria de resíduos, especialmente resíduo hospitalar é regida no mundo
1678 inteiro pelos princípios da prevenção, precaução, e poluidor pagador. E nós não dissemos
1679 uma palavra, a não ser lá no meio do texto, sobre esses princípios, e eu queria sugerir que o
1680 primeiro considerandum desta Resolução fosse exatamente o seguinte:

1681 “Considerando os princípios da prevenção, da precaução e do poluidor pagador...”,
1682 aí depois continuamos com os outros parágrafos.

1683 Em relação à proposta do Dr. Leopoldo me pareceu bem razoável porque nós temos
1684 que entender que nós não vamos mudar, num passe de mágica, práticas que temos no
1685 Brasil. E realmente o prazo de um ano talvez se pudesse permitir, é um período de
1686 adaptação a um novo regime que estaria sendo instituído aqui.

1687
1688 Dr. José Pedro - Secretário
1689
1690 Com relação a isso, há uma proposta de redação? Não existe ainda?
1691
1692 Dr. Herman Benjamin
1693
1694 Eu vou fazer com o Dr. Leopoldo.
1695
1696 (foi feita uma pergunta ao Dr. Herman fora do microfone)
1697
1698 Não porque o último fala das ações preventivas e não do princípio. As ações
1699 preventivas são consequência do princípio. Falar de prevenção nunca é ruim, Dra. Maria
1700 Tereza.
1701 Eu pensei em fazer junto, mas achei que ficaria melhor na abertura falar dos
1702 princípios.
1703 E por último, acerca das normas da ABNT, eu confesso que me sinto bem à vontade
1704 em tratar desta matéria, porque se os senhores forem ao Código de Defesa do Consumidor
1705 vão ver que a ABNT, apesar de ser uma organização não pública, está lá citada
1706 expressamente, e esse dispositivo fui eu que propus à Comissão do Código de Defesa do
1707 Consumidor.
1708 Mas nem a ABNT, nem os órgãos de normalização tem condições muitas vezes de
1709 estar emitindo regras em todas as áreas, e aqui estamos cuidando de saúde pública, e não
1710 custa nada nós além de prevermos esta posição, apropriada para a ABNT, nós, como
1711 cautela, fixarmos aqui, na hipótese de não existirem normas específicas, que então nós
1712 olharemos ou utilizaremos, como fazemos em outras áreas, os padrões internacionalmente
1713 aceitos, ou seja é uma norma de salvaguarda apenas. Preserva-se o dispositivo e apenas
1714 deixa-se uma porta aberta para que nós, a nossa saúde não fique à mercê, muitas vezes, de
1715 uma omissão não desejada, porque nós temos que realmente tirar o chapéu para os órgãos
1716 técnicos de normalização do país, que são competentes, tem boa vontade e defendem o
1717 interesse público. Por vezes eu repito não consegue abranger esse leque enorme de
1718 oportunidades e desafios. Obrigado.
1719
1720 Dr. José Pedro - Secretário
1721
1722 Muito obrigada, Dr. Herman. Eu não tenho mais nenhum inscrito. Desculpe-me.
1723 Por gentileza, o Representante do Ministério da Saúde.
1724
1725
1726 Dr. - Representante do Ministério da Saúde
1727
1728 Mais uma vez eu volto a dizer que eu tenho aqui um documento da Agência
1729 Nacional de Vigilância Sanitária. No artigo 13º eles propõem um texto diferente do que está
1730 proposto, ao que está sendo submetido. Eu gostaria de saber se eu leio o que eles propõem?
1731

1732 Artigo terceiro - os resíduos pertencentes ao grupo “B”, anexo 1 dessa Resolução, deverão
1733 ser submetidos a tratamento e disposição final específicos, de acordo com as suas
1734 características de periculosidade, atendidas as exigências do órgão ambiental competente.
1735

1736 Parágrafo primeiro - a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, regulamentará
1737 as diretrizes para o manuseio e descarte de resíduos de quimioterápicos, imunoterápicos,
1738 antimicrobianos, hormônios e demais medicamentos vencidos, alterados, interditados,
1739 parcialmente utilizados ou impróprios para consumo, baseadas nos riscos específicos.
1740

1741 Parágrafo segundo - os produtores, importadores, distribuidores, comércio varejista,
1742 farmácia de manipulação, serviços de saúde e os gestores de saúde em meio ambiente são
1743 co-responsáveis pelo manuseio e descarte dos resíduos discriminados no parágrafo
1744 primeiro.

1745 A grande diferença é que no artigo 13º do proposto ficam apenas os fabricantes ou
1746 importadores com a responsabilidade completa sobre os mecanismos de operacionalização
1747 dos resíduos. E na visão da Agência fica um pouco difícil acompanhar o desenvolvimento
1748 dessa atividade pelos produtores.
1749

1750 O Sr. Presidente Dr. José Pedro
1751

1752 Agora, Dr. Guilherme, só um esclarecimento. Os demais artigos permanecem
1753 reenumerados? O parágrafo 2 atual, “no prazo de doze meses”, permaneceria? O senhor
1754 colocou dois novos parágrafos, substituindo o parágrafo primeiro, além da redação do
1755 caput? Perfeito.

1756 Dr. Guilherme, se o sr. pudesse levar à Secretaria esta sua proposta.

1757 Dr. Shelley, por gentileza.
1758

1759 Dr. Shelley
1760

1761 Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, sem querer ser um pouco repetitivo, mas se os
1762 senhores me permitem dizer como hoje funcionam as Câmaras, porque eu acho que é
1763 importante é que entendamos esse mecanismo que muitas vezes as pessoas que não
1764 participam da Câmara, ou de todas as Câmaras, não têm.
1765

1766
1767 FITA 8
1768

1769 Dr. Sheley (Continuação)
1770

1771 A Câmara de Controle Ambiental é uma Câmara muito solicitada. O controle
1772 ambiental é uma coisa que se abre em um leque enorme. Então as solicitações são enormes.
1773 Para vocês terem uma idéia, nós temos hoje nove Grupos de Trabalho trabalhando na
1774 Câmara Técnica e se vocês perguntarem à maioria dos Conselheiros que está aqui, e não é
1775 uma crítica, a maioria não vai saber quais são as Câmaras que estão funcionando ou Grupos
1776 de Trabalho, mesmo ela sendo do CONAMA.

1777 Então a maioria dos Conselheiros - e eu também bato, que muitas outras Câmaras
1778 estão trabalhando e eu fico sabendo aqui das Resoluções, e aqui eu vou tomar

1779 conhecimento do que está acontecendo -, não tem conhecimento do trabalho que é feito
1780 pelas Câmaras para que este documento chegue aqui, quando é feito sim, e é para ser
1781 criticado sim. Essa é a função do CONAMA.

1782 Mas eu tenho visto pela Secretaria, não sei se os senhores sabem, a Câmara de
1783 Controle Ambiental trabalha com um Grupo de Trabalho. Esses grupos são formalizados e
1784 são chamados de stack rolers, ou seja, as pessoas que têm envolvimento naquele
1785 determinado assunto. E essas pessoas são chamadas a comparecer, a contribuir, a discutir, a
1786 negociar, principalmente negociar.

1787 Nem sempre uma Resolução traz aqui a idéia de uma pessoa, mas ela traz a idéia de
1788 um grupo, uma idéia não do consenso, mas muitas vezes do voto, que é como tratamos os
1789 problemas, então às vezes incomodamos a alguns, a maioria muitas vezes não está com
1790 todo mundo.

1791 É assim que trabalha o CONAMA também. Muitas vezes nós temos documentos
1792 nossos que não nos atendem perfeitamente, dentro daquilo que esperamos, ou que nós
1793 gostaríamos naquelas instituições que estamos representando.

1794 Dito isto, gostaria de dizer que nesse caso específico da Câmara de Resíduos
1795 Hospitalares, foi criado um Grupo de Trabalho com a Secretaria de Saúde e o Ministério de
1796 Saúde e, com um mundo de gente e eu fui a uma e outra reunião, porque não participo das
1797 reuniões do grupo de trabalho. É sempre designado um membro da Câmara Técnica que
1798 coordena esse grupo, e eu estive participando de uma ou duas, quando eu posso, eu vou, e
1799 teve propostas de todos os segmentos, inclusive uma participação muito grande do
1800 Ministério da Saúde, muito grande. O documento saiu aprovado, e ele chegou a Câmara
1801 Técnica. Quem aprova não é o Grupo de Trabalho, é a Câmara Técnica. Ela é apoiada pelo
1802 Grupo de Trabalho, pelas pessoas que participam da elaboração desse trabalho, desse
1803 esqueleto.

1804 O intuito é basicamente que procuremos mastigar bem o produto antes de ele chegar
1805 ao CONAMA, que é órgão que vai votar, que vai aprová-lo ou não, e aonde a discussão vai
1806 acontecer. Mas este documento tende a chegar cheio de arestas e problemas. Mesmo assim
1807 o CONAMA contribui para elaborar, para agregar, cada um com a sua competência, cada
1808 um com a sua responsabilidade aqui, para agregar muito esse documento, que no final, vai
1809 ser um documento para sair como uma resolução, e mexe com a sociedade brasileira.

1810 Eu mesmo, como Presidente da Câmara, muitas vezes não estou de acordo com
1811 documento que é pautado aqui. Eu represento a Confederação Nacional da Indústria, e
1812 muitas vezes não concordo, mas como Presidente de Câmara eu trago aquilo que é votado e
1813 a minha Câmara tem o poder de votar e de trazer aquilo que achar melhor.

1814 E o Grupo de Trabalho tem todo direito de negociar democraticamente todos esses
1815 quesitos. Não é fácil, eu gostaria de pedir todo um aplauso para esses grupos de trabalho.
1816 Não é fácil. Não é fácil você conciliar interesses, não é fácil você discutir problemas tão
1817 polêmicos. Cada um acha que é o dono da verdade, que o seu ponto tem de ser colocado ali
1818 daquela maneira que ele acha. Muitas vezes a coisa não acontece assim. Então esses Grupos
1819 de Trabalho são fundamentais. Eles trazem para nós uma riqueza tremenda nesse
1820 documento que vem aqui. A Câmara de Trabalho procura elaborar, cortar alguma coisa.

1821 E depois disso, e eu acho que é muito importante dizer, isso ainda tem que passar
1822 pela Câmara de Assuntos Jurídicos, que dá uma roupagem jurídica e essa é a função dela.
1823 Se isso é inconstitucional, se existe um problema aqui que não pode, porque isso foge ao
1824 detalhe técnico desses Grupos de Trabalho, que não procuram caminhar no problema
1825 jurídico simplesmente. Muitas vezes pode ser uma recomendação do CONAMA, não uma

1826 Resolução, e isso tudo é elaborado, discutido na Câmara de Assuntos Jurídicos. Ou se uma
1827 coisa não deve ser apresentada como Resolução ou porque é inconstitucional em algum
1828 ponto. Nós já fizemos isso com Código Florestal que saiu com uma recomendação daqui, a
1829 Resíduos Sólidos saiu com uma recomendação daqui.

1830 Gostaria de dizer, que o início desse processo na Câmara Técnica vem daqui e vem
1831 do Ministério. Quer dizer, se o Ministro, que é o Presidente do CONAMA tem algum
1832 assunto que a sociedade está pedindo a ele, ele encaminha através de um processo à
1833 Câmara, que inicia um processo de criação de grupos, ou não, para que o assunto seja
1834 bastante discutido.

1835 Gostaria então de dizer, que esse trabalho, com todas as contribuições que foram
1836 dadas aqui, passou por uma profunda discussão da sociedade. Era isso que eu gostaria de
1837 dizer. Todo mundo foi chamado, inclusive todos os membros do CONAMA são avisados
1838 por E-mail, na Internet sobre os Grupos de Trabalho, são avisados constantemente sobre
1839 isso.

1840 É apenas para não dizer que as pessoas não foram ouvidas e que não foram
1841 chamadas. Está aí, e é bom, e eu queria pedir muito ajuda de vocês, uma profunda ajuda
1842 dos Grupos de Trabalho com representantes aqui do CONAMA para podermos enriquecer
1843 mais esse documento, para poder trazê-lo aqui, não que o documento seja o documento da
1844 verdade plena, não é isso que estou querendo colocar, mas que possamos tirar dúvidas na
1845 Câmara, que funciona às vezes seis meses, um ano, trabalhando nesses projetos que são
1846 apresentados aos senhores.

1847
1848 Dr. José Pedro - Secretário

1849
1850 Dr. Shelley, por gentileza, nós temos uma questão de ordem. Nós temos 26 itens
1851 para analisar e estamos falando do primeiro há quase 50 minutos.

1852
1853 Dr. Shelley

1854
1855 Desculpe-me, Sr. Presidente. Em um minuto eu acabo.

1856 Isso só gostaria de trazer isso aqui, pode ser uma coisa repetitiva para muitos dos
1857 senhores, mas eu gostaria de trazer aqui como um pedido, porque nós estamos com câmaras
1858 funcionando, nove câmaras, e gostaria de pedir a ajuda de todos senhores nessas câmaras
1859 por que a sua contribuição é muito importante nessa hora.

1860 E dizer que acho plenamente justificadas todas essas colocações e essas
1861 modificações dos senhores que vão agregar e contribuir para que o documento seja o
1862 melhor possível. Muito obrigado.

1863
1864
1865
1866 Dr. José Pedro - Secretário

1867
1868 Temos inscritos dois oradores ainda.

1869 Eu gostaria de lembrar a todos que nós temos 26 itens na Ordem do Dia e estamos
1870 há 50 minutos discutindo o primeiro. De forma que se pudéssemos agilizar, eu agradeceria.

1871 Em primeiro lugar, por gentileza, o Dr. Jarbas, Representante da ANAMA, e depois
1872 Dr. Langoni, Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

1873

1874

Dr. Jarbas - Representante da ANAMA

1875

1876

Eu queria usar aqui, em nome da ANAMA, sou o Secretário de Meio Ambiente de Vitória, e pelo que eu entendi da proposta do Ministério da Saúde, a mudança refere-se principalmente a esse item aqui que eu vou ler para as pessoas entenderem:

1877

1878

"Os quimioterápicos, imunoterápicos, antimicrobianos, etc, vencidos, alterados, interditados, parcialmente utilizados ou impróprios para consumo, devem ser devolvidos ao fabricante ou importador por meio do distribuidor".

1879

1880

1881

Isso foi retirado. No parágrafo segundo "Nos prazos de doze meses, contados a partir da data da publicação desta Resolução, os fabricantes ou importadores devem introduzir os mecanismos necessários para operacionalizar o sistema de devolução instituído no parágrafo primeiro".

1882

1883

1884

1885

Quer dizer, isso é o que foi retirado e a redação foi mexida, e eu queria colocar a nossa posição aqui, porque obviamente isso aqui tem que ser uma obrigação do distribuidor, não há dúvida quanto a isso. Se é difícil operacionalizar isso, é difícil operacionalizar as pilhas, as baterias, porque hoje também são obrigações de quem produz, pneus e etc. Então eu acho que isso sobrecarrega de forma muito grande os municípios, porque quem faz a limpeza pública são os municípios, e desobriga quem produz, que é uma das maiores indústrias do planeta.

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

Em segundo lugar, eu queria lembrar que nós temos mais de 90% das cidades brasileiras sem local adequado para lixo. Isso vai para o lixão, se não tiver hoje essa regulamentação oficializada.

1893

1894

1895

Então eu queria deixar a nossa posição da ANAMA e queria colocar aqui de forma muito clara, porque eu sou médico, sou do Ministério da Saúde e eu sei que um dos distribuidores é o Ministério da Saúde. Outros distribuidores são as Secretarias Estaduais de Saúde. Eu acho que todos esses órgãos têm que ter obrigação sim, de devolver isso ao fabricante.

1896

1897

1898

1899

1900

Então eu queria deixar aqui a posição da ANAMA de manter na íntegra o artigo 13 da forma como ele foi concebido pela Câmara Técnica.

1901

1902

1903

1904

Dr. José Pedro - Secretário

1905

1906

Perfeito. Eu pediria ao Dr. Jarbas que conversasse inclusive, de médico para médico, com o Dr. Guilherme, no sentido de verificar se mantido, ainda cabe acrescentar aquele outro parágrafo, ou se há a possibilidade de entendimento. Depois nós vamos votar com destaques.

1907

1908

1909

O último inscrito, Dr. Langoni, Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

1910

1911

Por gentileza, Secretário de Estado do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul

1912

Dr. Langoni - Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

1913

1914

Eu não sou médico, mas como eu gosto do 13, vou falar sobre o artigo 13. Eu diria que essa Resolução, com a alteração proposta aqui pelo nosso colega do Ministério da Saúde, ela era perde quase todo seu sentido. Eu acho que nós iremos aprovar uma Resolução que tem um efeito muito reduzido se essa questão, que na verdade é a aplicação do princípio berço ao túmulo, não estiver claramente definida.

1915

1916

1917

1918

1919

1920 Nós estamos experimentando essa discussão na questão dos agrotóxicos. Quando
1921 você coloca mil responsáveis, ninguém é responsável e a responsabilidade e a Resolução
1922 acaba só dispondo sobre aquilo que cai na conta do setor público, da destinação final.

1923 Nós hoje temos uma dificuldade muito grande para discutir com a ANDEF sobre
1924 agrotóxicos, porque a ANDEF representa as indústrias que produzem agrotóxicos, venenos,
1925 pesticidas para as grandes negociações, mas na hora de discutir a responsabilidade, ela diz:
1926 “Não, vocês têm que falar com cada uma das empresas porque nós não representamos as
1927 empresas como um todo, nós somos uma ONG”.

1928 Aliás, nós passamos por um processo complicado em relação a isso, que eu quero
1929 registrar aqui, que sem que os OEMAS fossem envolvidos, foi firmado um convênio entre
1930 o Ministério do Meio Ambiente e o Fórum Nacional de Secretários da Agricultura, e está
1931 sendo distribuído no país um material de orientação sobre tríplice lavagens e destinação
1932 final, assinado pelo MMA e pela ANDEF, sem que os OEMAS tivessem sido envolvidos. É
1933 esses OEMAS estão sendo procurados agora para distribuir esse material lá no Rio Grande
1934 do Sul. Nós não vamos fazer isso. Aliás, enquanto não resolver o problema da
1935 implementação da responsabilidade efetiva de parte da indústria em relação, numa questão
1936 consertada em relação às centrais de recolhimento e ao sistema de recolhimento, não há
1937 como se fazer um trabalho de orientação ao produtor.

1938 E aqui é o seguinte, a lógica é muito clara, muito simples. Ela responsabiliza o
1939 fabricante, e o distribuidor, e todos os demais elos da corrente, são de responsabilidade de
1940 quem põe o produto no circuito. Esse é o princípio mais claro, mais simples dessa
1941 resolução. Se nós quisermos de fato implementar uma dinâmica onde essa questão seja
1942 enfrentada pela indústria, seja enfrentada pelas autoridades, onde acabemos não tratando
1943 isso como um passivo, que são aquelas coisas que ninguém sabe onde colocar, porque
1944 ninguém sabe a que santo recorrer na hora em que se encontra um lote desses
1945 medicamentos vencidos.

1946 Todos que são autoridade têm responsabilidade pública, que sabem o que é, o que
1947 significa quando se encontra um lote desses medicamentos vencidos, e não se tem a quem
1948 recorrer. E isso já se aplicou para vários outros produtos em épocas anteriores, onde as
1949 responsabilidades não estavam definidas, em que os órgãos públicos tiveram que organizar
1950 depósitos improvisados, deixar isso lá.

1951 Nós estamos hoje enfrentando uma ação judicial por agrotóxicos estocados há 25
1952 anos lá no Rio Grande do Sul, quando se proibiu e não se responsabilizou o fabricante, e
1953 agora nós estamos lá como uma decisão judicial que obriga a União e o Estado a darem um
1954 jeito nesses produtos, que nenhum rótulo tem mais, para serem aplicados à nova Resolução.

1955 Então, existe um carimbo simples, que é o carimbo de origem, que é o carimbo do
1956 produtor. Se o produtor colocou isso no circuito, a responsabilidade por todos princípios
1957 internacionais que dão conta, inclusive das normas internacionais de certificação ambiental,
1958 é de responsabilidade do produtor, em primeira instância, e do distribuidor, em segunda
1959 instância. Todos os demais elos do circuito devem ser de responsabilidade desses dois, a
1960 sua articulação para fazer com que haja de fato um fluxo efetivo no sentido de uma solução
1961 desse problema, que não é um problema menor. Se nós formos avaliar o passivo que nós
1962 temos hoje, de medicamentos vencidos indo para lixões e, em depósitos, no país, é um
1963 passivo enorme.

1964 Então, eu com essa manifestação, queria dizer que acho que essa Resolução contém
1965 princípios importantes, ela dá mais clareza, ela flexibiliza para determinadas questões, mas

1966 que a alteração desse artigo 13 traria grandes prejuízos à pretensão original de
1967 disciplinamento da disposição de resíduos de saúde.
1968
1969 Dr. José Pedro - Secretário
1970
1971 Muito obrigado, Dr. Langoni.
1972 .Então vamos passar ao regime de votação. A Mesa pretende encaminhar a votação
1973 da seguinte maneira.
1974 Em primeiro lugar, o texto original, tal como ele foi apresentado com as
1975 modificações que foram inseridas pelo Governo do Estado de São Paulo. Depois, pela
1976 ordem, das inserções, das modificações, então seriam as alterações propostas pelo Dr.
1977 Herman Benjamin. Depois a consideração feita pela Dra. Maria Iuan, a respeito da ABNT.
1978 E por fim, a proposta feita pelo Representante do Ministério da Saúde. Está compreendido
1979 o processo?
1980 Então, a idéia é votar o todo em primeiro lugar, depois nós iremos pelos destaques.
1981 Então, eu diria, por gentileza, o senhor tem alguma colocação? No microfone, Dr. Shelley,
1982 por gentileza.
1983
1984 Dr. Shelley
1985
1986 A votada de início não seria a que foi proposta pelo grupo, e depois as modificações
1987 de São Paulo viriam, porque foi pedido vistas e São Paulo está acrescentando alguma
1988 coisa? Então seria primeiro a aprovação da original. Depois, com as emendas de São Paulo.
1989
1990 Dr. José Pedro - Secretário
1991
1992 A Mesa aceita a proposta.
1993 Bem, em primeiro lugar então, nós vamos colocar em votação a proposta original da
1994 Câmara Técnica.
1995 Os que estão de acordo com a aprovação desta Resolução, por favor, exibam os seus
1996 cartões e mantenham os braços levantados.
1997 28 votos.
1998 Aqueles que são contrários, por favor, se manifestem.
1999 Se alguém quiser consignar alguma abstenção, por favor, se manifeste.
2000 3 abstenções manifestas.
2001 Está aprovada a Resolução original da Câmara Técnica.
2002 Agora, pela ordem, eu acredito que poderemos colocar em bloco as propostas
2003 colocadas pelo Governo do Estado de São Paulo.
2004 (fala fora do microfone)
2005 Dr. Maurício Andrés, tem a primeira delas, por gentileza, que refere-se ao artigo...
2006 Dra. Maria Tereza Pádua.
2007 Dra. Maria Tereza Pádua
2008
2009 Questão de ordem, Sr. Presidente. Sempre temos votado aqui, e eu acho muito mais
2010 fácil, primeiro a Resolução como ela é, e depois os destaques pela ordem dos próprios
2011 artigos.

2012 Nós estamos indo por quem apresentou, mas do meu ponto de vista seria mais fácil
2013 se votássemos o artigo primeiro, artigo segundo, artigo terceiro e assim por diante, com
2014 todos os destaques apresentados.
2015
2016 Dr. José Pedro - Secretário
2017
2018 A minha dúvida é que não sei se já estão todos colocados. Já estão todos colocados?
2019 Então poderemos seguir essa ordem.
2020 Então, a Mesa acatando a sugestão da Dra. Maria Tereza, propõe que seguindo o
2021 texto, que não posso ver muito bem daqui, iremos desde o início.
2022 Dr. Maurício, vamos ao considerandum.
2023 O primeiro considerandum, o que está em negrito.
2024
2025 Dr. Maurício Andrés
2026
2027 “Considerando os princípios da prevenção, da precaução, e do poluidor pagador”.
2028
2029 Dr. José Pedro - Secretário
2030
2031 Os Conselheiros que estiverem de acordo, por favor, permaneçam como estão.
2032 Os Conselheiros que estejam contrários, por favor, se manifestem.
2033 Alguém quer consignar alguma abstenção? Por favor, se manifeste.
2034 Está aprovado por unanimidade.
2035 Próximo item por gentileza.
2036
2037 Dr. Maurício Andreas
2038
2039 Artigo primeiro inciso 4º. São Paulo propõe eliminar esse texto em vermelho.
2040 “Os quais devem ser encaminhados ao PGRSS”.
2041 Esse está aqui no documento que nos foi encaminhado pelo Dr. Paulo.
2042
2043 Dr. José Pedro - Secretário
2044
2045 Em votação.
2046 Então a proposta do Governo do Estado de São Paulo é a eliminação daquele texto
2047 que está em vermelho, que já foi eliminado da proposta. É isso?
2048
2049 Dr. Maurício Andreas
2050
2051 Está aí colocado, mas é a proposta do Governo do Estado de São Paulo.
2052
2053
2054 Dr. José Pedro - Secretário
2055
2056 Por gentileza, quem estiver de acordo com esta eliminação, que permaneça como
2057 está.
2058 Quem for contrário, por favor, se manifeste.

2059 Se alguém quiser consignar alguma abstenção, que o faça agora.
2060 Duas abstenções. Seguindo.
2061
2062 Dr. Maurício Andreas
2063
2064 Vamos para o artigo quarto. Existe uma sugestão do Dr. Herman Benjamin de
2065 incluir esse texto em negrito.
2066 “Sem prejuízo da responsabilidade civil solidária, penal e administrativa de outros
2067 sujeitos envolvidos, em especial os transportadores, depositários finais.”
2068 É a sugestão de inclusão deste texto.
2069
2070 Dr. José Pedro - Secretário
2071
2072 Então quem estiver de acordo que, por favor, permaneça como está.
2073 Quem está contrário, por favor, se manifeste.
2074 Se alguém quiser consignar alguma abstenção, por favor, se manifeste.
2075 Uma abstenção. Seguindo
2076
2077 Dr. Maurício Andreas
2078
2079 Artigo sétimo. Também é uma inclusão.
2080 “E na sua ausência sejam adotados os padrões internacionalmente aceitos”.
2081
2082 Dr. José Pedro - Secretário
2083
2084 Quem estiver de acordo, por favor, permaneça como está.
2085 Ninguém em desacordo, e está aprovada.
2086 Quem quiser se abster, por favor, que se manifeste. Nenhuma abstenção.
2087
2088 Dr. Maurício Andrés
2089
2090 Artigo décimo primeiro. Existe a proposta de São Paulo de suprimir essa parte em
2091 vermelho.
2092 “Estimulando a formação de consórcios de geradores de resíduos”.
2093
2094 Dr. José Pedro - Secretário
2095
2096 Pois não, Dr. Maurício.
2097
2098 Dr. Maurício Lobo
2099
2100 Eu proporia uma discussão desse tema porque eu não entendi bem e gostaria que
2101 São Paulo se posicionasse porque é contrário a estimular a formação de consórcios e
2102 geradores de resíduos.
2103
2104 Dr. José Pedro - Secretário
2105

2106 Com a palavra o Governo do Estado de São Paulo.

2107

2108 Sr. Representante do Governo do Estado de São Paulo

2109

2110 Acreditamos que não é papel do órgão ambiental estimular a criação e formação de
2111 consórcios. Até porque você se compromete com o processo na hora de você poder exercer
2112 o direito de controle, o dever de controle e fiscalização do processo. Se der alguma coisa
2113 errada, você é co-responsável. Nós podemos ajudar, orientar, quando necessário. Agora
2114 estimular não é papel do órgão ambiental. Por isso a nossa sugestão.

2115

2116 Dr. José Pedro - Secretário

2117

2118 Esclarecido?

2119

2120 Dr. Maurício Lobo

2121

2122 Eu entraria nessa discussão porque eu acredito, e até não há consenso, e hoje o
2123 ANAMA tem três representantes aqui, e acredito que talvez a palavra “estimular”, possa
2124 levar ao entendimento que esse estímulo possa ser até um estímulo financeiro, e
2125 econômico. Acho que a intenção que se crie consórcios geradores de resíduos é
2126 interessante. Pensar na região metropolitana de municípios que possam ter geradores de
2127 resíduos, é interessante os municípios estarem consorciados para isso. Existe uma série de
2128 hospitais e, até particulares, o importante é que eles gerem também essa intenção de criar
2129 esses consórcios. Mas talvez “estimular” é que não seja a palavra adequada. “Favorecendo
2130 a formação”, não sei se poderíamos acordar um termo. “Favorecendo” é a sugestão do Dr.
2131 Axel Graef. “Favorecendo a formação de consórcios geradores de resíduos”. Eu acho que
2132 “estimular”, de fato, pode ser interpretado como estímulo até econômico e depois nós
2133 temos que fazê-lo. É só essa observação para tentar compor e manter essa questão de
2134 consórcios.

2135

2136 Dr. José Pedro - Secretário

2137

2138 Com a palavra o Representante das ONGs do Nordeste.

2139

2140 Dr. Francisco Soares - Representante das ONGs do Nordeste

2141

2142 Eu estou ouvindo essa palavra “estimular” e acho que ela foi discutida, foi
2143 repensada. Ela não seria atualmente o papel do órgão do meio ambiente e fazer com que
2144 tenha um compromisso de fazer com que a coisa aconteça. Mais essa expressão
2145 “estimular”, eu estou vendo que ela vai ser uma regra geral para os outros resíduos que
2146 também estamos discutindo como resíduo sólido urbano, que é uma grande luta para se
2147 acabar o lixo do país. Há também já em andamento um processo de se estimular a criação
2148 de consórcios para reduzir os custos para o resíduo sólido urbano. Por isso eu acho que essa
2149 palavra “estimular” ficando aí, sinto que está bem colocada. E como deve também ser
2150 mantido na outra Resolução que vai nascer com relação à destinação dos resíduos sólidos
2151 urbanos através de estimulação de consórcios, porque os municípios também já estão se
2152 sentindo incompetentes em assumir sozinhos os custos de uma coleta e um tratamento de

2153 uma destinação final dos resíduos sólidos urbano. No entanto, eu acho que essa palavra
2154 “estimular”, ela deve ser, inclusive, mantida para as outras Resoluções.

2155

2156 Dr. José Pedro - Secretário

2157

2158 A Mesa entende que as propostas são manter o “estimular” ou substituir por
2159 “apoiando, quando for o caso da formação”.

2160 Acho que são as duas versões que nós temos. Certo?

2161 Se ninguém tem nenhuma outra sugestão, vamos colocar em votação. O texto
2162 original “estimulando a formação” já está aprovado, porque é o texto original da Câmara
2163 Técnica. Então nós vamos agora colocar em votação o texto alternativo que é “apoiando
2164 quando for o caso a formação de consórcios”. Não é isso?

2165 Por favor, a senhora tem que pedir licença, a senhora não é conselheira. Então o Dr.
2166 Maurício está oferecendo a palavra por três minutos, por gentileza a senhora. Tem que ser
2167 no microfone.

2168

2169 Dra. Silvana do Monte Lima - Membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental
2170 e de Assuntos Jurídicos do CONAMA, Representante da ANAMA

2171

2172 A observação diz apenas a redação proposta. Uma vez acrescentada essa última
2173 parte ao artigo, resta confuso quem é o sujeito da ação que vai estimular a formação de
2174 consórcios geradores de resíduos.

2175

2176 Dr. José Pedro - Secretário

2177

2178 Qual é a sua proposta de redação?

2179

2180 Dra. Silvana do Monte Lima - Membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental
2181 e de Assuntos Jurídicos do CONAMA, Representante da ANAMA

2182

2183 Eu não queria fazer proposta por isso eu não pedi a palavra. Eu fiz uma observação
2184 só que está confuso e o proponente pode rever isso sem alterar o mérito, talvez criando um
2185 outro artigo. Quem está estimulando. Eu não posso propor. É o órgão ambiental. Se os
2186 órgãos ambientais é que são os sujeitos dessa ação, que é estimular, poderia estar até no
2187 artigo em separado.

2188 Os órgãos ambientais estimularão a formação de consórcios geradores de resíduos.
2189 Agora, do jeito que está proposto, não está claro. Essa é a consideração que eu tinha a fazer.
2190 Obrigada.

2191

2192

2193

2194 Dr. José Pedro - Secretário

2195

2196 Alguém tem alguma proposta de redação a fazer em função dos comentários da Dra.
2197 Silvana?

2198 Por gentileza, sempre pedindo a palavra, por favor, que fale ao microfone, porque
2199 senão a ata fica completamente impossível.

2200 Com a palavra o Representante do Governo do Estado de São Paulo.
2201
2202 Dr. - Representante do Governo do Estado de São Paulo
2203
2204 Não é uma proposta de acrescentar “estimulando”. Nós estamos pedindo para tirar.
2205 É só isso. Ela está achando que está acrescentando o “estimular”.
2206
2207 Dr. José Pedro - Secretário
2208
2209 O “estimulando” está na proposta original e já está aprovado.
2210
2211 O Sr. Representante do Governo do Estado de São Paulo
2212
2213 Nós estamos solicitando que seja retirado.
2214
2215 Dr. José Pedro - Secretário
2216
2217 Vocês propuseram que retirasse. Depois vocês concordaram que fosse modificado e
2218 ao invés de retirar que fosse substituído por “apoiando quando for o caso”. Assim eu
2219 entendi. A proposta que está válida é a última que é “apoiando quando for o caso”.
2220
2221 Dr. - Representante do Governo do Estado de São Paulo
2222
2223 Da forma como ela colocou, pareceu que a proposta é que não existia a proposta, e
2224 que estamos propondo que acrescente isso.
2225
2226 Dr. José Pedro - Secretário
2227
2228 Então, a proposta que está em discussão no momento é “apoiando quando for o
2229 caso”. Certo? Se nenhum Conselheiro tem nenhuma outra sugestão, nós vamos colocar em
2230 votação.
2231 Então, os Conselheiros, esta proposta que está aí é a que está aprovada.
2232 Por gentileza Dr. Maurício sumiu a proposta.
2233 Artigo 11º - “apoiando quando for o caso”.
2234 Quem for a favor da modificação da palavra “estimulando” por “apoiando quando
2235 for o caso”, por gentileza que permaneça como está.
2236 Está aprovado.
2237 Alguém quer consignar uma abstenção, por favor, se manifeste. Uma abstenção.
2238 Seguindo, qual é o próximo artigo, por gentileza, Dr. Maurício?
2239
2240
2241 Dr. Maurício Andres
2242
2243 Artigo 12º. Nós temos também algumas propostas de mudança de redação.
2244
2245 Dr. José Pedro - Secretário
2246

2247 No caput do artigo o Dr. Hermann Benjamin propôs tirar “quando for assegurada”
2248 por “de forma a assegurar”. Certo?
2249 Quem estiver de acordo com a modificação, favor permaneça como está.
2250 Aprovado.
2251 Alguém quer manifestar alguma abstenção?
2252 Então aprovado.
2253 Qual é a próxima modificação?
2254
2255 Dr. Maurício Andres
2256
2257 A próxima modificação também é no parágrafo segundo do artigo 12º.
2258 A mudança sugerida pelo Estado de São Paulo suprimindo a palavra “permitir” e
2259 acrescentando a palavra “definir”. Parágrafo segundo do artigo 12º.
2260
2261 Dr. José Pedro - Secretário
2262
2263 Vai ser o critério “permitir” trocado por “definir”. Condições de votar?
2264 Quem estiver de acordo com a modificação...
2265
2266 Dr. Maurício Andres
2267
2268 Só um minuto Sr. Secretário. É que o Dr. Hermann Benjamin tem uma Redação
2269 Substitutiva para o parágrafo segundo que está aí colocada logo abaixo. Então nós temos
2270 uma redação alternativa para o parágrafo segundo que é essa que está aí.
2271 “O órgão ambiental competente poderá de forma motivada permitir...”
2272
2273 (Fim da Fita)
2274
2275
2276 FITA 9 (Continuação)
2277
2278 O Sr. Presidente, Dr. José Pedro
2279
2280 Condições para votar?
2281 Quem estiver de acordo com a modificação...
2282
2283 Dr. Maurício Andrés
2284
2285 Só um minuto, por favor, Secretário. É que o doutor Herman Benjamin tem uma
2286 Redação Substitutiva para o parágrafo 2º, que está aí colocada logo abaixo. Então nós
2287 temos uma redação alternativa, que é essa aí: “o órgão ambiental competente poderá de
2288 forma motivada permitir formas alternativas de destinação final em aterros devidamente
2289 licenciados, inclusive com a exigência de EPIA, quando...”
2290 E aqui temos dois incisos:
2291 Inciso- 1 quando não for possível tecnicamente submeter os resíduos aos tratamentos
2292 mencionados no parágrafo 1º.

2293 Inciso - 2 os tratamentos mencionados no parágrafo 1º não garantem características de
2294 resíduos comuns, o grupo D.

2295 Parágrafo- 3º também proposta do Dr. Herman Benjamim e do Dr. Leopoldo,... Os
2296 responsáveis nos termos dessa resolução tem um ano para adequar-se às exigências do
2297 parágrafo anterior sem prejuízo do disposto nas leis 6938 e 9605.

2298
2299 Dr. José Pedro - Secretário

2300
2301 Então, como este pode substituir o anterior, eu acho que poderemos voltar primeiro
2302 esta modificação, e se ela for prevalente, cai a necessidade da outra votação.

2303 (fala fora do microfone)

2304 Esse parágrafo 2º não vai substituir aquele? Então na sua proposta tem que colocar
2305 “permitir”?

2306
2307 O Sr.

2308
2309 A proposta de São Paulo se aplica a minha proposta também. Onde está “permitir”,
2310 deve-se substituir por “definir”. Fica melhor.

2311
2312 Dr. José Pedro - Secretário

2313
2314 Quem estiver de acordo, por favor permaneça como está.

2315 Quem for contrário por favor se manifeste.

2316 Se alguém quiser consignar alguma abstenção, por favor se manifeste.

2317 Aprovado.

2318 Então, está prejudicada a outra discussão.

2319 Continuando por favor, Dr. Andrés.

2320
2321 Dr. Maurício Andrés

2322
2323 Artigo 13º. Nesse existe uma Redação Substitutiva proposta pelo Ministério da
2324 Saúde e a redação original está colocada e já foi aprovada. Então a proposta substitutiva do
2325 Ministério da Saúde está colocada também na tela. Vou fazer a leitura.

2326
2327 “Artigo 13º - Os resíduos permanentes pertencentes ao Grupo B, anexo 1 desta resolução,
2328 deverão ser submetidos a tratamento com final específico, de acordo com suas
2329 características de periculosidade atendidas as exigências do órgão ambiental competente”.

2330
2331 Parágrafo 1º - A Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA regulamentará as
2332 diretrizes para manuseio e descarte de resíduos de quimioterápicos, imunoterápicos,
2333 antimicrobianos, hormônios e demais medicamentos vencidos, alterados, interditados,
2334 parcialmente inutilizados, ou impróprios para consumo, baseadas nos riscos específicos.

2335 Parágrafo 2º - Os produtores e importadores, distribuidores do comércio varejista,
2336 farmácia de manipulação, serviços de saúde e os gestores de saúde em meio ambiente são
2337 co-responsáveis pelo manuseio e descarte dos resíduos discriminados no parágrafo 1º.”

2338
2339 Dr. José Pedro - Secretário

2340
2341 O assunto já foi bastante debatido. Vou colocar em votação.
2342 Aqueles que são a favor da inserção da proposta prevista, sugerida pelo
2343 representante do Ministério da Saúde, que por favor permaneçam como estão.
2344 Quem é a favor de manter o anterior, levante a mão.
2345 (procede a contagem dos votos)
2346 25 votos a favor.
2347 Quem for contrário à manutenção do anterior
2348 Um voto.
2349 Quem gostaria de se abster?
2350 2 abstenções.
2351 Está aprovada, então, a manutenção da redação original.
2352 Continuando por favor.
2353 Artigo 16º, tem uma proposta do Dr. Herman Benjamin.
2354
2355 Dr. Maurício Andrés
2356
2357 Artigo 16º. Proposta do Dr. Hermann Benjamin.
2358
2359 “Artigo 16º - O tipo de destinação final a ser adotado para mistura excepcional e motivada
2360 de resíduos pertencentes a diferentes grupos e que não possam ser segregados, deverá estar
2361 prevista no PGRSS.”
2362 Apenas para esclarecimento, ele propõe introduzir aquele texto em negrito
2363 “excepcional e motivada”, e suprimir o texto em vermelho “no caso de extrema
2364 eventualidade”.
2365
2366 Dr. José Pedro - Secretário
2367
2368 Feito o esclarecimento, em votação.
2369 Quem estiver a favor, permaneça como está.
2370 Quem tiver alguma abstenção, por favor se manifeste.
2371 Aprovado.
2372 Última inserção. Artigo 19º.
2373
2374 Dr. Maurício Andrés
2375
2376 Também em negrito as inserções, e em vermelho as exclusões.
2377
2378 “Artigo 19º - O não cumprimento do disposto nesta resolução implicará na responsabilidade
2379 civil nos termos da lei 6938, de 31 de agosto de 1981, e sancionamento administrativo e
2380 civil nos termos da lei 9605, e decreto, e outras normas pertinentes.”
2381 Essa é a proposta de modificação.
2382 Dr. José Pedro - Secretário
2383
2384 Em votação. Quem for a favor da modificação, permaneça como está.
2385 Quem quiser consignar a abstenção, manifeste-se. Uma abstenção.
2386 Está aprovada então, com as modificações feitas pelo plenário do CONAMA.

2387 Passamos então ao item 6.2, da Ordem do Dia, que é uma Proposta de Resolução
2388 que dispõe sobre o modelo de publicação de licenciamento ambiental.
2389 Dr. Maurício Andrés, por gentileza.
2390
2391 Dr. Maurício Andrés
2392
2393 Da mesma forma que a anterior, essa Proposta de Resolução foi apresentada na
2394 última plenária, em abril, e houve um pedido de vistas por parte do Governo do Estado de
2395 Santa Catarina. Não houve modificações, propostas, e ela foi devolvida como originalmente
2396 apresentada.
2397
2398 Dr. José Pedro - Secretário
2399
2400 Dr. Shelly, o senhor gostaria de fazer alguma consideração? Não?
2401 Então, sem encaminhamento da Câmara Técnica.
2402 O representante do estado de Santa Catarina está presente? Não?
2403 Então, em discussão.
2404 Não havendo discussão, vamos colocar em votação.
2405 Quem for a favor da aprovação desta proposta, por favor se manifeste mantendo
2406 seus cartões elevados.
2407 (procede a contagem)
2408 27 votos a favor.
2409 Quem for contrário, por favor se manifeste.
2410 Se alguém quiser consignar a abstenção, se manifeste. Uma abstenção.
2411 Então, está aprovada esta Resolução.
2412
2413 Artigo 6.3 - Proposta de Resolução, que dispõe sobre a substituição da Resolução
2414 CONAMA no. 04/85, procedência da Câmara Técnica Temporária do Código Florestal, e
2415 Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos
2416 Eu pediria ao Dr. Raimundo Deus Dará, Diretor de Florestas do Ministério do Meio
2417 Ambiente, que por favor fizesse o encaminhamento desta proposta.
2418
2419 Dr. Raimundo Deus Dará - Diretor de Florestas do Ministério do Meio Ambiente
2420
2421 Boa tarde, Sr. Presidente, Senhores Conselheiros.
2422 É com prazer que eu retorno a esta Casa na qualidade de Coordenador da Câmara
2423 Técnica de Atualização do Código Florestal.
2424 Nós fizemos uma dezena de reuniões e a última reunião analisou todas as sugestões
2425 que foram encaminhadas com pedido de vistas de uma série de Conselheiros do CONAMA,
2426 feitos na última reunião, e a proposta de Redação Final que encontra-se à disposição dos
2427 senhores, na ata, que dispõe sobre área de preservação permanente, foi analisada na última
2428 reunião da Câmara Técnica de Atualização do Código Florestal, mas infelizmente, não
2429 houve consenso ao item referente à questão das áreas de preservação permanente no
2430 entorno de reservatórios.
2431 O artigo correspondente é o artigo 1º, inciso 2 da Proposta de Resolução.
2432 Nesse sentido, os membros da Câmara Técnica decidiram por unanimidade planejar
2433 um Seminário, que vai ser realizado agora no dia 17 de julho próximo para ser estudada

2434 especificamente a questão das áreas de preservação permanente no entorno de
2435 reservatórios.

2436 Diante destes fatos, eu peço vênia aos Senhores Conselheiros, que prorroguem a
2437 entrega e análise da Proposta de Resolução que altera a Resolução 004/85 para a próxima
2438 reunião do CONAMA, que está agendada para agosto ou setembro de 2001.

2439 A nossa idéia aqui nas reuniões dos dias 16, 17 e 18 é que consigamos trabalhar no
2440 consenso deste artigo, que infelizmente não pode ser consensuado na última reunião, e
2441 então pediríamos aos Senhores Conselheiros e ao Sr. Presidente que submetesse aos
2442 Senhores Conselheiros o pedido de prorrogação de entrega dos pedidos de vistas para a
2443 próxima reunião do CONAMA.

2444 Seriam esses os meus informes. Gostaria de ressaltar, a pedido de uma série de
2445 Conselheiros, que esse trabalho não invalida a vigência da atual Resolução 004/85 do
2446 CONAMA, ou seja, essa Resolução continua vigindo em pleno direito até a conclusão dos
2447 trabalhos da Câmara Técnica.

2448 Muito obrigado Sr. Presidente. Muito obrigado, Senhores Conselheiros. E estou à
2449 disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

2450

2451 Dr. José Pedro - Secretário

2452

2453 Pela ordem, eu tenho inscrita a Dra. Maria Tereza Pádua, o Dr. Leopoldo Brandão
2454 Cavalcante, Dr. Geraldo do Rio Grande do Norte, e o representante da ANAMA, Dr.
2455 Maurício Lobo.

2456 Com a palavra a Dra. Maria Tereza.

2457

2458 Dra. Maria Tereza Pádua

2459

2460 Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu queria só registrar dois aspectos que acho muito
2461 importante nessa Resolução. Eu estive trabalhando, como o Dr. Deus Dará sabe, nessas
2462 reuniões da Câmara Técnica.

2463 Uma das minhas grandes preocupações sempre foi cuidar para que o Pantanal
2464 todinho não ficasse Área de Preservação Permanente. E houve uma grande discussão
2465 técnica, mas eu não sei se ela está bem esgotada aqui, porque o artigo 1º diz do nível alto do
2466 leito menor, e o artigo 2º especifica.

2467 Então, eu quero que o Dr. Deus Dará e quem esteja trabalhando nesta Câmara
2468 Técnica, e pretendo continuar trabalhando nela também, que atente para isso, nós não
2469 podemos por todo o Pantanal do Brasil como Área de Preservação Permanente.

2470 Eu acho que tecnicamente eles conseguiram suprir isso, mas misturando o artigo 1º
2471 com o artigo 2º, que eu acho um pouco perigoso. Nós temos de cuidar disso. Fora isso, eu
2472 gostaria que o Dr. Herman Benjamin fizesse umas ponderações em nome das Não-
2473 Governamentais do Centro-Oeste. Dr. Herman, por favor.

2474

2475

2476 Dr. José Pedro - Secretário

2477

2478 Dr. Hermann, por gentileza. Três minutos sempre aos convidados.

2479

2480 Dr. Herman Benjamin

2481

2482 Os senhores vêem que eu procuro onerar todos e não apenas uma única vítima.

2483 O meu pedido de intervenção, Sr. Presidente, acerca desta proposta, é que temos
2484 literalmente no país todo o processo de licenciamento com base na Resolução 04/85
2485 paralisado. Ou seja, nós não temos condições de enfrentar mais nenhuma demora na
2486 aprovação, ou melhor dizendo, na votação desta Resolução.

2487 O Dr. Raimundo Deus Dará, de forma muito oportuna, já fez a observação de que a
2488 Resolução 04/85 não está revogada, ao contrário do que se diz por aí, especialmente no
2489 estado de São Paulo e outros estados onde a Resolução 04/85 vinha sendo aplicada a tanto
2490 anos.

2491 O que ocorreu foi uma revogação do artigo 18 da Lei da Política Nacional do Meio
2492 Ambiente, pela Lei do Snuk,, a Lei 9985, que não afeta em absoluto a vigência da
2493 Resolução 04/85 que regulamenta não esse artigo 18 da Lei 6938, que vem ao final ser
2494 revogado, mais que regulamenta o artigo 2º do Código Florestal.

2495 Portanto, é muito importante, primeiro, que tenhamos clareza a respeito disso, que
2496 o CONAMA se manifeste acerca da vigência da 04/85, e em segundo lugar, que nós
2497 possamos votar esta nova Resolução na próxima Reunião Ordinária ou Extraordinária do
2498 CONAMA.

2499 Eu queria fazer ainda uma proposta de separação do conteúdo desta Resolução em
2500 duas resoluções. Primeiro uma resolução tratando de tudo o que está aqui, exceto o tema
2501 das APPs em reservatórios artificiais. E estudarmos mais, porque eu já ouvi tantas idéias
2502 criativas acerca deste tema, com mais vagar, até porque não vamos resolver os problemas
2503 das APPs nos reservatórios artificiais da noite para o dia.

2504 Esta questão das APPs em reservatórios iria então para uma outra resolução a ser
2505 tratada no CONAMA. O que eu sinto é que nós já temos clareza sobre os outros pontos, e
2506 ainda há uma incerteza muito grande, não da minha parte, mais de outros participantes
2507 deste processo, sobre o tratamento jurídico das APPs em reservatórios artificiais.

2508 Por derradeiro, um item que é extremamente preocupante nesta Proposta de
2509 Resolução e que altera em profundidade a Resolução 04/85, e eu me refiro ao tratamento
2510 dado aos morros, que na Resolução 04/85 vinham tratados, esses morros, em conjunto com
2511 as montanhas.

2512 Nós sabemos que o Brasil não é um país montanhoso, e no entanto, a forma como
2513 nós tratamos os morros nesta resolução, e por favor leiam, porque não sei se terei condições
2514 de estar aqui na próxima reunião, mas no artigo primeiro, inciso 5º diz:

2515 “... Que constitui Área de Preservação Permanente, áreas situadas em topo de morro
2516 na área delimitada pela curva de nível situada a 20m abaixo do topo”

2517 E aí se formos para o artigo 2º onde se define o que é morro, e está lá no artigo 2º,
2518 inciso 5º: “Morro é a elevação do terreno com distância do topo em relação à base do lado
2519 da maior vertente, entre 150 e 300 m, e encostas, etc...”

2520 Ou seja, quando dizemos que a área de preservação permanente nos morros será
2521 apenas de até 20 m abaixo do topo, nós estamos afirmando que naqueles morros de 300 m,
2522 nós vamos estar garantindo como APPs menos de 10% desta elevação, ou seja, será uma
2523 catástrofe paisagística no Brasil, um crime que estaremos praticando, e que nem mesmo o
2524 Brasil Colônia e as ordenações do rei tiveram dispositivo semelhante, porque sabemos que
2525 tentavam proteger a paisagem, na medida do possível.

2526 Portanto, eu chamaria a atenção de todos para este aspecto extremamente
2527 preocupante na proposta. Morro tem que ser tratado em pé de igualdade com montanha,
2528 porque nós não estamos nos Alpes suíços, e aqui não é a Suíça. Este é um país de morros, e
2529 não um país de montanha. E o tratamento tem que ser exatamente aquele que nós vínhamos
2530 praticando desde 1985, que diga-se de passagem, e eu estou concluindo, é um tratamento
2531 que de certa maneira já talvez, seja ele inconstitucional, porque topo de morro ou topo de
2532 montanhas, pela lógica, haveria de ser tudo aquilo que se estivesse acima de 50% da altura
2533 total da elevação, e a Resolução 04/85 estabeleceu que seria apenas o último terço final, ou
2534 seja, simplificou, reduziu enormemente aquele entendimento que se poderia ter com base
2535 no artigo 2º do Código Florestal.

2536 Em conclusão, eu pediria a todos uma atenção especial para esta matéria, porque
2537 estamos tratando de um tema que interessa a todos, que interessa especialmente aqueles que
2538 querem preservar para as gerações futuras algo de beleza extraordinária que nós temos no
2539 nosso país que são os morros e as nossas poucas montanhas.

2540 Não vamos abrir este precedente e este retrocesso inimaginável, através de uma
2541 Resolução.

2542
2543 Dr. José Pedro - Secretário

2544
2545 Muito obrigado Dr. Hermann.
2546 Pela ordem, Dr. Leopoldo Brandão.

2547
2548 Dr. Leopoldo Brandão -

2549
2550 Sr. Presidente, Sras. e Srs. Conselheiros, eu queria reiterar uma colocação feita pela
2551 Dra. Maria Tereza. Quem trabalha no Pantanal por algum tempo, fica muito convencido de
2552 que aquelas características lá não existem em nenhum outro lugar do país, talvez em
2553 nenhum lugar do mundo.

2554 Aqui trata da definição “a partir do nível mais alto do leito menor” e no artigo 2º
2555 diz: “leito menor, canal por onde correm as águas de um rio”. Afluente lá no Pantanal,
2556 chama-se corixo. Ocorre que o leito maior do rio, ele entra pelo corixo e se espalha pelo
2557 Pantanal. Há diversas inundações quando as águas estão apenas no limite do leito maior do
2558 rio, porque pelos corixos elas se espalham por distâncias enormes.

2559 Eu pediria por gentileza ao Dr. Deus Dará e a equipe que está trabalhando nisso, que
2560 atentasse para o fato de que o Pantanal tem uma característica especial. Então é preciso que
2561 se tenha cuidado, porque a partir do ponto em que a água chega, se preserva a 500m, em
2562 certos lugares você emenda um com o outro e cria uma enorme confusão.

2563 Vivem no Pantanal pelo menos um milhão e meio de pessoas e a situação
2564 econômica do Pantanal é muito difícil, porque a atividade tradicional de pecuarista
2565 extensiva está no fim de ciclo, está havendo a necessidade de uma reconstrução econômica
2566 do Pantanal. Se nesse momento vem uma legislação de área de preservação permanente
2567 que inviabiliza os 50% de todos aqueles que 140 milhões de quilômetros quadrados, será
2568 uma enorme dificuldade. Tenho certeza de que ninguém deseja isso.

2569 Portanto estou pedindo a gentileza de que isso seja examinado com a atenção que
2570 deve, na certeza de que é possível ter uma solução que não torne a vida do pantaneiro, que
2571 já é difícil, pior ainda.

2572

2573 Dr. José Pedro - Secretário

2574

2575 Muito obrigado, Dr. Leopoldo

2576 Pela ordem, Dr. Geraldo Magela, do Rio Grande do Norte.

2577

2578 Dr. Geraldo Magela – Representante do Estado do Rio Grande do Norte

2579

2580 Sr. Presidente, seria mais um esclarecimento. Na última reunião, o estado do Ceará
2581 e outros Conselheiros pediram vistas ao processo. Até o último contato que eu mantive com
2582 o Conselheiro representante do estado do Ceará, o processo ainda estava lá analisando-o.
2583 Como é que fica?

2584

2585 Dr. José Pedro - Secretário

2586

2587 O prazo máximo era para ser entregue nesta reunião. Independentemente disso, o
2588 nosso regulamento manda votar, mas foi feito um pedido da própria Câmara Técnica no
2589 sentido de adiar, que vai ser submetido ao Conselho, e entendo que esse é um
2590 encaminhamento possível, mas antes disso estamos em debate da matéria.

2591 Até onde eu estou informado haverá um Seminário para debater esta questão e o
2592 Dr. Deus Dará depois falará a respeito desse assunto.

2593

2594

2595 Dr. Geraldo Magela – Representante do Estado do Rio Grande do Norte

2596

2597 Igualmente com a preocupação do Mato Grosso pois do jeito que está a redação,
2598 todo o litoral do Rio Grande do Norte fica Área de Preservação Permanente quanto à
2599 questão das dunas.

2600

2601 Dr. José Pedro - Secretário

2602

2603 Pela ordem, Dr. Maurício Lobo, por gentileza, representante da ANAMA.

2604

2605 Dr. Maurício Lobo – Representante da ANAMMA

2606

2607 Eu também tenho certeza de que o assunto é urgente, mas ele é um assunto bastante
2608 delicado. Eu acho que essa oportunidade de viabilizar melhor a discussão no próprio
2609 seminário, como o Dr. Deus Dará está comentando, porque coloca algumas questões e eu
2610 colocaria uma aqui também que aflige um pouco os municípios brasileiros com relação às
2611 faixas marginais de proteção no caso de rios, de cursos d'água, de menos de 10m de largura.
2612 Isso em áreas já consolidadas, deixar 30m, como essa faixa diária de proteção permanente é
2613 uma questão sonhadora. Isso é impossível de ocorrer. Não sei se podemos trabalhar com
2614 instrumentos que possam diferenciar áreas já consolidadas ou possa ter um instrumento
2615 qualquer, e fica aqui a sugestão, de levar em conta a densidade demográfica daquele local, e
2616 isso pode ser um valor, e eu falo da minha experiência pessoal.

2617 Hoje, eu trabalho em um município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro que
2618 tem o maior índice de densidade demográfica do Brasil. Então os corpos d'água ali, se você
2619 colocar 30m, o que sobrou de alguma área que queremos fazer reflorestamento, criar uma

2620 Área de Unidade de Conservação, aplacar um pouco a poluição do ar que tem na cidade,
2621 ficaremos prejudicados, com esse reassentamento. Então temos que reassentar pessoas fora
2622 da própria cidade. É um exemplo bastante extremo, mas eu creio que um assunto que tem
2623 que ser compatibilizado. Claro que todo mundo quer que nas áreas de implantação haver a
2624 garantia da área de proteção permanente de 30m. Nas áreas consolidadas eu acho que temos
2625 de se estudar instrumentos que possam ser viáveis, se não vamos criar mais uma vez uma
2626 Resolução, que não vai ter a mínima condição aplicação.

2627
2628 Dr. José Pedro - Secretário

2629
2630 Muito obrigado Dr. Maurício.

2631 Pela ordem, Dr. Axel Grael, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro,
2632 Vice Secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro.

2633
2634 Dr. Axel Grael

2635
2636 A minha intervenção é no mesmo sentido desta do Dr. Maurício Lobo, com relação
2637 a essas Áreas de Preservação Permanente em áreas urbanas, porque do jeito que está nós
2638 corremos o risco de ter que, por exemplo, no caso de São Paulo retirar a marginal do rio
2639 Tietê porque estaria inserida aqui como uma Área de Preservação Permanente e isso se
2640 repetiria em várias situações, em cidades de grande porte, de médio porte, e até mesmo em
2641 cidades menores, que já estão consolidadas, ocupando estas faixas. Então, eu acho que é um
2642 aspecto que precisa ser considerado em especial quando ocorre em áreas urbanas.

2643
2644 Dr. José Pedro - Secretário

2645
2646 Muito obrigado, Dr. Axel.

2647 Pela ordem, Dr. José Alves , Representante das ONGs do Rio Grande do Sul.

2648
2649 Dr. José Alves – Representante da ONGs do Rio Grande do Sul

2650
2651 Na mesma linha em que colocou o Herman Benjamin, com relação às vegetações
2652 em topo de morro, eu queria fazer uma sugestão direta que é a supressão no artigo 1 , inciso
2653 5. “ Em topo de morro na área delimitada pela curva de nível situada 20m abaixo do topo”,
2654 ou seja a supressão completa desse item e a inclusão da palavra “morro” no item 7, que está
2655 assim nesse momento: “Em topo de montanha” acrescenta-se “Em topo de morro ou de
2656 montanha”, para atender a uma questão conservacionista básica.

2657 E depois um acréscimo no item 12 deste mesmo item, onde se lê “em dunas”,
2658 acrescentar “em dunas e cordões arenosos”.

2659
2660

2661
2662 Dr. José Pedro - Secretário

2663
2664 Muito obrigado.

2665 Eu não tenho mais nenhum inscrito. A Dra. Maria Tereza pediu a palavra uma vez,
2666 e depois eu vou devolvê-la ao Dr. Deus Dará, para fazermos então a votação a respeito
2667 desta deliberação de deixarmos para a próxima reunião essa discussão.
2668

2669 Dra. Maria Tereza de Pádua
2670

2671 Muito obrigada, Dr. José Pedro. Nós já vimos que é um assunto muito sensível, mas
2672 evidentemente nós precisamos definir em Resolução as Áreas de Preservação Permanente e
2673 é extremamente importante, e eu acho que a Câmara Técnica e o Dr. Deus Dará já evoluiu
2674 muito, e tem coisas muito positivas, como por exemplo a resolução, uma das que eu me
2675 lembro, a Resolução 04 dizia que vereda só existia no Centro-Oeste, enquanto que
2676 obviamente na Amazônia existe vereda. Então nós colocamos “vereda”, sem mencionar a
2677 região que tem veredas, porque tem no Centro-Oeste, tem na Amazônia, e vice-versa.
2678 Mas o Dr. Herman Benjamim fica lá me puxando a orelha porque eu falei que o Pantanal
2679 estava todo como a Área de Preservação Ambiental Permanente e não pode ficar, então eu
2680 acho que nós realmente precisamos atualizar a Resolução 04, mas eu acho, Dr. Deus Dará,
2681 que ainda precisamos discutir um pouco mais esse assunto, que é um assunto muito
2682 amplo, muito polêmico, e envolve todos os biomas, ecossistemas do Brasil, com as suas
2683 peculiaridades, eu acho urgente, mas que precisamos ter um embasamento técnico um
2684 pouco maior para ficarmos mais tranquilos, para decidir. Muito obrigada.
2685

2686 Dr. José Pedro - Secretário
2687

2688 Obrigada Dra. Maria Tereza.

2689 O Dr. Cláudio Langoni, Secretário do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do
2690 Sul pediu a palavra, por gentileza.

2691 O Dr. Estevão, do Amazonas também pediu a palavra.
2692

2693 Dr. Claudio Langoni
2694

2695 Nós criamos aqui a ANEMA, que é a mistura da ANAMA com a ADEMA. É uma
2696 boa mistura essa.

2697 O tema é muito complexo. Eu temo que nós não consigamos avançar se nós não
2698 acertarmos um cronograma de trabalho que considere algumas especificidades no debate.

2699 Primeiro, nós temos uma tradição de discussão, que exige sobretudo a presença dos
2700 municípios, que é sobre a aplicação em área urbana. Vários municípios têm estudos sobre
2701 isso, tem-se debatido muito essa questão dentro da dinâmica de ocupação de lotes em áreas
2702 urbanas.

2703 Esse elemento do Código Florestal tem sido um elemento de enfrentamento entre as
2704 Secretarias de Urbanismo e a Secretaria de Meio Ambiente, se aplicam ou não, se
2705 canalizam, o que lá chamamos de “arroio”, no Rio Grande do Sul, porque isso em área
2706 urbana, essas faixas podem ou não inviabilizar a ocupação do lote. Então, não é uma
2707 discussão fácil. Acho que há uma especificidade sobre a questão da aplicação do Código
2708 Florestal em áreas urbanas, porque eu não sei se a ANAMA acompanhou essa câmara
2709 especial, esse grupo de trabalho, mas acho que se pode fazer um debate específico trazendo
2710 a contribuição dos municípios em relação a isso. Tem uma outra dinâmica geral para a área
2711 rural, mais eu acho que é difícil que não façamos uma reflexão sobre as diferenças

2712 regionais no país, inclusive possa vir a pensar em traduzir isso dentro da resolução, porque
2713 se não vamos aprovar uma resolução que não tem aplicabilidade. Talvez nós tenhamos que
2714 fazer esse debate.

2715 E por último, já tem o encaminhamento de um Seminário sobre a questão das...

2716

2717 (fim da Fita 9)

2718

2719 Fita 10

2720 (Continuação)

2721

2722 Dr. Langoni

2723

2724 ... parte dos entornos e reservatórios em áreas importantes com potencial
2725 hidrelétrico têm atividades de alto impacto em seu entorno. O que estamos discutindo é
2726 como aplicamos hoje. Aplicamos restrição total na faixa de 30m e de 30 a 100m,
2727 aplicamos o uso restrito, e discutimos a indenização por restrição de uso, mas há uma
2728 resistência muito forte por parte do setor elétrico no sentido de aceitar esse regramento e há
2729 um problema que precisa ser resgatado aqui, que temos acompanhado em muitos
2730 licenciamentos, que é o impacto social no re-assentamento e em todas as questões que
2731 envolvem o entorno, as indenizações, onde muitas vezes nos licenciamentos, a questão
2732 socio-ambiental não tem sido tratada. Os órgãos ambientais têm se recusado a arbitrar e a
2733 mediar as relações entre os atingidos e o empreendedor.

2734 Eu, particularmente, acompanhei o caso de “Itá”, que foi licenciada pelo órgão
2735 federal do meio ambiente, onde fui requisitado para servir de árbitro entre as partes, porque
2736 não havia árbitro, e portanto, a possível relação entre empreendedor e movimentos
2737 atingidos era a Polícia de Choque. Isso levou a conflitos imensos que retardaram a
2738 implantação do empreendimento, com invasão por parte dos assentados do canteiro de
2739 obras, e intransigências de parte a parte.

2740 Então, existe toda essa questão, e se não for área de preservação permanente isso
2741 implica imediatamente nas questões das indenizações, mesmo que seja de uso restrito, pois
2742 já há uma resistência de indenização na faixa dos 30, e muito mais na faixa dos 30 aos 100.
2743 Essa questão precisa ser bem discutida e bem refletida por nós, e isso passa a resgatar
2744 dentro do processo dos licenciamentos aquele conceito que está na origem de todas as leis
2745 do (XNAMA), que é de que a parte socio-ambiental é sim, e deve sim, ser avaliada dentro
2746 do estudo de impacto ambiental, as medidas mitigatórias, as indenizações, os
2747 reassentamentos, e a negociação entre atingidos e empreendedores deve necessariamente
2748 ser arbitrada e mediada pelo órgão licenciador. Isso não deve ser tratado como um elemento
2749 à parte, que remeta para outros setores fazerem esse papel, e de fato esses setores não
2750 fazem esse papel, e o resultado concreto disso, tem sido via de regra, que esses assuntos
2751 acabam só se resolvendo na esfera judicial trazendo prejuízos aos ambiente, ao processo de
2752 licenciamento, ao empreendedor, aos atingidos e em última instância, aos órgãos de meio
2753 ambiente.

2754

2755

2756 Dr. José Pedro - Secretário

2757

2758 Muito obrigado, Dr. Langoni.

2759 Eu queria fazer um apelo, e vou manter a palavra dos inscritos, mas que
2760 terminássemos os que estão inscritos até agora, que são os que já chamo, por gentileza, à
2761 Mesa: o Dr. Estevão de Paula – Secretário de Meio Ambiente do Estado do Amazonas;
2762 depois eu tenho o Coronel Neves Franco, do Comando do Exército, e o Dr. Leopoldo.

2763 Depois, gostaria que votássemos se vai haver realmente a idéia proposta pela
2764 Câmara Técnica de que esse assunto volte na próxima reunião, porque nesse caso nós
2765 teríamos a condição de não prejudicar outros assuntos que poderiam ser deliberados aqui.

2766 Com a palavra o Dr. Estevão de Paula.

2767

2768 Dr.. Estevão de Paula – Secretário do Meio Ambiente do Amazonas

2769

2770 Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer que o Estado do Amazonas também se
2771 preocupa com a questão das suas vazas em área de preservação permanente, e concorda
2772 com a posição do Mato Grosso e do Rio Grande do Norte, para avaliarmos essa posição.

2773 A segunda coisa é que precisamos abordar a questão urbana, que é um dos
2774 problemas sérios em área de preservação do ambiente, a questão urbana.

2775 E a terceira coisa que gostaria de destacar, é qual é de fato o embasamento técnico
2776 que determina que 500m para o curso d'água com largura superior a 600 m?

2777 Nós sabemos que o Estado do Amazonas tem rios com larguras maiores que 600 m
2778 e se de fato tiver um embasamento técnico, tudo bem, mas se não houver é realmente um
2779 fator complicante para que possamos instalar qualquer atividade produtiva perto dos nossos
2780 grandes rios.

2781 Muito obrigado!

2782

2783 Dr. José Pedro - Secretário

2784

2785 Muito obrigado, Dr. Estevão!

2786 Por gentileza, o Coronel Neves Franco, o próximo inscrito, representante do
2787 Comando do Exército aqui no nosso CONAMA.

2788

2789 Cel. Neves Franco – Representante do Comando do Exército

2790

2791 Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, não tomarei muito tempo aqui porque já vimos
2792 que estamos com a hora curta.

2793 A nossa preocupação como representante do Comando do Exército é que o Exército
2794 dispõe de algumas áreas para o seu adestramento em áreas que anteriormente não eram
2795 áreas urbanas, mas com o crescimento das cidades essas áreas foram absorvidas, e estão
2796 sendo usadas, ainda hoje, para o adestramento da força. Então, qualquer força para ser
2797 empregada, - em todas as Forças Armadas - têm de ser bem adestrada, e precisa de áreas
2798 bem específicas para realizar isso.

2799 Já vi que o Dr. Deus Dará, solicitou o adiamento para a próxima, e nós pediríamos a
2800 compreensão dos senhores para que, na pior das situações, fosse permitido ao Exército a
2801 realização de suas atividades de instrução nessas áreas, mesmo as localizadas em áreas
2802 urbanas.

2803 Nós não temos a certeza de que implicações acarretariam para nós e para nossas
2804 atividades, porque hoje temos áreas urbanas sendo utilizadas pela Força e que são
2805 preservadas, e com todas atividades que estamos fazendo hoje, são preservadas. Isso é

2806 comprovado por todos os que acompanham as atividades do Exército e de todas as Forças
2807 Armadas.

2808 Então, minha preocupação é essa, e gostaríamos que, se possível, fossem permitidas
2809 todas as atividades desenvolvidas de adestramento das 3 Forças Armadas em suas áreas de
2810 instrução, localizadas em áreas urbanas.

2811 Muito obrigado!

2812

2813 Dr. José Pedro - Secretário

2814

2815 Muito obrigado, Coronel!

2816 Eu pediria que falasse o Dr. Leopoldo, que pediu a permissão para fazer um
2817 pequeno adendo ao seu comentário, como último inscrito, e depois o Dr. Deus Dará fará
2818 uso da palavra.

2819

2820 Dr. Leopoldo Brandão

2821

2822 Sr. Presidente, eu tenho trabalhado nos últimos tempos no problema de mudanças
2823 climáticas. É inquestionável que o aumento da temperatura, que já ocorreu recentemente,
2824 prosseguirá, talvez, mais intensamente.

2825 Uma das conseqüências lógicas, inclusive, porque as águas dos oceanos também
2826 estão se aquecendo, é o degelo das calotas polares e o aumento do nível dos mares.

2827 Aqui no art. 10º, no item 10, do 1º parágrafo, diz o seguinte:

2828 “Em restinga, em uma faixa mínima de 300m a partir da linha de preamar máxima”.

2829 A legislação anterior definia a data dessa preamar máxima, se não me engano, do
2830 ano de 1897. Essa preamar máxima vai subir. Se não definirmos em que data essa preamar
2831 é considerada, daqui a 10 anos poderemos ter crescido mais 100m dessa distância, porque a
2832 preamar vai subindo, a água normal de inundação vai aumentando, e nós vamos
2833 caminhando.

2834 Eu não posso concordar com a legislação que fala “faixa mínima”. Por que mínima?
2835 Faixa é faixa. Não tem mínima, nem máxima. Faixa mínima pode ser 3 km, ao invés de
2836 300m.

2837 Então, eu pondero, que existem dois problemas. Primeiro que faixa mínima é uma
2838 coisa indefinida, não é aceitável. Em segundo, tem que se fixar a data da preamar, porque a
2839 preamar é uma coisa mutante, depois que as mudanças climáticas estão muito fortes. Faço
2840 um apelo, apesar de o Dr. Deus Dará estar muito ocupado, para que esse assunto seja
2841 examinado, porque é um assunto importante. Nós temos mais de 8 milhões de quilômetros
2842 de costa marítima. Se ainda não definimos um parâmetro didata da preamar, essa preamar
2843 vai caminhando e não sabemos onde isso vai parar. E a palavra “mínima” não existe, faixa
2844 mínima de 300 m poderá ser de 10km, ou de 2km. Isso não tem senso. Tem de haver uma
2845 definição definitiva. Esse é o meu apelo.

2846

2847 Dr. José Pedro - Secretário

2848

2849 Obrigado, Dr. Leopoldo.

2850 Então, Dr. Raimundo Deus Dará, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos do
2851 Código Florestal.

2852

2853 Dr. Raimundo Deus Dará – Presidente da Câmara Técnica de Assuntos do Código
2854 Florestal

2855

2856 Muito obrigado, Sr. Presidente.

2857 Talvez a brevidade com que fiz meu informe tenha suscitado alguma dúvida com
2858 relação ao nosso encaminhamento, mas ficou patente que o tema é extremamente sensível,
2859 após inúmeros pedidos de vista, e ainda apareceram uma série de considerações que julgo
2860 oportuno serem analisadas, então gostaria de reforçar o entendimento da Câmara Técnica
2861 de atualização do Código Florestal, que mesmo apesar de cerca de 12 reuniões já
2862 realizadas, se desse ainda, um prazo à Câmara, para apreciar esse conjunto de sugestões que
2863 foram feitas hoje, e algumas que não foram fechadas na última reunião.

2864 Também gostaria de informar que, com relação à aplicação do Código Florestal, na
2865 área urbana, já fizemos uma primeira reunião em Curitiba, no dia 26 de junho passado, e
2866 estaremos agora incrementando um pouco mais, um conjunto de reuniões voltadas
2867 exclusivamente para a questão da aplicação do Código Florestal em área urbana.

2868 Finalmente, gostaria de deixar claro que a Câmara Técnica irá reunir-se nos dias 16,
2869 17, 18, sendo que no dia 17 será o Seminário com a participação de uma série de
2870 especialistas que trabalham em áreas de preservação permanente, no dia 18 haverá reunião,
2871 a parte da manhã será aberta, e à tarde será exclusiva para os membros da Câmara Técnica
2872 Florestal, e a partir do dia 16, na Segunda-feira próxima, estaremos mobilizados atendendo
2873 sugestões e considerações que poderão ser apresentadas para os senhores Conselheiros, já
2874 que a íntegra da resolução encontra-se anexada à ata que todos os senhores têm em mãos.

2875 Muito obrigado, Sr. Presidente, e continuo também à sua disposição para qualquer
2876 esclarecimento adicional.

2877

2878 Dr. José Pedro - Secretário

2879 Muito obrigado, Dr. Deus Dará.

2880 Vamos colocar em primeiro lugar, em votação, essa solicitação da Câmara Técnica
2881 de postergamento da análise final desta proposta para a próxima reunião.

2882 Os Conselheiros que estiverem de acordo com o adiamento da discussão para a
2883 próxima reunião, por favor, elevem seus cartões e mantenham-se com eles elevados.

2884 (faz a contagem dos votos)

2885 29 votos a favor.

2886 Os que forem contrários, por favor se manifestem.

2887 Se alguém quiser consignar uma abstenção, por favor se manifeste.

2888 Aprovado!

2889 Vamos então, passar rapidamente para o próximo item da pauta que é a Resolução
2890 no. 276, de 25 de abril de 2.001, item 6.4, por gentileza, Dr. Maurício Andrés.

2891

2892 Dr. Maurício Andrés

2893

2894 Esse tema basicamente dispõe sobre a alteração da Resolução CONAMA 273.

2895 Na reunião plenária passada, em abril, houve uma solicitação por parte do
2896 Conselheiro Paulo Finoti, de que fossem prorrogados por 90 dias os prazos definidos nessa
2897 Resolução 276, que trata das questões dos postos de combustíveis e lubrificantes.

2898 No final da reunião plenária isso foi aprovado e publicado e estamos trazendo aqui
2899 apenas para um referendo desse Conselho, inclusive esse prazo já se esgotou. É mais uma
2900 formalidade para o Conselho se posicionar e termos esse referendo.
2901
2902 Dr. José Pedro - Secretário
2903
2904 Feita essa introdução, o assunto está em discussão.
2905 (Pausa)
2906 Não havendo nenhum inscrito para discussão, então estamos colocando em votação.
2907 Quem for a favor da aprovação dessa Resolução erga seus braços, seus cartões, e
2908 permanecem assim com eles, para a contagem.
2909 27 votos a favor.
2910 Quem for contrário, por favor se manifeste.
2911 1 voto contrário.
2912 Abstenções.
2913 Nenhuma abstenção manifesta.
2914 A Mesa gostaria agora, dado o adiantado da hora, de mudar um pouco o sistema dos
2915 trabalhos, e como não vamos poder votar todas as Resoluções hoje, eu gostaria de abrir a
2916 possibilidade de os Conselheiros, - pois já havíamos combinado que às 16:30hs iríamos
2917 começar a votação das Moções, inclusive em homenagem à Fernando de Noronha, que hoje
2918 é um dos principais temas dessa pauta -, se os Conselheiros gostariam de solicitar vistas de
2919 algumas destas Resoluções aqui presentes.
2920 Nós já votamos até o item 6.4 da pauta, e como, talvez, os Conselheiros tenham
2921 desejos de vistas, eu gostaria de fazer, pelo ao menos com relação às Resoluções, até o item
2922 6.16, tomando uma a uma, perguntando se alguém tem essa intenção para não prejudicar
2923 pelo ao menos essa possibilidade.
2924 Eu seguiria pela ordem, Dr. Shelley.
2925 Com relação ao item 6.5. - Resolução que dispõe sobre o licenciamento de obras de
2926 irrigação aprovada na 57ª Reunião Ordinária do CONAMA.
2927 Pois não, Dr. Leopoldo? Então, vistas também para a Confederação Nacional da
2928 Agricultura. Dois pedidos de vistas.
2929 Dr. Shelly, por favor.
2930
2931 Dr. Shelley
2932
2933 Deixe-me explicar. Isso já passou pelo CONAMA, já foi aprovado, voltou agora, e
2934 quando foi aprovado passou pela Assessoria Jurídica do Ministério, e eles fizeram apenas
2935 algumas modificações de forma, coisas simples no processo. Como houve modificação no
2936 processo original, passou pela Câmara de Controle Ambiental, foram aprovadas nos
2937 Assuntos Jurídicos essas pequenas modificações que houveram, e está retornando para
2938 aprovar essas pequenas modificações de forma, desse processo, que foram acrescidas pela
2939 Assessoria de Assuntos Jurídicos do Ministério do Meio Ambiente.
2940
2941
2942 Dr. José Pedro – Secretário
2943
2944 Esse é o entendimento do Dr. Shelly.

2945 Com a palavra Dr. Maurício Andrés.

2946

2947

Dr. Maurício Andrés

2948

2949

De fato a Resolução foi aprovada mas não passou pelo Jurídico, não foi publicada, e então refizemos toda a linha de montagem, vamos assim dizer, da Resolução. Nós a levamos novamente para discussão na Câmara Técnica de Controle Ambiental, levamos novamente à Câmara de Assuntos Jurídicos, foram incorporadas todas as sugestões, e com a participação do Coordenador do Grupo de Trabalho, Dr. Roberto Monteiro, que coordenou a versão anterior. Tudo isso está acertado nesta nova versão que está sendo apresentada aqui hoje.

2950

Agora, no meu entendimento, nada impede que se peça vistas, já que alguém pode ter alguma dúvida em relação a essa nova redação.

2951

2952

2953

2954

2955

Dr. José Pedro - Secretário

2956

Dr. Shelley, o senhor gostaria de fazer alguma observação?

2957

2958

Dr. Shelley

2959

2960

2961

Eu gostaria de fazer uma observação em cima disso, porque isso está acontecendo muito. Há um desgaste imenso do CONAMA que passa anos discutindo um processo, aprova-o, depois ele passa pelos Assuntos Jurídicos, eles nos retornam novamente, não conseguem. Eu acho que temos uma Câmara de Assuntos Jurídicos, e temos a Assessoria de Assuntos Jurídicos do Ministro. Por que não os Assuntos Jurídicos do Ministério participarem da Câmara de Assuntos Jurídicos, evitando esse desgaste que temos aqui todas as vezes: “Ah, não, mude essa palavra... Essa palavra não é constitucional...”.

2962

2963

Eu acho que isso já deveria chegar ao CONAMA para votação, discutido pelo pessoal jurídico do Ministério, junto com a Câmara de Assuntos Jurídicos, que faz parte do CONAMA.

2964

2965

Então, os Assuntos Jurídicos do Ministério está contra o parecer da Câmara de Assuntos Jurídicos, que já tinha analisado esse processo. Fica uma coisa um pouco...

2966

2967

2968

Dr. José Pedro - Secretário

2969

2970

Dr. Shelly, o senhor tem razão e esse convite deve realmente ser feito. O problema é que muitas vezes, como o senhor bem sabe, chega à Câmara de Assuntos Jurídicos, no último dia, na véspera do CONAMA, uma quantidade de assuntos relevantes, complexos, então nem sempre todas as filigramas ser analisadas.

2971

2972

2973

2974

A Câmara de Assuntos Jurídicos tem feito um trabalho exemplar que deve ser elogiado, mas ela, às vezes, é sufocada por uma quantidade de decisões que não permitem uma análise detalhada.

2975

2976

De qualquer forma a sua sugestão está anotada em ata para ser considerada.

2977

2978

Dr. Langoni, por gentileza.

2979

Dr. Langoni

2980

2991 Se houver pedido de vistas, eu devo respeitar. Agora, eu não poderia deixar de
2992 registrar aqui o seguinte. Eu pedi vistas dessa matéria, e à época, o Grupo de Trabalho, a
2993 Câmara Técnica e vários membros do Conselho fizeram um apelo para que eu não pedisse
2994 vistas, nós apressamos a tramitação, fizemos um relatório aqui, aprovamos a matéria por
2995 consenso, e passou-se mais de um ano sem a publicação e sem a informação aos
2996 envolvidos, de que o assunto estava parado na Assessoria Jurídica do Ministério do Meio
2997 Ambiente.

2998 Então, de fato, primeiro quero registrar aqui, que toda a pressa que o próprio
2999 Ministério nos pediu na apreciação desse assunto, não foi observada na tramitação
3000 burocrática para publicação. Nós nem sabíamos o porquê, de fato.

3001 O senhor vai pedir vistas? Vamos aceitar. Agora quero lembrar aqui, que isso foi
3002 objeto de pedido de vistas à época e já havia todo um processamento. Essa matéria chegou
3003 devidamente maturada e foi aprovada por unanimidade do plenário.

3004
3005 Dr. José Pedro - Secretário

3006
3007 Muito obrigado, Dr. Langoni.

3008 Dr. Maurício Lobo, por inscrição.

3009
3010 Dr. Maurício Lobo – Representante da ANAMMA

3011
3012 Sr. Presidente, não quero ser exaustivo sobre isso, já citei várias vezes esse
3013 processo. A ANAMA tem tido um papel nos últimos anos bastante forte na Câmara de
3014 Assuntos Jurídicos, e isso volta e meia ocorre. Quando você pede a urgência, e esse
3015 aspecto, hoje colocado pelo Presidente da Mesa, com relação a chegar a matéria na última
3016 hora para a Câmara de Assuntos Jurídicos analisar, não nos parece a mais correta. Nós
3017 temos que ter um prazo de cumprimento, inclusive a montagem de uma pauta. Nós estamos
3018 vivendo hoje uma pauta que é inviável. Correu-se com quantas pessoas, quantos técnicos, e
3019 quantos se envolveram para preparar um trabalho desse, uma pauta extensa como essa, e
3020 não vamos cumpri-la.

3021 Então, essas questões tem de ser organizadas, permitam-me a crítica à organização
3022 do CONAMA, pois esse aspecto desmoraliza o CONAMA. Vou voltar a dizer sobre isso.
3023 Você faz um processo democrático, o Conselheiro Langoni colocou a questão da urgência
3024 colocada na época, o Estado do Rio Grande do Sul pediu vistas, foi analisado com presteza,
3025 vem o processo, some, fica um ano, e volta modificado. Isso é uma coisa que desmoraliza
3026 completamente esse plenário, desculpem-me.

3027 Acho que temos de ter uma forma, e essa forma correta de se fazer já que as análises
3028 jurídicas são feitas na Câmara de Assuntos Jurídicos, acho que há possibilidade, com
3029 certeza, de existir uma pessoa da Assessoria Jurídica do Ministério para participar dessa
3030 discussão. Essa é uma reivindicação, que não é de hoje, está em ata da Câmara de Assuntos
3031 Jurídicos há mais de 2 anos, quando a Presidência da ANAMA, colocou esse assunto, para
3032 evitar justamente esse processo.

3033 Então, discutindo todas as análises jurídicas ali, é claro que alguma coisa passa em
3034 ver as brilhantes contribuições do Herman Beijamin aqui colocadas, que são fatos, detalhes,
3035 mas a questão mais global já é discutida na Câmara. Agora, a coisa pára e fica numa análise
3036 de um ano dentro de um processo jurídico do Ministério, voltando com alteração. Volta o
3037 procedimento de novo, volta a Câmara de Controle Ambiental, que já atrapalha, vamos

3038 assim dizer, a pauta toda da Câmara que o Presidente Shelly conduz com muita
3039 competência, volta ao jurídico e volta ao plenário, nesse aspecto.
3040 Fica então essa crítica mais uma vez registrada aqui.
3041
3042 Dr. José Pedro - Secretário
3043
3044 Muito obrigado, Dr. Maurício.
3045 Por gentileza, pela ordem, o Dr. Finotti, representante das Organizações Não-
3046 Governamentais.
3047
3048 Dr. Finotti – Representante das Organizações Não-Governamentais
3049
3050 Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, mais de uma vez o que o Conselheiro Maurício
3051 levantou foi colocado por este Conselheiro em relação à rapidez que a Câmara Técnica de
3052 Assuntos Jurídicos tinha necessidade de analisar os processos, mas além disso há um
3053 problema muito sério.
3054 Este Conselheiro há questão de uns 5 ou 6 meses atrás, encaminhou uma proposta à
3055 Assessoria Jurídica do Ministério, antes de encaminhá-la a este Conselho, e estou
3056 aguardando até hoje a resposta, e a proposta já foi entregue a este Conselho e já foi
3057 aprovada. Então, nós não temos um parecer, até este momento, daquilo que já foi aprovado,
3058 e foi solicitado antecipadamente à Assessoria Jurídica do Ministério para que se
3059 manifestasse com relação à constitucionalidade. Obrigado.
3060 O Dr. Shelly pediu a palavra.
3061
3062 Dr. José Pedro - Secretário
3063
3064 O Dr. Shelly sempre tem a palavra, mas estou deixando os que não falaram em
3065 primeiro lugar.
3066
3067 Dr. Finotti – Representante das Organizações Não-Governamentais
3068
3069 O Dr. Shelly solicitou a mim que passasse sua palavra ao Dr. Roberto Monteiro para
3070 se manifestar.
3071
3072 Dr. José Pedro - Secretário
3073
3074 Três minutos, Dr. Roberto Monteiro.
3075
3076 Dr. Roberto Monteiro
3077
3078 Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, essa matéria como foi dito, foi exaustivamente
3079 discutida durante muito tempo por um grupo de trabalho, e reveste-se de urgência. Portanto,
3080 quando do pedido de vistas do Dr. Langoni foi até tentado não se fazer esse pedido de
3081 vistas, para acelerá-lo, no entanto a matéria, ainda assim, concedido o pedido de vistas,
3082 acelerado pelo Dr. Langoni, foi votada pelo Conselho, portanto, já não pode mais
3083 regimentalmente nem haver o pedido de vistas, já que é o pedido de vistas é por uma única
3084 vez.

3085 A matéria aprovada pelo Conselho foi remetida à Consultoria Jurídica do
3086 Ministério. A Consultoria Jurídica, por sua vez, procedeu a pequenas modificações. A
3087 maior parte dessas modificações foram modificações de forma, ou seja, incisos foram
3088 transformados em parágrafos; e parágrafos transformados em artigos para melhor se
3089 adaptar a uma técnica legislativa com relação às resoluções da Consultoria Jurídica.
3090 Na questão de mérito, somente três pontos foram abordados. A Jurídica achou por
3091 bem modificar três aspectos. O primeiro é quando criávamos um certificado de
3092 cadastramento. Ela entendeu que não caberia nessa Resolução criar essa figura do
3093 certificado de cadastramento, e portanto, ela ofereceu um texto que resguarda essa questão
3094 do cadastramento, mas remetendo a critérios de procedimento de cadastramento a serem
3095 estabelecidos pelo órgão competente.
3096 E finalmente, a questão da dispensa de licenciamento, porque no texto inicialmente
3097 aprovado, falava-se que os empreendimentos poderiam ter seus processos de licenciamento
3098 simplificados ou dispensados, a critério do órgão ambiental competente. A Jurídica viu que
3099 não haveria respaldo legal para a dispensa do licenciamento e solicitou a eliminação dessa
3100 palavra “dispensa de licenciamento”, permanecendo a simplificação. Essa simplificação
3101 pode ser até a extremos, digamos, mas a palavra “dispensa de licenciamento” não mais
3102 ficaria.
3103 E também achou por bem, que não deveria ser o órgão ambiental competente, mas
3104 sim, o Conselho de Meio Ambiente respectivo, do Estado, em função de que é assim que
3105 determina a lei.
3106 Então, esses três tópicos, tão somente, é que foram mexidos, e eles não alteram
3107 praticamente, e absolutamente em nada, o mérito que aqui foi votado. Então, a questão do
3108 certificado, ele estabelece os procedimentos remetendo aos órgãos ambientais, tira a
3109 palavra “dispensa de licenciamento”, mas mantém a simplificação coerente com o que está
3110 falado na 237, e ao invés de falar em “órgão estadual competente”, fala em “conselho de
3111 meio ambiente respectivo do estado”.
3112 Rogo, então, aos senhores que aprovem essas modificações porque há uma urgência
3113 tanto no Setor de Licenciamento Ambiental, quanto no Setor Produtivo de ter um
3114 ordenamento para o licenciamento ambiental e especificamente para o setor de irrigação.
3115 Muito obrigado, senhores!
3116
3117 Dr. José Pedro - Secretário
3118
3119 Agradeço ao Dr. Roberto.
3120 Eu consultaria o Dr. Leopoldo e o Dr. Tibério se no decorrer desta discussão, se
3121 permanecem com o pedido de vistas? Permanecem!
3122 Há uma discussão que vou submeter ao Plenário.
3123 O Dr. Tibério permanece com o seu pedido de vistas, então, vou submeter ao
3124 Plenário.
3125 Eu acho que deveríamos avançar. Tudo o que não for fundamental, a Presidência
3126 agradece que nós não entremos em detalhe.
3127 Dr. Maurício, rapidamente.
3128
3129
3130 Dr. Maurício Lobo – Representante da ANAMMA
3131

3132 Eu gostaria de fazer um comentário de cunho prático. Havendo ou não pedido de
3133 vistas, essa Resolução não vai dar tempo de votar hoje. Será na próxima reunião. Então,
3134 nada impede que já a coloquemos na pauta da próxima reunião para que nesse intervalo,
3135 aqueles que quiserem façam seu exame, e ela seja votada na próxima reunião, porque hoje
3136 não vai dar tempo, ela é grande, extensa, e se formos ver artigo por artigo, não
3137 terminaremos sua votação hoje. É uma questão prática.

3138
3139 Dr. José Pedro – Secretário

3140
3141 Nós poderemos fazer um acordo de Plenário, como o senhor está propondo, para
3142 que ela seja votada na próxima reunião, e com o tempo de os Conselheiros enviarem à
3143 Secretaria quaisquer sugestões ou considerações.

3144 Com a palavra o Dr. Tibério, por gentileza.

3145
3146 Dr. Tibério

3147
3148 Eu entendo que isso facilita sobremaneira a tramitação da matéria, considerando a
3149 vista. Porque na verdade, nosso entendimento é de que a matéria foi votada no Conselho,
3150 anteriormente ela foi apreciada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e depois teve
3151 uma outra avaliação, que no nosso entendimento, é uma nova proposta de Resolução.
3152 Portanto, ela está sendo submetida a uma nova votação, razão pela qual é pertinente a
3153 solicitação de vistas, que mantemos.

3154 No que diz respeito ao tratamento prático do assunto sobre a tramitação, isso fica
3155 facilitado. É uma matéria que deverá ser votada na próxima reunião, e nós trazemos nossas
3156 ponderações como resultante da solicitação de vistas, nesse próximo evento.

3157
3158 Dr. José Pedro - Secretário

3159
3160 Se há esse entendimento de que a matéria só poderá ser discutida, dada a relevância
3161 e complexidade, na próxima reunião, e se os senhores estão de acordo, como deliberação
3162 tomada, de que ela será discutida e aprovada inevitavelmente na próxima reunião, e eu não
3163 preciso nem submeter casos omissos, sendo caso ao plenário.

3164 Por gentileza, Dr. Shelly.

3165
3166 Dr. Shelley

3167
3168 Eu acho que votar rapidamente se vai ou não é muito rápido, nós não vamos perder
3169 tempo, é uma votação, e estamos no fim.

3170 Se na realidade for aprovado o pedido de vistas, na próxima reunião ele já traz aqui
3171 a sua proposta, senão vamos postergar, e o pedido de vistas poderá ser feito na próxima, e
3172 postergamos para dezembro.

3173
3174
3175
3176
3177 Dr. José Pedro - Secretário

3178

3179 O senhor pensando da necessidade de votar na próxima reunião, já prefere que seja
3180 dado vistas. Estou certo? É essa a ótica.
3181 Então, a pedido do Dr. Shelly, vamos colocar em votação.
3182 Aqueles que forem a favor da concessão das vistas, que por favor, levantem o seu
3183 cartão e permaneçam com ele. Para esse caso específico. Não é para formar jurisprudência.
3184 (procede a contagem dos votos)
3185 23 votos.
3186 Quem for contrário, por favor se manifeste.
3187 3 votos.
3188 Quem quiser se abster, por favor se manifeste.
3189 Uma abstenção.
3190 Então, continuando no processo em que estávamos, foi concedida vistas ao item 6.5,
3191 à CNA e ao Dr. Leopoldo Brandão, também, se quiser fazer uso dessa prerrogativa, é bem
3192 vindo.
3193 Item 6.6, perguntando se algum Conselheiro manifesta o desejo de pedir vistas, que
3194 dispõe sobre a alteração do calendário de Reuniões Plenárias do CONAMA para 2.001.
3195 Eu vou votar a aprovação depois, se houver tempo.
3196 Ninguém pedindo vistas.
3197 Item 6.7, algum pedido de vistas? Não!
3198 Item 6.8, dispõe sobre conjuntos para conservação para o gás natural. Nenhum
3199 pedido de vistas?
3200 Item 6.9, dispões sobre o controle de emissões de veículos novos e importados.
3201 Nenhum pedido de vistas.
3202
3203 Fita 11
3204
3205 Item 6.10, dispõe sobre a revisão da Resolução CONAMA 226.87.
3206 Item 6.11, pedido de vistas pelo Ministério da Saúde, dispõe sobre a avaliação de
3207 impacto ambiental nas regiões endêmicas de malária. Vistas concedidas.
3208 Item 6.12, estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de projetos de
3209 assentamentos de reforma agrária. Pedidos de vistas verbal, com discurso, com
3210 manifestação.
3211
3212 Sr. :
3213
3214 Eu gostaria de pedir em nome da Câmara de Controle Ambiental, a Câmara de
3215 Assuntos Jurídicos também, se eu puder dizer por elas, que vai pedir conosco, porque uma
3216 série de coisas foram introduzidas nessa discussão, e nós gostaríamos de analisar melhor
3217 esse processo que foi apresentado.
3218 Peço vistas em nome da Câmara e em nome da Câmara de Assuntos Jurídicos, que
3219 está aqui pedindo também.
3220
3221 Dr. José Pedro - Secretário
3222
3223 Além da Câmara, a ANAMA está pedindo vistas?
3224 O Sr.
3225

3226 Não, a Câmara de Assuntos Jurídicos e ..., são duas câmaras.
3227
3228 Dr. José Pedro - Secretário
3229
3230 O Estado do Paraná também pede vistas. Só esses?
3231 Então, está concedida as vistas.
3232 Item 6.13, dispõe sobre a alteração da composição da Câmara Técnica de Energia.
3233 Pedido de vistas? Vistas para ANAMA. Está concedida vistas para ANAMA.
3234 Item 6.14, dispõe sobre a suspensão da concessão de licenças e/ou outorgas para
3235 captação d'água a empreendimentos em desacordo com as exigências legais de reserva
3236 florestal legal e áreas de preservação permanente.
3237 Vistas da Confederação Nacional da Agricultura para o item 6.14. Vistas concedidas
3238 também ao Governo do Estado do Amazonas e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.
3239 Item 6.15, dispõe sobre o regulamento dos procedimentos relativos ao registro e ao
3240 enquadramento dos Jardins Botânicos.
3241 Não há pedidos de vistas.
3242 Item 6.16, dispõe sobre o plano de manejo do Palmitero euterpe edulis marcius, no
3243 Estado de Santa Catarina.
3244 Não há pedidos de vistas. Então, esse assunto ficaria já para a próxima reunião.
3245
3246 Temos condições de voltar então, terminaram as Resoluções.
3247 Vamos discutir o Calendário, que é o item 6.6, dispõe sobre a alteração do
3248 calendário de Reuniões Plenárias do CONAMA.
3249 Estamos discutindo o item 6.6.
3250 Dr. Maurício, o senhor pode encaminhar, por gentileza?
3251
3252 Dr. Maurício Lobo – Representante da ANAMMA
3253
3254 O item 6.6 é uma proposição de mudança de calendário pelo seguinte. Nós estamos
3255 aqui na 62ª Reunião Ordinária.
3256 A 63ª estava agendada e aprovada pelo plenário em abril, para o dia 13 de setembro.
3257 Acontece que nós recebemos esse convite de fazermos uma reunião extraordinária
3258 do CONAMA no dia 18 de setembro durante o Congresso da ABIS, em João Pessoa, e
3259 então, a proposta de alteração dessa data para o dia 30 de agosto é realizar aqui a próxima
3260 Reunião Ordinária do Plenário no dia 30 de agosto, em Brasília, é uma quinta-feira, e
3261 exatamente a véspera da data dos 20 anos da Lei 6.938, e então vai ser uma reunião
3262 também que terá esse cunho de comemoração dos 20 anos do CONAMA e da própria Lei
3263 6.938.
3264 A 4ª Reunião Ordinária seria adiada do dia 23 de novembro, para o dia 6 de
3265 dezembro. Essa é a proposta que está sendo submetida à aprovação deste Plenário.
3266 Havendo no intervalo uma ou mais Reuniões Extraordinárias, inclusive essa de João
3267 Pessoa, que seria uma Reunião Extraordinária no dia 18 de setembro.
3268
3269 Dr. José Pedro - Secretário
3270
3271 Assunto em discussão. Não havendo inscritos, assunto em votação.

3272 Quem for a favor dessa Resolução, por favor se manifeste, manifestando-se e
3273 permanecendo com o voto.
3274 (procede a contagem dos votos)
3275 28 votos a favor.
3276 Quem for contrário, se manifeste. Quem quiser consignar alguma abstenção.
3277 Então, está aprovada.
3278 Seguindo ainda temos tempo, e talvez possamos aprovar alguma.
3279 Por gentileza, Dr. Maurício Lobo, da ANAMA, o senhor quer a palavra?
3280
3281 Dr. Maurício Lobo – Representante da ANAMMA
3282
3283 Tentando acelerar o processo, solicitamos vista do item 6.13 que é a composição da
3284 Câmara Técnica de Energia.
3285 Já havia um entendimento anterior naquela Câmara Técnica da participação da
3286 ANAMA nesse conceito. Então, se houver condição de incluí-la nesse rol, poderíamos
3287 votá-la para apressar a nova organização, e eu retiraria o pedido de vistas, colocando-a em
3288 votação, se ainda for possível acrescentar.
3289
3290 Dr. José Pedro - Secretário
3291
3292 Eu tenho de seguir a ordem. Vou verificar aqui com a Secretaria. Se chegarmos lá
3293 até às 16:30hs.
3294
3295 Dr. Maurício Lobo – Representante da ANAMMA
3296
3297 Se for possível votar, porque o senhor sabe que esse processo é bastante urgente.
3298
3299 Dr. José Pedro - Secretário
3300
3301 Com muito prazer votaremos. O nosso desejo é votar o máximo possível, sem
3302 dúvida.
3303 Dr. Maurício, ajude-me aqui.
3304 Item 6.7 tem pedido de vistas? Não.
3305 Então pela ordem deveríamos votar o item 6.7 da pauta. Foi da Câmara Técnica.
3306 Controle Ambiental.
3307 Dr. Shelly faria o encaminhamento para nós?
3308
3309 Dr. Shelley
3310
3311 Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever e fazer o pedido de vistas do 6.13 e do
3312 6.14.
3313
3314 Dr. José Pedro - Secretário
3315
3316 O senhor pediu vistas do 6.13 e do 6.14?
3317 Item 6.13 o senhor abriu mão agora da perspectiva?
3318

3319 Dr. Shelley
3320
3321 É que eu gostaria que a CNI... É o mesmo caso que a CNI está fora desse processo.
3322 E o item 6.14 eu acho que ele não tem nada a ver com essa Câmara, tem problema de
3323 competência com outros conselhos de recursos hídricos e tem uma série de problemas.
3324
3325 Dr. José Pedro - Secretário
3326
3327 O CNI, o senhor pediu vistas do 6.14, que foram concedidas?
3328 O item 6.13 se conseguirmos votar hoje, o senhor abriria mão com essa observação?
3329 Então, item 6.7, por gentileza, Dr. Shelly.
3330
3331 Dr. Shelley
3332
3333 Estamos apresentando uma proposta de Resolução sobre Conversores Catalíticos.
3334 Eu gostaria de fazer uma pequena “introit”.
3335 Gostaria de pedir uma pessoa que trabalhou muito nesse nosso Grupo de Trabalho,
3336 que fizesse umas pequenas observações complementares à minha colocação, mas gostaria
3337 de dizer sobre a gravidade do que está acontecendo hoje com o problema de conversores
3338 catalíticos para automóveis e que estão sendo colocados no mercado.
3339 O problema é que as peças de reposição não estão sendo controladas hoje. O que
3340 está sendo feito hoje é uma cópia de fundo de quintal dos conversores catalíticos que tanto
3341 poderiam servir aos grandes centros urbanos no problema da poluição.
3342 Para vocês terem uma idéia, hoje são feitas carcaças com bombril dentro, e vendidas
3343 por um preço de poucos centavos, quer dizer, causando problemas seríssimos ao problema
3344 ambiental nas grandes cidades.
3345 Então, a tendência e o que foi procurado pelo grupo de trabalho foi regulamentar
3346 isso, criando uma série de dispositivos em que tivéssemos o controle através dos órgãos de
3347 Governo, tipo o Inmetro, o Ibama, e todos esses órgãos participaram do grupo procurando
3348 ter uma solução em que pudéssemos minimizar os impactos que estão acontecendo.
3349 Disso saiu essa Resolução, que é uma resolução bem interessante, bastante técnica,
3350 e eu não vou dar aqui detalhes técnicos, pois passamos bastante dias discutindo o assunto,
3351 mas gostaria de chamar a atenção para a declaração do supervisor que é citado aqui, que é
3352 um documento importantíssimo nesse processo, e principalmente para algumas coisas do
3353 não cumprimento do disposto, que é citado no fim da resolução.
3354 Mas para completar, porque não vou entrar muito em detalhes, gostaria de convidar
3355 o representante que participou conosco desse trabalho, para que ele pudesse fazer uma
3356 pequena explanação de 3 minutos só, e eu termino depois.
3357
3358 Dr. José Pedro - Secretário
3359
3360 Por gentileza, 3 minutos.
3361
3362 Dr. Alfred Schwartz – Representante da Associação Brasileira de Engenharia
3363 Automotiva
3364

3365 Alfred Schwartz, representando a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva,
3366 registrando que essa iniciativa foi desenvolvida justamente para prevenir e remediar um
3367 sério problema que vem sendo observado. É uma regulamentação basicamente de caráter
3368 ambiental para evitar que sejam comercializados produtos que não contemplam o controle
3369 de emissões necessário, inclusive prejudicando muitas vezes o próprio desempenho do
3370 veículo, devido a montagem errada e outros problemas que podem advir daí.

3371 Esse trabalho foi desenvolvido juntamente com todos os órgãos de Governo afetos a
3372 ele, como o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, CETESB, o INMETRO, Secretaria
3373 do Meio Ambiente, e esse trabalho também contou com a colaboração de todas as partes do
3374 setor produtivo, dos fabricantes de catalisadores, e também dentro do fórum da AEA.

3375 Nós entendemos que essa Resolução é muito importante e portanto, gostaríamos
3376 que ela fosse considerada pelos senhores. Ela foi levada para a Comissão e lá aperfeiçoada
3377 onde até o próprio Finotti teve uma colaboração bastante positiva.

3378 Basicamente é isso. Estamos aí à disposição de algum questionamento técnico que
3379 possa haver.

3380
3381 Dr. José Pedro - Secretário

3382
3383 Nós queríamos então agradecer a exposição e o encaminhamento da Câmara
3384 Técnica.

3385 Tenho inscrito o Dr. Paulo Finotti, para comentar essa questão.
3386 Com a palavra o Dr. Paulo Finotti.

3387
3388 Dr. Paulo Finotti

3389
3390 Sr. Presidente, nobres Conselheiros, tenho dois aspectos a ponderar a respeito dessa
3391 proposta. Um aspecto é de origem profissional, e outro aspecto é de origem de conselheiro
3392 meio ambiente.

3393 Sobre o ponto de vista profissional tivemos várias discussões e como químico,
3394 mostrei a grande preocupação que nós temos quando essas carcaças dos catalisadores são
3395 substituídas ou simplesmente se introduz nelas, palha de aço, o que vai fazer um aumento
3396 da incidência de poluentes no ambiente. Então, a presença do catalisador é fundamental.
3397 Isto foi debatido seriamente dentro da Câmara Técnica.

3398 Com relação à presença do Conselho, propriamente dito, nós inclusive quando
3399 estivemos no Congresso de Mobilidade Sustentável, congresso internacional, discutimos
3400 longamente o assunto e posteriormente eu questionei alguns aspectos da participação do
3401 CONAMA no evento.

3402 Ora, isto gerou uma modificação em todo o projeto que foi novamente discutido,
3403 analisado, seja sobre o ponto de vista técnico, seja sobre o ponto de vista da legalidade, e
3404 principalmente da sua aplicação dentro do mercado.

3405 Em função disto, este Conselheiro que estava e esteve envolvido em todo esse
3406 percurso considera a proposta extremamente viável, ponderada e ela irá favorecer muito o
3407 nosso meio ambiente, portanto, solicito aos nobres Conselheiros que procedam à sua
3408 aprovação.

3409
3410 Dr. José Pedro - Secretário

3411

3412 Obrigado, Dr. Finotti.
3413 O último orador foi o Dr. Alfred Schartz da Associação Brasileira de Engenharia
3414 Automotiva e já trabalhou também na CETESB.
3415 Continua aberta a palavra à discussão.
3416 Não havendo nenhum inscrito, passaremos ao regime de votação.
3417 Os Conselheiros que sejam a favor da aprovação dessa Resolução que, por favor, se
3418 manifestem levantando o seu voto e mantendo-o elevado, por gentileza.
3419 (procede a contagem)
3420 24 votos a favor.
3421 Quem for contrário, por favor se manifeste.
3422 Abstenção, por favor.
3423 Nenhuma abstenção.
3424 São 16:30hs e havia um acordo feito e uma determinação do Dr. José Carlos que
3425 nesse momento nós votaríamos pelo ao menos duas moções urgentes: uma de Fernando de
3426 Noronha e outra relativa à estrada do Colono, que é um assunto de grave importância
3427 também.
3428 Então, vou fazer o encaminhamento dessas duas moções, depois voltaria às
3429 Resoluções para continuar a sua votação até às 17:00hs.
3430 As que foram consideradas urgentes foram essas duas, e depois continuaríamos a
3431 nossa ordem.
3432 Eu gostaria que o Presidente da Câmara Técnica de Mata Atlântica fizesse o
3433 encaminhamento. Dr. Soares, o encaminhamento da Moção de Fernando de Noronha, o
3434 senhor como Presidente da Câmara Técnica de Mata Atlântica nos faria a gentileza?
3435 Há duas moções: uma que acaba de ser distribuída aos senhores, relativa ao
3436 fechamento da estrada do Colono, que não foi ainda assunto debatido, mas foi uma grande
3437 conquista, no entender do nosso Ministério, para proteção e para o símbolo da proteção dos
3438 nossos Parques Nacionais, uma estrada que foi aberta à revelia da lei, e à revelia da
3439 proteção ambiental.
3440 Eu pediria ao Dr. Soares, Presidente da Câmara Técnica de Mata Atlântica que
3441 fizesse o encaminhamento em primeiro lugar da moção que foi acordada ontem na Câmara
3442 Técnica de Mata Atlântica, relativa à Fernando de Noronha.
3443
3444 Dr. Francisco Soares – Presidente da Câmara Técnica de Mata Atlântica
3445
3446 Esta moção que foi uma junção da Moção da Assembléia Popular e do Conselho
3447 Distrital de Fernando de Noronha ficou discutida amplamente com a Câmara Técnica de
3448 Mata Atlântica, a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.
3449 O único ponto de pauta, inclusive com a participação do Estado, que o Estado achou
3450 que precisaria ser melhorado foi o que trataria do item 3, com relação ao prazo.
3451 Mas, analisando plenamente aqui já existe até um prazo breve, quando diz: “até que
3452 se chegue ...” Está aqui na Resolução no artigo 3 :
3453 “O ante projeto de lei estadual de uso e ocupação do solo, da APA do Distrito
3454 Estadual de Fernando de Noronha não seja levada à votação na Assembléia Legislativa até
3455 que se chegue a uma posição de consenso entre a comunidade por intermédio de todos os
3456 seus órgãos ou representação legal, Conselho Distrital de Meio Ambiente – CONDIMA, de
3457 Fernando de Noronha, e ONGs que atuam em Fernando de Noronha, IBAMA, Governo

3458 Estadual, e que até não seja aprovada a instalação de novos empreendimentos de
3459 hospedagem, e que se busque uma aprovação da lei no menor prazo possível”
3460 Acho que esse “menor prazo possível” já deixou bem claro que há interesse de
3461 ambos os lados, de que esse processo de discussões sejam abreviados.
3462 Estamos muito preocupados, às vezes, em colocar 90, 120 dias e pode ser até que
3463 isso seja consolidado em 60 dias, com 30 dias, porque aqui diz o “menor prazo possível”,
3464 ou até que se chegue a um consenso, e se esse consenso chegar logo numa discussão ou
3465 duas, acho que já está regulamentado.
3466 O que vemos e defendemos no momento é que a aprovação seja feita com base no
3467 texto original que se encontra no processo.
3468 Essa seria a proposta até porque o Estado também participou da discussão e sei que
3469 nunca vamos conseguir encontrar um artigo que dê um prazo, porque também vamos
3470 depender da Assembléia. Se a Assembléia andar mais rápido, logicamente vamos ter mais
3471 tempo, mais brevidade para chegar a um consenso.
3472 Essa é a proposta de encaminhamento, porque essa moção é uma expectativa
3473 grande, acho que tanto do Estado quanto da sociedade, que se busque logo as soluções para
3474 o problema de Fernando de Noronha.
3475 Essa moção é realmente a grande expectativa daquela população que veio sofrendo
3476 para chegar até aqui em Brasília.
3477
3478 Dr. José Pedro - Secretário
3479
3480 Muito obrigado, Dr. Soares.
3481 A palavra está aberta. A primeira inscrita é a Dra. Alexandrina representando o
3482 glorioso estado de Pernambuco.
3483
3484 Dra. Alexandrina – Representante do Estado do Pernambuco
3485
3486 Boa tarde a todos!
3487 Nós aqui gostaríamos de considerar o que foi até levantado pelo colega do Rio
3488 Grande do Norte, que em se tratando do encaminhamento de uma lei, que vai na realidade
3489 ordenar a área de proteção ambiental, quero chamar a atenção de que essa lei é de interesse
3490 para a APA como um todo, e que ela não se restringe apenas a regulamentação da
3491 construção ou não dos três hotéis ou das três pousadas.
3492 A minha preocupação aqui, enquanto Governo, é de fato que nós chegamos a um
3493 consenso, ontem foi discutido, o Estado estava presente, mas vejam, que do ponto de vista
3494 prático, nós sentimos a necessidade de colocar um prazo para o encaminhamento do ante
3495 projeto de lei para a Assembléia a partir da reinstalação do Conselho Distrital do Meio
3496 Ambiente.
3497 Por que? Como se lê aqui na moção, na íntegra, e já digo de antemão que nós
3498 aprovamos toda a moção, há um consenso, isso é um ponto muito importante, mas penso do
3499 ponto de vista prático, se deixarmos que esse consenso seja buscado e chegue a aprovação
3500 dessa lei, que aliás aqui tem de ser feito, porque a aprovação não depende de nós, no
3501 “menor prazo possível”.
3502 “Menor prazo possível” não é prazo. Máximo prazo, menor prazo, isso não
3503 regulamenta, nem dá uma dimensão do compromisso - e aqui que gostaria de lembrar a
3504 todos – do compromisso de todos os lados, de termos um instrumento que é importante

3505 para a APA, e eu pensava que isso já tinha até sido acordado antes porque a Dra. Maria
3506 Dalce antes de viajar tinha passado essa impressão, mas vejo, e é claro que o foro é esse
3507 para reaberturas, que nós estamos solicitando que tudo isso seja aprovado, mas que no lugar
3508 desse “menor prazo possível”, e eu não estou conseguindo ler daqui.

3509
3510 Dr. José Pedro - Secretário

3511
3512 Dr. Maurício pode ler o que está escrito em amarelo. Por favor, Dr. Maurício.

3513
3514 Dr. Maurício Lobo – Representante da ANAMMA

3515
3516 “... a aprovação dessa lei no menor prazo possível.”

3517 Em amarelo:

3518 “Para encaminhamento do projeto à Assembléia Legislativa do Estado em 90 dias,
3519 contados a partir da reinstalação do CONDIMA, prazo em que se dará a discussão do ante
3520 projeto com as entidades retro mencionadas.”

3521
3522 Dr. José Pedro - Secretário

3523
3524 Obrigado!

3525
3526 Dra. Alexandrina – Representante do Estado do Pernambuco

3527
3528 Então, essa é a ponderação que eu queria fazer e de fato solicitar compreensão, ou
3529 do contrário vamos ter um ante projeto que pode ficar 6, 8 meses ou um ano, caso esse
3530 consenso não chegue.

3531 Acho que colocar um prazo seria bom para todas as partes até para disciplinar o
3532 próprio debate do ante projeto, que como já expliquei de manhã, já foi debatido no
3533 Conselho Estadual com a própria participação no GT do Conselho Distrital.

3534 Então, eu realmente peço a consideração dos Srs. Conselheiros para essa
3535 preocupação do Governo do Estado do Pernambuco.

3536
3537 Dr. José Pedro - Secretário

3538
3539 Muito obrigado, Dra. Alexandrina.

3540 Pela ordem está inscrita a Dra. Maria Tereza Pádua, representante das Organizações
3541 Não-Governamentais.

3542
3543 Dra. Maria Tereza Pádua – Representante das Organizações Não-Governamentais

3544
3545 Obrigada Dr. José Pedro. Tudo indica que nós estamos bem de acordo com a moção
3546 em benefício de Fernando de Noronha e da preservação daquele enorme patrimônio
3547 mundial, porque não é só nosso. O mundo inteiro se preocupa com aquilo. É uma área
3548 considerada prioritária a nível de mundo há muitos anos.

3549 Mas eu queria solicitar que se considerasse a possibilidade de o IBAMA fazer num
3550 prazo mínimo possível, junto com o Governo de Pernambuco, o Plano de Manejo da área
3551 de proteção ambiental, que não está mencionado na moção ora em discussão.

3552

3553

Dr. José Pedro - Secretário

3554

3555

Desculpe-me, Dra. Maria Tereza, mas acho que houve um mal entendido, porque o item 1 diz o seguinte:

3556

3557

“... seja imediatamente providenciado o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA”.

3558

3559

Dra. Maria Tereza Pádua – Representante das Organizações Não-Governamentais

3560

3561

3562

Sim, Dr. José Pedro, eu não gostaria de entrar muito em detalhes, mas acontece que se dá um prazo, e nós até tínhamos conversado muito isso, e quando se dá um prazo para um projeto ser encaminhado ao ante projeto de lei, dever-se-ia dar um prazo para que o plano de manejo seja feito também.

3563

3564

3565

3566

Dr. José Pedro - Secretário

3567

3568

A senhora quer fazer uma sugestão de modificação específica, por gentileza.

3569

3570

Dra. Maria Tereza Pádua – Representante das Organizações Não-Governamentais

3571

3572

Eu pediria ao Governo de Pernambuco para não “embolarmos muito o meio de campo”, pois há uma discussão legal de fundo que deve ser discutida em outro fórum, eu acho, quem faz a ocupação: o Estado ou o IBAMA, por ser uma APA federal? Há uma discussão de fundo que não acho que vamos decidir agora, nem devemos.

3573

3574

3575

3576

O que acho é que não se ponha prazo, nem de um lado, nem de outro. Se

3577

colocarmos de um lado, teremos que por do outro.

3578

3579

Dr. José Pedro - Secretário

3580

3581

A senhora está encaminhando no sentido de que se mantenha a aprovação tal como está no original, mantendo o “menor prazo possível”.

3582

3583

3584

Dra. Maria Tereza Pádua – Representante das Organizações Não-Governamentais

3585

3586

Seria uma solução para votarmos, porque caso contrário, vamos ter de colocar outro problema de fundo, que é “qual é o papel da APA”, do Governo Federal.

3587

3588

3589

Dr. José Pedro - Secretário

3590

3591

Perfeito. Muito obrigado!

3592

A palavra continua aberta para discussão.

3593

Por gentileza, Dra. Alexandrina.

3594

3595

Dra. Alexandrina – Representante do Estado do Pernambuco

3596

3597

3598 Nós não vamos nos adentrar na discussão legal sobre área que é do Estado, que é da
3599 União e não é isso que eu queria trazer, mas em relação ao Plano de Manejo eu quero dizer,
3600 Dra. Tereza, que a própria lei que está em discussão, que vai estar em discussão no
3601 CONDIMA, respeita e coloca o Plano de Manejo da APA como sendo condicional à
3602 existência desse plano para a construção de qualquer empreendimento na ilha.
3603 Compreende? Então, já está contemplada aqui essa preocupação da senhora. É uma
3604 explicação.

3605 E nesse caso, não sei se seria o caso de darmos um prazo para esse plano de manejo
3606 porque seria uma tarefa do IBAMA, e não queríamos colocar. Obrigada!

3607

3608 Dr. José Pedro - Secretário

3609

3610 Muito obrigado, Dra. Alexandrina.

3611 Pela ordem, Dr. Paulo Finotti, depois Dra. Maria Tereza.

3612

3613 Dr. Paulo Finotti

3614

3615 Sr. Presidente, Srs. Conselheiros eu acredito que tenho uma proposta de consenso.

3616 Vou tentar ler, porque a última vez que tentei ler estava tão rabiscado e eu tinha tomado um
3617 remédio que não enxergava mais nada. Hoje eu enxergo, pelo ao menos.

3618 É o seguinte.

3619 “Art. 3 : Que o ante projeto de lei estadual de uso e ocupação do solo da APA do
3620 Distrito Estadual de Fernando de Noronha não seja levado à votação na Assembléia
3621 Legislativa até que se chegue a um consenso entre a comunidade, por intermédio de todos
3622 os seus órgãos...” Está tudo errado. Vou ler o meu rascunho.

3623 “Que o ante projeto de lei estadual de uso e ocupação de solo da APA do Distrito
3624 Estadual de Fernando de Noronha não seja levado à votação na Assembléia Legislativa, até
3625 o prazo de 90 dias após a instalação...”, ou na realidade seria reinstalação, “... reinstalação
3626 do CONDIMA, e até que se chegue a uma posição de consenso entre a comunidade através
3627 de seus órgãos de representação legal, tais como o Conselho Distrital do Meio Ambiente –
3628 CONDIMA, Conselho Distrital de Fernando de Noronha, e Organizações Não-
3629 Governamentais que atuem em Fernando de Noronha, IBAMA, Governo Estadual...”

3630 Esta é a posição que acredito que vá ao encontro do que eu falei no início dos
3631 nossos trabalhos: o CONAMA é o fórum dos grandes pactos ambientais desse país.

3632 Obrigado.

3633

3634 Dr. José Pedro - Secretário

3635

3636 Gostaria de verificar se temos algum novo candidato, porque temos uma norma...

3637 Mais alguém inscrito? Não?

3638 Dr. Geraldo vai querer falar depois?

3639 Dr. Finotti é preciso que essa redação chegue, o tempo urge, porque a luz apaga-se.

3640 Por gentileza, então, Dra. Maria Tereza.

3641

3642 Dra. Maria Tereza Pádua – Representante das Organizações Não-Governamentais

3643

3644 Obrigada, Dr. José Pedro. Eu quero um consenso, nós estamos tentando tudo, e
3645 fazer desesperadamente isso aqui, mas nós não podemos também mentir para nós mesmos.
3646 Ninguém faz um Plano de Manejo para uma área ambiental, em menos de um ano. Nós não
3647 podemos mentir. Eu sou especialista nisso. Qualquer firma que for fazer, qualquer entidade
3648 que for fazer vai pedir a sazonalidade, época seca, época de chuva. No mínimo é um ano. A
3649 avaliação ecológica rápida se leva um ano para fazer.

3650 Então, para se fazer o Plano de Manejo de Fernando de Noronha obviamente vai se
3651 levar com muito esforço, todos envolvidos, um ano, e por isso estou pedindo a retirada do
3652 prazo, para não ficar incongruente uma coisa com outra, porque nós temos um problema
3653 legal de fundo, que os srs. concordam, eu concordo, e não sei se os outros Conselheiros
3654 concordam que não podemos tratar aqui, que não iremos chegar a lugar nenhum.

3655 Mas, pelo amor de Deus não vamos colocar prazo nenhum por que se não, como é
3656 que fica? O ante projeto diz que será obedecido o plano de manejo da APA, bom, ele não
3657 existe, e vamos precisar de um ano para fazê-lo. Obrigada.

3658
3659 Dr. José Pedro - Secretário

3660
3661 A Dra. Alexandrina está pedindo a palavra pela terceira vez, e eu tenho outras duas
3662 pessoas inscritas.

3663 Não estou lhe dando a palavra, Dra. Alexandrina um momento, eu vou lhe dar no
3664 final.

3665
3666 Fita 12

3667
3668 O que acontece é o seguinte. Nós temos inscritos ainda o Dr. Geraldo Magela, o Dr.
3669 Francisco Soares.

3670 Como estamos repetindo, acho que o argumento está bem colocado, a senhora vai
3671 fazer uso da palavra pela última vez, e depois nós vamos entrar em votação, se não vamos
3672 ficar num debate em que não temos o tempo e Fernando de Noronha precisa de uma
3673 solução.

3674 Peço ao Dr. Geraldo, que faça o uso da palavra, depois o Dr. Francisco, depois a
3675 Dra. Alexandrina e nós encerraremos para a votação.

3676 Com a palavra o Dr. Geraldo.

3677
3678 Dr. Geraldo Magela

3679
3680 Sr. Presidente, eu me sinto aqui tratando Fernando de Noronha como o pai biológico
3681 de um filho que o vizinho do vizinho adotou, porque Fernando de Noronha está nas nossas
3682 costas, mas me sinto também como pai biológico, mas não viria aqui para trazer uma
3683 proposta onde não esteja entendendo que é a melhor para a ilha.

3684 Imagino que se não dermos um prazo aqui, eu acho que o processo pode ser
3685 atropelado falando francamente e abertamente, porque a Dra. Alexandrina falou que pode
3686 ser um ano, mas pode ser uma semana. Então se tivermos pelo ao menos 90 dias, temos a
3687 garantia de que pelo ao menos em 90 dias teremos um consenso, e todo o restante da moção
3688 já está aprovada e só está faltando esse detalhe do tempo.

3689 Eu acho, pessoal de Fernando de Noronha, Soares, sinceramente, se nós não dermos
3690 um prazo, acho que o processo pode sair pela “culatra”, porque pode ser um ano, mas pode
3691 ser uma semana.

3692 Era só isso, e eu concordo inclusive com a proposta alternativa do Dr. Finotti.

3693

3694 Dr. José Pedro - Secretário

3695

3696 Com a palavra a Dra. Alexandrina, depois o Presidente da Câmara Técnica para
3697 encerrar.

3698

3699 Dra. Alexandrina – Representante do Estado do Pernambuco

3700

3701 Desculpe-me, mas é só um esclarecimento quanto ao prazo do plano de manejo e ao
3702 encaminhamento da lei de uso e ocupação do solo, que peço ao Procurador para esclarecer
3703 a senhora e aos demais, porque acho que criou uma certa...

3704

3705 Dr. José Pedro - Secretário

3706

3707 Nós temos uma metodologia, todos os convidados tem 3 minutos, por gentileza.

3708

3709 Sr. Procurador

3710

3711 Eu vou ser mais rápido que isso ainda.

3712 A proposta de moção trata de dois prazos. O primeiro é o prazo que atendendo à
3713 ponderação da nossa Conselheira ali, tem que ser fixado pelo IBAMA. Está escrito no item
3714 1 da proposta de moção: “... seja imediatamente providenciado o Plano de Manejo...”.

3715 Imediatamente é vago, mas em seguida, “... e fixado pelo IBAMA...”. O IBAMA, de boa
3716 fé, vai dizer, para fazer um plano de manejo de Fernando de Noronha, eu preciso de 1 ano,
3717 de 15 meses, enfim, um prazo razoável. O IBAMA vai ter que se auto fixar um prazo e
3718 obedecer o prazo que ele fixou. Ele vai fixar. Por que não dissemos um ano, dois anos, ou
3719 15 meses? Porque eu não sou especialista na área ambiental, nem sou biólogo, nem coisa
3720 nenhuma, mas como me esclareceu a doutora ali, os prazos para se analisar um ecossistema
3721 variam em função do próprio ecossistema. Então, o IBAMA que tem os técnicos
3722 competentes para isso, vai dizer: “... para se fazer o plano de manejo o prazo de que se
3723 precisa é de 15 meses, 16 meses...” Isso não sei. A questão do prazo para o IBAMA está
3724 estabelecido no inciso 1º. É evidente que os técnicos de boa fé do IBAMA, que compõe
3725 todo aquele órgão, um órgão de boa fé, vai dizer o prazo.

3726 Agora não pode ficar o IBAMA em aberto, dizendo “vou fazer”, e não dizer
3727 quando. Pela recomendação o IBAMA vai ter que dizer quanto tempo ele vai levar de
3728 prazo.

3729 O segundo prazo, que é o prazo do item 3, nós concordamos com a redação
3730 alternativa, é o prazo para discussão com as entidades de Fernando de Noronha, da lei de
3731 uso e ocupação do solo e para esclarecer duas coisas sobre essa lei, primeiro o estado de
3732 Pernambuco não tem dúvida nenhuma de que editado o plano de manejo, ele passará a
3733 integrar a legislação nacional, e a legislação estadual, que é uma legislação específica,
3734 passa a obedecer ao plano de manejo, tanto que o artigo 41 do ante projeto da Lei de Uso e
3735 Ocupação do Solo Estadual prevê que “...uma vez aprovado o plano de manejo será revista

3736 esta lei...”, por um motivo bem simples. Em tudo o que a lei de uso e ocupação do solo
3737 contrariar o plano de manejo prevalece o plano de manejo e conseqüentemente para não
3738 ficar alheio com artigos que ninguém sabe se são válidos ou inválidos, em princípio, a
3739 própria lei será revisada.

3740 A Lei de Uso e Ocupação do Solo Estadual é uma lei de emergência para resolver
3741 uma situação grave que é a deterioração do patrimônio ambiental de Fernando de Noronha.
3742 Era isso que queria esclarecer.

3743

3744 Dr. José Pedro - Secretário

3745

3746 Muito obrigado!

3747 Então, o último inscrito, Dr. Francisco Soares, Presidente da Câmara Técnica de
3748 Mata Atlântica.

3749

3750 Dr. Francisco Soares – Presidente da Câmara Técnica de Mata Atlântica

3751

3752 Eu vejo o seguinte. O prazo que estamos preocupados dependem de outros fatores,
3753 principalmente do Plano de Manejo, e se estabelece um prazo para enviar, um prazo
3754 mínimo de 90 dias à Assembléia é uma coisa, depois de discutida e encerrada a questão.

3755 Vou pedir ao Domício para ele colocar a preocupação dele, como representante da
3756 Comunidade com relação a este prazo, para que a coisa não seja esgotada sem discussão.

3757

3758 Dr. José Pedro - Secretário

3759

3760 Por gentileza, Domício. A regra da Casa é de 3 minutos.

3761

3762 Dr. Domício

3763

3764 A nossa preocupação é que, ontem, esse próprio grupo do estado, que estava lá
3765 aprovou. Eu queria tirar aquele texto lá.

3766 Vejam bem. A própria Resolução levanta a questão de um termo de acordo, termo
3767 de ajustamento entre o Governo do Estado, o IBAMA, Ministério Público Federal, que isso
3768 abalizará todos os procedimentos dentro de Fernando de Noronha na questão de cuidados
3769 mais imediatos. Para o que falhar, a legislação ambiental está aí. É só o IBAMA realmente
3770 fazer cumprir essa sua responsabilidade ambiental, junto com o Estado.

3771 É essa a nossa preocupação. Então, a nossa Assembléia Popular encaminha
3772 realmente que o texto seja aprovado na íntegra.

3773

3774 Dr. José Pedro - Secretário

3775

3776 Muito obrigado, Dr. Domício.

3777

3778 Dr. Francisco Soares – Presidente da Câmara Técnica da Mata Atlântica

3779

3780 Então, com essas colocações, acho que esse prazo e todos os outros artigos da
3781 moção, com consenso amplo, e essa daí acho que não é coisa do Estado se preocupar,
3782 porque todos têm interesse que se busque uma solução o mais rápido possível.

3783
3784 Dr. José Pedro - Secretário
3785
3786 Muito obrigado, Dr. Francisco.
3787 Um esclarecimento. A representante do Estado de Pernambuco fez chegar à Mesa a
3788 informação de que o Estado retira a sua proposta e apoia a proposta do Dr...
3789 A senhora acabou de me dizer que estava apoiando a proposta dele. Então, faça um
3790 esclarecimento. Peço esclarecimento, Dra. Alexandrina.
3791
3792 Dra. Alexandrina – Representante do Estado de Pernambuco
3793
3794 Talvez não tenhamos ouvido é que a questão de colocar “no mínimo 90 dias” cria a
3795 mesma confusão em relação ao prazo.
3796
3797 Dr. José Pedro - Secretário
3798
3799 Então, permanecem as três propostas. Existe a proposta da Câmara Técnica, depois
3800 a Emenda da senhora, e a Emenda do Dr. Finotti. Perfeito.
3801 Dr. Finotti o seu texto está representado fidedignamente? A redação?
3802 (leitura fora do microfone)
3803 Deixe-o terminar de redigir. E a outra é?
3804 (leitura fora do microfone)
3805 A palavra “após” já existe. E é “reinstalação”, e não “reestruturação”, por gentileza.
3806 Está correto agora, Dr. Finotti?
3807 (conversa fora do microfone)
3808
3809 Dr. Finotti
3810
3811 Eu tenho uma preocupação, inclusive, de ordem constitucional, porque “no
3812 mínimo” para uma Assembléia Legislativa...
3813
3814 Dr. José Pedro - Secretário
3815
3816 Você não está dando o prazo para a Assembléia. Você está dando o prazo para o
3817 encaminhamento à Assembléia, pelo que eu entendo da Redação.
3818
3819 Dr. Finotti
3820
3821 Assim pode manter o “no mínimo”, não há problema.
3822 “... encaminhada à votação da Assembléia Legislativa para apreciação, no
3823 mínimo...”
3824 Por gentileza, Mário:
3825 “... seja encaminhada à Assembléia Legislativa ...”
3826
3827 Dr. José Pedro - Secretário
3828
3829 Tire “à votação”.

3830 A Assembléia tem o seu procedimento. Ela sabe o que fazer com ele.
3831
3832 Dr. Finotti
3833
3834 A minha pergunta é qual é a razão de não manter o “no mínimo”?
3835
3836 Dr. José Pedro - Secretário
3837
3838 Nós não estamos mais em discussão. O senhor põe ou não põe o “no mínimo”?
3839
3840 Dr. Finotti
3841
3842 Então, eu mantenho “no mínimo”.
3843
3844 Dr. José Pedro - Secretário
3845
3846 Vamos então colocar em votação.
3847 A Mesa vai colocar em votação a proposta da forma como ela foi proposta pela
3848 Câmara Técnica.
3849 Dr. Renato Cunha, não é uma proposta coletiva. É uma proposta do Dr. Finotti. Ele
3850 que pode deliberar sobre a sua redação ou não.
3851 O senhor, Dr. Finotti, tem que nos dar a sua redação, a proposta é sua.
3852
3853 Dr. Finotti
3854
3855 É que eu fiz um projeto inicial, e houve algumas modificações.
3856 Realmente, se eu colocar “no mínimo 90 dias”, o prazo vai ficar aberto. Então “até
3857 90 dias”.
3858
3859 Dr. José Pedro - Secretário
3860
3861 Fechou? Não está em discussão. Está em votação.
3862 Encerramos o prazo de apresentação de propostas.
3863 Já está entendido, Conselheira? O Estado de Pernambuco está apoiando a proposta
3864 do Dr. Finotti?
3865 Vamos reabrir a discussão? Então reabrimos a discussão.
3866 Por ordem, o representante do Ministério da Justiça.
3867 Proposta de “no mínimo 90 dias”? Fale no microfone por gentileza.
3868
3869 Dr. - Representante do Ministério da Justiça
3870
3871 Eu só queria fazer a proposta de constar “no mínimo 90 dias”.
3872
3873
3874 Dr. José Pedro - Secretário
3875
3876 Ao invés de “até no mínimo 90 dias”.

3877 Dra. Maria Tereza. Encaminhamentos rápidos, por favor.
3878
3879 Dra. Maria Tereza – Representante das Organizações Não-Governamentais
3880
3881 Uma coisa de fundo não está na minuta do Dr. Finotti, porque tenho certeza que não
3882 era a intenção dele. Ele tirou a excepcionalidade “...e que até então não seja aprovada a
3883 instalação de novos empreendimentos de hospedagem na ilha...” Isso saiu da proposta do
3884 Dr. Finotti, o que é importantíssimo.
3885
3886 Dr. José Pedro - Secretário
3887
3888 Dr. Finotti, volto ao senhor.
3889
3890 Dr. Finotti
3891
3892 Eu vou manter a proposta de “até”.
3893
3894 Dr. José Pedro - Secretário
3895
3896 Pela última vez, é a última mudança.
3897 O que a Dra. Maria Tereza colocou para o senhor agora é uma outra questão.
3898
3899 Dr. Finotti
3900
3901 Mantenho “que até então não seja aprovada a instalada de novos empreendimentos
3902 de hospedagem na ilha, e que se busque a aprovação dessa lei ...” , o final que está lá.
3903
3904 Dr. José Pedro - Secretário
3905
3906 Dra. Maria Tereza, está contente? O Dr. Finotti também.
3907 Questão de ordem, mais alguma?
3908 Posso entrar em votação?
3909 Nós temos três propostas. Eu tenho três propostas e vou explicar quais são.
3910 Tem a proposta da Câmara Técnica, tem a proposta do Dr. Finotti, e tem a proposta
3911 do Ministério da Justiça.
3912 A proposta do Ministério da Justiça é de “no mínimo”, ao invés de “até”.
3913 São só essas três propostas que a Mesa dispõe no momento.
3914 Então vamos começar votando a proposta da Câmara Técnica, depois fazemos o
3915 destaque para esse item 3.
3916 Quem estiver a favor, - e eu acredito que será aprovada, porque foi aprovada por
3917 unanimidade na Câmara Técnica - , da proposta de moção aprovada pela Câmara Técnica
3918 de Mata Atlântica a respeito de Fernando de Noronha, manifeste o seu voto e mantenha-se
3919 com o braço elevado para que eu possa fazer a contagem. Quem estiver a favor da proposta
3920 em geral, sem os destaques.
3921 (procede a contagem)
3922 29 votos.
3923 Quem for contra, por favor se manifeste.

3924 Nenhuma manifestação.
3925 Manifestação de abstenção?
3926 Nenhuma.
3927
3928 Agora o destaque proposto pelo Dr. Finotti, que é esse texto que está aí, onde está
3929 na terceira linha, para apreciação “até 90 dias”.
3930 Quem for a favor desta proposta, por favor, manifeste seu voto, levante a mão, e
3931 fique com o voto levantado.
3932 (procede a contagem)
3933 20 votos.
3934 Quem for contrário, por favor se manifeste.
3935 (procede a contagem)
3936 8 votos contrários.
3937 Quem se absteve, ou quer manifestar abstenção, por favor se manifeste.
3938 Então, está aprovada a proposta do Dr. Finotti.
3939
3940 O último destaque é a proposta do Ministério da Justiça, trocando a palavra “até”,
3941 por “no mínimo”.
3942 Entendemos então que a proposta do Ministério da Justiça está prejudicada e não há
3943 necessidade de votação, e assim entende também o representante do Ministério da Justiça.
3944 Muito obrigado a todos.
3945 Eu gostaria não de aplaudir a moção, mas de aplaudir Fernando de Noronha.
3946 (aplausos)
3947
3948
3949 Temos agora rapidamente uma moção também muito importante, que é a respeito da
3950 Mata Atlântica e da Estrada do Colono.
3951 Eu pediria que fosse colocado pela nossa Secretaria, na Mesa.
3952 Por favor, Secretaria. Dr. Maurício Andrés, por gentileza, a proposta da Mata
3953 Atlântica. Pode ser projetado? Por favor, projetar a proposta da Estrada do Colono.
3954 Eu pediria ao presidente da Câmara técnica, Dr. Francisco Soares que fizesse o
3955 encaminhamento, por favor, porque temos pouco tempo, rapidamente por gentileza.
3956
3957 Dr. Francisco Soares - Presidente da Câmara Técnica
3958
3959 Francisco Soares, ONG do Nordeste.
3960 A proposta de moção tem acima de tudo o reconhecimento ao Ministro do Meio
3961 Ambiente, pela coragem que ele teve em fazer com que fosse cumprida uma determinação
3962 judicial com relação à Estrada do Colono.
3963 Então, essa moção cumprimenta o Ministro do Meio Ambiente, o Ministro da
3964 Justiça, pelo fechamento da Estrada do Colono que cortava ilegalmente o Parque Nacional
3965 do Iguaçu. Solicita ao Governo Federal, um apoio ao governo do estado do Paraná para que
3966 desenvolva ações e programas sócio-econômicos aos municípios lindeiros para estimular as
3967 comunidades locais a uma relação harmoniosa com essa área protegida.
3968 Então é uma moção que foi realmente discutida e que é uma inspiração daquele
3969 povo do Paraná, naquela luta grande do patrimônio mundial, que o sítio do Iguaçu, na
3970 Estrada do Colono.

3971 Essa eu acho que também merece uma salva de palmas, porque foi uma vitória dos
3972 ambientalistas deste país.

3973

3974 Dr. José Pedro - Secretário

3975

3976 Está aprovada por aclamação? Consulto ao plenário se não é preciso a discussão, e
3977 se está aprovada por aclamação?

3978 Então foi aprovada por aclamação.

3979 O Ministério do Meio Ambiente, e tenho certeza o Ministério da Justiça agradecem
3980 esse apoio significativo.

3981 Há dois assuntos graves aqui ainda, enquanto as luzes não apagarem, eu acredito
3982 que nós temos mais uns dez ou quinze minutos ainda, e é o seguinte.

3983 Nós aprovamos na reunião extraordinária de Joinville uma resolução a respeito do
3984 uso ou do não uso dos remanescentes de Mata Atlântica. O senhor tem uma cópia? Não
3985 tem uma cópia no momento?

3986 Bem, foi aprovada uma resolução que diz respeito a restrições ao uso da Mata
3987 Atlântica e foi sentida a necessidade na Câmara Técnica, na longa discussão que aconteceu
3988 ontem, inclusive com a participação ativa do representante do Governo do Estado do
3989 Paraná, que colocou o assunto em pauta, de se criar um Grupo de Trabalho dentro da
3990 Câmara Técnica de Mata Atlântica para discutir esta questão e fazer uma regulamentação
3991 dessa resolução.

3992 Então este Grupo de Trabalho, que deve contar com a participação da CNI e nós
3993 propomos que seja presidido pelo Governo do Estado do Paraná e vários outros órgãos
3994 interessados, nós queríamos então o aval do CONAMA para que fosse implantado este
3995 Grupo de Trabalho.

3996 O senhor quer fazer parte também ou quer fazer uso da palavra?

3997 Por gentileza, com a palavra o representante das ONG's da Região Sul.

3998

3999 Sr. Representante das ONG's da Região Sul

4000

4001 Eu gostaria de fazer um esclarecimento com relação a resolução que foi aprovada
4002 em Joinville e que trata de espécies ameaçadas de extinção.

4003 Essa proposição que foi encaminhada pelo Governo do Estado do Paraná, tem
4004 como motivação uma reunião que aconteceu há duas semanas atrás na cidade de União da
4005 Vitória, reunião essa com pelo menos quinze prefeitos da região, e que juntou perto de 500
4006 pessoas.

4007 Essa reunião foi liderada pelo deputado Luciano Pizato, que faço questão de citar
4008 nominalmente, porque ela foi aberta com um pronunciamento enfático por parte dele.

4009 Número um, a favor da reabertura da Estrada do Colono que nós acabamos de votar
4010 aqui uma moção congratulando o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Justiça
4011 pelo fechamento. O segundo ponto dessa reunião se deveu exclusivamente a questão da
4012 possibilidade de exploração dos remanescentes das florestas de "ombrofila mista", ou seja,
4013 de pinheiros no Paraná.

4014

4015 Dr. José Pedro - Secretário

4016

4017 A luz pode ser apagada a qualquer momento. Nós precisamos votar ainda. Que seja
4018 breve, então, por gentileza.

4019

4020 Sr. Representante das ONG's da Região Sul

4021

4022 Eu gostaria de lembrar aos senhores que no Paraná sobrou de florestas de pinheiros,
4023 de ombrofilas mistas, 0,8%. Então, neste momento, o que esta proposta praticamente leva
4024 em consideração é a possibilidade de explorar ainda um pouco mais.

4025 Na medida disto, mesmo considerando a aparente neutralidade do Governo do
4026 Estado no encaminhamento da proposta, eu considero o estado do Paraná prejudicado para
4027 liderar esse Grupo de Trabalho.

4028 Primeiro porque, a nível político, os madeireiros locais são liderados por pessoas do
4029 mesmo partido político que o Governo do Estado do Paraná nesse momento. Então o órgão
4030 governamental, seja estadual ou seja federal, tem uma certa tradição em apoiar os
4031 madeireiros que levaram ao final extremo da Araucária em nosso estado.

4032 Então, quero sugerir aqui que, ou seja uma ONG da Câmara Técnica de Mata
4033 Atlântica, que lidere esse grupo de trabalho, ou que se dê a Presidência deste grupo ao
4034 estado do Rio Grande do Sul, que também tem remanescentes de ombrofilas mistas em seu
4035 território e que poderia atuar como mediador melhor desta questão.

4036

4037 Dr. José Pedro - Secretário

4038

4039 Muito obrigado pela sua apresentação. O assunto continua em discussão. A idéia é
4040 criar um Grupo de Trabalho que regulamente a Resolução 278 de 24 de maio de 2001, do
4041 qual grupo de trabalho devem participar, e já se manifestaram a ABIS, a CNI, o Governo
4042 do Estado do Paraná, e acredito que agora o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi
4043 proposto também.

4044 Mas esses grupos de trabalho, inclusive, costumam ser abertos e ter uma
4045 participação ampla.

4046 Se ninguém mais faz questão de fazer uso da palavra, nós vamos dar por aprovada a
4047 proposta e a Presidência, com o comentário que foi feito por essa ONG, fica decidida pelo
4048 próprio Grupo de Trabalho. Perfeito?

4049 Então ficou aprovada a constituição desse Grupo de Trabalho para regulamentação
4050 da Resolução 278, cuja Presidência será definida pelo próprio Grupo de Trabalho.

4051

4052 Ainda talvez haja tempo, e foi uma solicitação de dois Conselheiros aqui, de que
4053 nós votemos o item 6.13, que dispõe sobre a alteração da composição da Câmara Técnica
4054 de Energia, e que seria aprovada com a proposta original feita, que consta do regulamento
4055 de vocês, acrescido da ANAMMA e da CNI.

4056 Então eu vou colocar em discussão o item 6.13, e os Conselheiros que queiram se
4057 manifestar, podem fazê-lo.

4058 Não havendo nenhuma manifestação, vou colocá-la em votação, acrescido dos
4059 membros que estão aí, da ANAMMA e da CNI.

4060 Quem estiver a favor, por favor, permaneça como está.

4061 Quem for contrário, por favor se manifeste.

4062 O senhor quer se manifestar contra? Ele estou em votação.

4063 (fala fora do microfone)

4064 Questão de ordem? O senhor quer incluir também a representação da ONG do
4065 Nordeste?
4066 Então, com a inclusão também da ONG do Nordeste.
4067 Reivindicação? Ministério dos Transportes.
4068 Alguém mais? Ministério da Justiça.
4069 Ninguém mais?
4070 Então está aprovada, com essas inclusões.
4071
4072 Dois últimos itens da pauta, antes que a luz nos apague por completo.
4073 Dr. Maurício tem um minuto para fazer uma instrução a respeito do item número 7.
4074 Agenda Nacional do Meio Ambiente.
4075
4076 Dr. Maurício Lobo – Representante da ANAMMA
4077
4078 É uma proposta do grupo “Repensando o CONAMA”, e que propunha que se
4079 fizesse um planejamento bi-anual do CONAMA para o segundo semestre de 2001 até o
4080 primeiro semestre de 2003.
4081 Foi distribuída agora na entrada do auditório, uma primeira minuta de um
4082 documento dessa Agenda Nacional do Meio Ambiente, minuta essa que foi elaborada pelas
4083 áreas técnicas do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA.
4084 Esse é um documento apenas de entrada para discussão e gostaríamos de deixar com
4085 os Senhores Conselheiros, para que as propostas de inclusão de temas prioritários nessa
4086 agenda para os próximos dois anos sejam encaminhadas à Secretaria Executiva do
4087 CONAMA, para que seja trazida na próxima Reunião Plenária para aprovação dessa
4088 Agenda.
4089 Esse é o nosso convite e solicitação aos Conselheiros para que ofereçam suas
4090 propostas de quais são os temas prioritários que o CONAMA deve se dedicar a eles nos
4091 próximos dois anos.
4092
4093 Dr. José Pedro - Secretário
4094
4095 Item 8º. Palavra livre. Um minuto para três oradores.
4096 Primeiro, o Representante das ONGs do Sul.
4097
4098 O Sr. Representante das ONG’s da Região Sul
4099
4100 Eu gostaria de solicitar, principalmente ao Dr. José Pedro, que me esclarecesse com
4101 relação à publicação no Diário Oficial da Resolução correlacionada às espécies em
4102 extinção.
4103 Eu digo o porquê. Essa Resolução, na medida em que ela não tem sido publicada,
4104 ela vem sendo usada no Sul como elemento de aceleração do abate de espécies em
4105 extinção.
4106 Então, todo mundo está correndo para derrubar, enquanto ela não é publicada, e
4107 circula no Sul, que os madeireiros conseguiram, através da influência do Deputado Federal
4108 que eu citei a pouco, que ele seria um obstáculo determinante nessa publicação.
4109 Dr. José Pedro - Secretário
4110

4111 Seu minuto está terminado. Eu tenho aqui a Resolução assinada pelo Ministro, Dr.
4112 José Carlos também já assinou, e hoje de manhã foi conversado com ele que está sendo
4113 encaminhada para publicação.

4114

4115 Mas algum inscrito?

4116 Um minuto Dr. Shelly?

4117

4118 FITA 13

4119

4120 Dr. Shelley

4121

4122 É apenas uma proposta de ordem.

4123 Eu notei que a pauta hoje foi extensa demais. Eu queria fazer uma proposta, pois
4124 estamos aqui há 5 horas e não chegamos a um terço da pauta, e tinha assuntos da Câmara
4125 Técnica que eu queria que fossem votados e que só vai ser votada agora essa matéria na
4126 próxima reunião do CONAMA, que será daqui a um mês e meio ou dois meses. No dia 30
4127 de agosto. Quer dizer nós perdemos um tempo com muita coisa que corremos para ser
4128 aprovado.

4129 Então eu gostaria de fazer uma proposta, porque o grande problema é que o número
4130 de câmaras está aumentando e a demanda vai aumentar mais ainda. Então muita coisa nova
4131 vai entrar nessas pautas, e essa pauta que já vai ser imensa para a próxima reunião, vai
4132 entrar um mundo de coisas e nós nunca vamos acabar a pauta, se nós não fizermos
4133 reuniões extraordinárias, ou podermos dar uma ordem cronológica maior, vamos dizer
4134 sobre pensar um pouco melhor sobre essas pautas, porque se não cria essa expectativa.

4135 Hoje, por exemplo, eu vi várias pessoas do setor automobilístico esperando para
4136 apresentar, pessoas do setor de petróleo querendo apresentar o problema do enxofre,
4137 pessoas essas que ficaram aqui o dia inteiro, foram embora, perderam a passagem de avião,
4138 perderam o tempo deles e muitas pessoas foram embora.

4139 Para evitar isso, eu gostaria que racionalizássemos, pensássemos um pouco como
4140 fazer ou criássemos dois dias, quando os assuntos forem maiores, mas dessa maneira estão
4141 sendo muito prejudicados os que não moram em Brasília.

4142

4143 Dr. José Pedro - Secretário

4144

4145 Muito obrigado. O último inscrito, se houver.

4146 Não havendo, eu gostaria de em nome do ministro Sarney Filho, em nome do Dr.
4147 José Carlos, e do meu próprio, em nome do Ministério e do IBAMA, agradecer a presença
4148 de todos, apesar das críticas todas procedentes e que estão consideradas, acredito que foi
4149 uma reunião extremamente produtiva. Nós tivemos a possibilidade de discutir, e que se
4150 fosse apenas para Fernando de Noronha e, essa reunião já se justificaria, e nós vamos tentar
4151 aperfeiçoar, com o agradecimento aqui à Secretaria e ao Dr. Maurício Andrés, e a todos que
4152 têm trabalhado nas Câmaras Técnicas.

4153 Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

4154

4155